

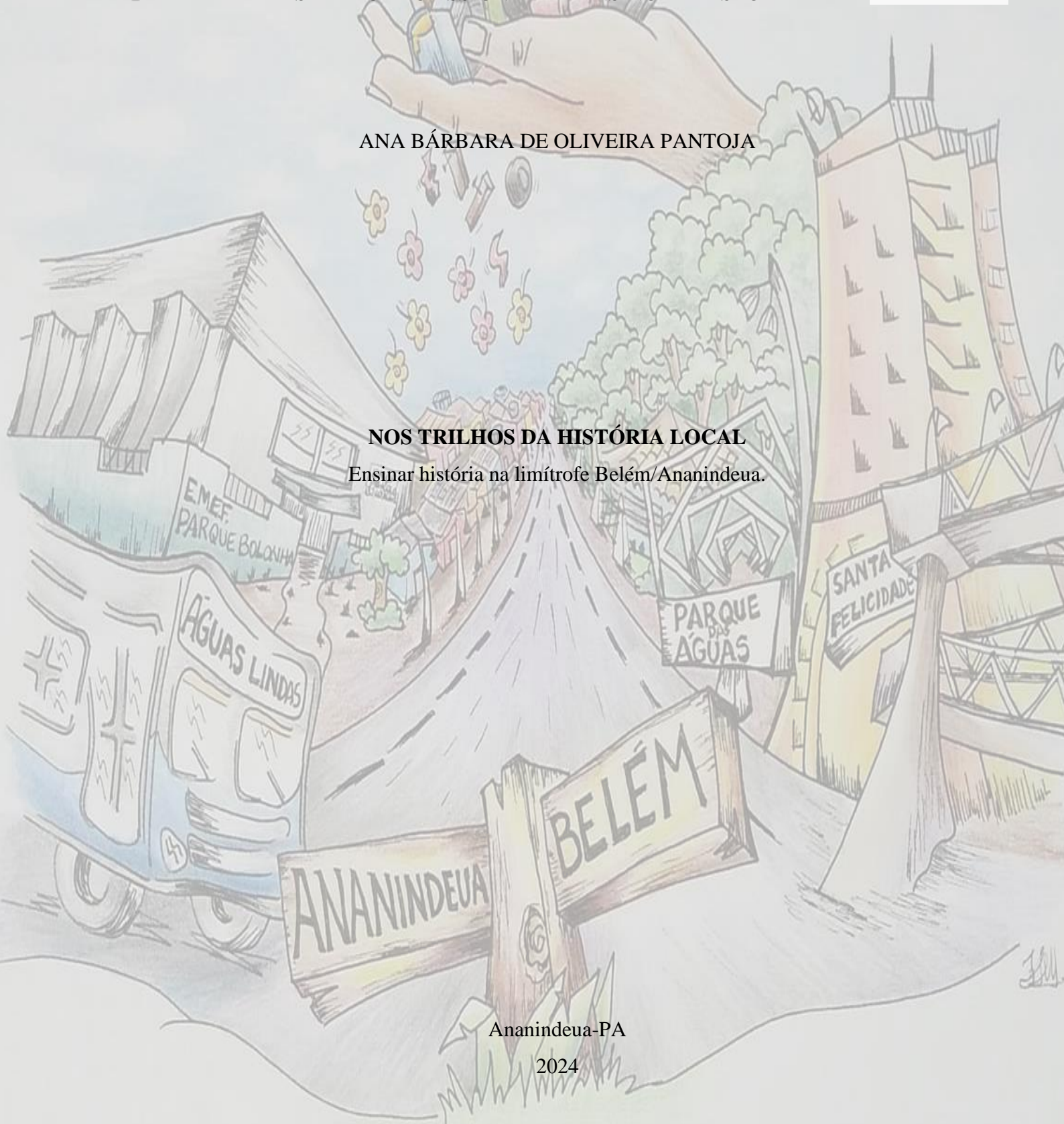


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



ANA BÁRBARA DE OLIVEIRA PANTOJA

NOS TRILHOS DA HISTÓRIA LOCAL
Ensinar história na limítrofe Belém/Ananindeua.



Ananindeua-PA

2024

ANA BÁRBARA DE OLIVEIRA PANTOJA

NOS TRILHOS DA HISTÓRIA LOCAL

Ensinar história na limítrofe Belém/Ananindeua

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Pará/*Campus* Universitário de Ananindeua como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador(a): Prof. Dr. Thiago Broni de Mesquita.

Linha de Pesquisa: Linguagens e Narrativas Históricas: produção e difusão.

Ananindeua-PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B229t Bárbara de Oliveira Pantoja, Ana.
Nos trilhos da história local : ensinar história na limítrofe
Belém/Ananindeua / Ana Bárbara de Oliveira Pantoja. — 2024.
183 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Thiago Broni de Mesquita
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional em
Ensino de História, Ananindeua, 2024.

1. Ensino de história. 2. História local. 3. História de
Ananindeua. 4. Currículo. 5. Bairro das Águas Lindas. I.
Título.

CDD 371.1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA DISCENTE

ANA BÁRBARA DE OLIVEIRA PANTOJA

A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pelo orientador Prof. Dr. Thiago Broni de Mesquita e banca examinadora constituída pelos (as) Professores (as) Doutores (as) Adilson Júnior Ishihara Brito, Aryana Lima Costa, Carlo Guimarães Monti e Davison Hugo Rocha Alves reuniu-se no dia 03 de setembro de 2024, às 16:00 horas, através de videoconferência na Plataforma Google Meet, para avaliar a Defesa de Dissertação da mestranda ANA BÁRBARA DE OLIVEIRA PANTOJA intitulada: “Nos trilhos da história local: ensinar história na limítrofe Belém/Ananindeua”. Após explanação da mestranda e sua arguição pela Comissão Examinadora, a dissertação foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos: 1) que a dissertação atendeu prontamente a todas as recomendações feitas à época do exame de qualificação; 2) que a mestranda respondeu com propriedade a todas as indagações e questionamentos da Banca; 3) que o mestrando construiu argumentos coerentes, dentro de uma escrita que guarda um estilo e clareza a serem exaltados; 4) e que por todos estes aspectos a dissertação foi APROVADA, com conceito EXCELENTE pela Comissão, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.

Prof. Dr. Thiago Broni de Mesquita
Orientador

Documento assinado digitalmente
THIAGO BRONI DE MESQUITA
Data: 24/09/2024 10:53:08-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. Adilson Júnior Ishihara Brito
Membro da Banca / PPGEH / UFPA

Documento assinado digitalmente
ADILSON J UNIOR ISHIHARA BRITO
Data: 10/09/2024 15:39:42-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Aryana Lima Costa
Membro Externo da Banca / PROFHISTÓRIA / UERN

Documento assinado digitalmente
ARYANA LIMA COSTA
Data: 18/09/2024 15:49:31-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. Carlo Guimarães Monti
Membro Externo da Banca / PROFHISTÓRIA / UNIFESSPA

Documento assinado digitalmente
CARLO GUIMARAES MONTI
Data: 09/09/2024 12:49:15-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. Davison Hugo Rocha Alves
Membro Externo da Banca / PROFHISTÓRIA / UNIFESSPA

Documento assinado digitalmente
DAVISON HUGO ROCHA ALVES
Data: 23/09/2024 17:54:07-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

A minha mãe Josefa Maria, por todo amor dedicado a mim.

AGRADECIMENTOS

Iniciarei agradecendo ao meu querido orientador, Thiago Broni de Mesquita, a paciência comigo, as sábias e valiosas contribuições para a construção dessa dissertação e sobretudo a confiança estabelecida, que amenizaram as dificuldades enfrentadas ao longo do percurso.

Agradeço profundamente a todos(as) os(as) professores(as) da Universidade Federal do Pará com os quais tive a honra de aprender um pouco durante a jornada do mestrado no campus de Ananindeua, uma vez que, direta ou indiretamente, contribuíram para a produção deste trabalho e principalmente para a minha prática pedagógica. Também agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que, com o fornecimento de bolsa de mestrado, incentivou significativamente meus estudos.

Minha eterna gratidão à equipe profissional da EMEIF Parque Bolonha, que contribuiu de diversas maneiras para o andamento do trabalho desenvolvido na escola. Sem vocês, seria impossível a produção desta dissertação.

Também não posso deixar de agradecer aos(às) meus(minhas) alunos(as) que embarcaram juntos(as) na pesquisa sobre a história local, sempre dedicados(as) no processo de ensino e aprendizagem, o que permitiu compartilhar aprendizagens e construir memórias que levarei para sempre comigo.

Gratidão à minha família, em especial a minha mãe Josefa Maria, por estar sempre ao meu lado, com seu carinho e zelo, sendo o alicerce que me fez acreditar na minha capacidade para terminar esta jornada.

Aos(às) amigos(as) de longa data, Elias Brandão, Tânia Pinheiro, Milena Santos, Michel Guedes, Rafaela Souza e Luana Soares, por compreenderem minhas ausências nos eventos sociais e por me incentivarem a permanecer firme em meus objetivos, meus sinceros agradecimentos a todos.

Aos(às) amigos(as) da turma 2022 do mestrado profissional em ensino de história quero agradecer o companheirismo durante estes dois anos de estudos, os conhecimentos compartilhados com pessoas que como eu enfrentam os sabores e dissabores da educação básica. Em especial, agradeço aos amigos Elizabeth Braga e Clayton Barros, com os quais, além de compartilhar os aprendizados do mestrado, pude estabelecer uma amizade profunda que com certeza foi um grande presente deste mestrado.

Por fim, agradeço ao Criador supremo, que esteve me amparando com sua onipresença, de modo que tudo foi colaborando para o encaminhamento desta dissertação, não no tempo que desejei, mas no tempo possível dentro dos limites e possibilidades concretas trilhadas ao longo deste mestrado em ensino de história.

*“A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”
(Le Goff, 2003, p. 471).*

RESUMO

Este trabalho vem discutir sobre possibilidades de inserção da história local no ensino de história enquanto prática pedagógica aplicada, a partir de fontes e linguagens diversas. A pesquisa objetivou realizar uma imersão na história local da cidade de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas e trazê-la para o ambiente escolar, tendo como ponto de partida a problematização do currículo escolar e das dificuldades inerentes à aproximação da história ensinada com a realidade dos estudantes da educação básica. Partindo de discussões teóricas ligadas à história local, à memória e à história oral, buscamos desenvolver – ao longo do ano letivo – ações educativas que possibilitassem trazer fontes e debates ligados à história local, sem, contudo, desatrelar-se do currículo. As atividades executadas visaram principalmente estimular o protagonismo dos(as) estudantes na busca pelo conhecimento e levá-los(as) a compreender melhor a realidade na qual estão inseridos, com isso fortalecendo também os elos de pertencimento à sua comunidade. O trabalho desenvolveu-se a partir de rodas de conversas, aulas-oficinas, visitas a “lugares de memória” e consultas a fontes orais ligadas ao bairro. As ações desenvolvidas possibilitaram aos estudantes conhecerem e problematizarem sua realidade a partir da história local. Como produto da dissertação, foi elaborado um material didático voltado para auxiliar professores(as) e alunos(as) que se interessem em ensinar ou aprender um pouco mais sobre a história local de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas.

Palavras-chave: Águas Lindas; Ananindeua; Currículo; História Local; História Oral; Memória.

ABSTRACT

This work discusses possibilities for including local history in history teaching as a pedagogical practice applied from different sources and languages. The research aimed to immerse ourselves in the local history of the city of Ananindeua and the neighborhood of Águas Lindas and bring it into the school environment, taking as a starting point the problematization of the school curriculum and the inherent difficulties of aligning the taught history with the reality of basic education students. Starting from theoretical discussions linked to local history, memory and oral history, we sought to develop educational actions throughout the school year that would make it possible to bring sources and debates linked to local history without, however, detaching themselves from the curriculum. The activities carried out aimed mainly to encourage students to take a leading role in the search for knowledge and lead them to better understand the reality in which they live, thereby also strengthening the bonds of belonging to their community. The work was developed through discussion circles, workshop classes, visits to "places of memory", and consultations with oral sources connected to the neighborhood. The actions developed enabled the students to learn about and critically examine their reality through the perspective of local history. As a product of the dissertation, a teaching material was created to help teachers and students who are interested in teaching or learning a little more about the local history of Ananindeua and the Águas Lindas neighborhood.

Keywords: Águas Lindas; Ananindeua; Curriculum; Local History; Oral History; Memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia do curtume Maguary em 1916 e 1926.....	25
Figura 2 – Mapa do percurso da ferrovia Belém-Bragança.....	27
Figura 3 – Estação ferroviária de Ananindeua	28
Figura 4 – Mapa dos limites entre Belém e Ananindeua de acordo com a lei nº 158/1948.....	34
Figura 5 – Clube Águas Lindas – Ananindeua- 1982	36
Figura 6 – Condições das ruas no conjunto verdejante no início do ano 2000	39
Figura 7 – Ônibus Bagé que fazia linha na Oswaldo Cruz.....	40
Figura 8 – Poço a céu aberto no conjunto verdejante.....	42
Figura 9 – Mapa dos limites administrativos do bairro de Águas Lindas	43
Figura 10 – Objetivos de aprendizagem para o ciclo IV	61
Figura 11 – Fotografia da EMEIF Parque Bolonha.....	67
Figura 12 – Alunos do 9º ano durante a roda de conversa	73
Figura 13 – D. Pedro II sendo derrubado do trono pelos republicanos	82
Figura 14 – Charge sobre a República	83
Figura 15 – Capa da revista Careta publicada em 27 de agosto de 1925	84
Figura 16 – Charge “As próximas eleições”, de Alfredo Stoni, publicada em 1927 na revista Careta	85
Figura 17 – História em quadrinhos produzida pelos estudantes da equipe C	89
Figura 18 – História em quadrinhos produzida pelos estudantes da equipe B	89
Figura 19 – Visita dos estudantes do 9º ano ao Teatro da Paz.....	92
Figura 20 – Relatório da visita ao Teatro da Paz da aluna nº 07	93
Figura 21 – Relatório da visita ao Teatro da Paz do aluno nº 42	94
Figura 22 – Jornal Diário do Pará de 19 de janeiro de 1996	95
Figura 23 – Estação ferroviária de Ananindeua	96
Figura 24 – Jornal Diário do Pará de 6 de outubro de 1991	97
Figura 25 – Mapa da rota da visita guiada ao Palacete Bolonha.....	99
Figura 26 – Foto da professora explicando durante o trajeto	100
Figura 27 – Fotos dos alunos realizando a atividade.....	101
Figura 28 – Fotografia do Palacete Bolonha	103
Figura 29 – Visita dos estudantes ao Palacete Bolonha.....	103
Figura 30 – Produção de materiais para a EXPOPARQUE	112

Figura 31 – Estudantes apresentando os resultados da pesquisa na EXPOPARQUE.....	113
Figura 32 – Maquete do bairro produzida pelos estudantes	113
Figura 33 – Cartaz com o tema da turma no evento EXPOPARQUE	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronograma de organização das etapas do projeto

108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual da presença das discussões locais nas diretrizes curriculares do município de Belém	63
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEF	Caixa Econômica Federal
COHAB-PA	Companhia de Habitação do Estado do Pará
COHASPA	Companhia Habitacional dos Servidores Públicos da Amazônia
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAIH	Plano de Ação Imediata para Habitação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE	Projeto Dinheiro Direto na Escola
PEUT	Parque Estadual do Utinga
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola
PPP	Projeto Político Pedagógico
RMB	Região Metropolitana de Belém
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 01: HISTÓRIA LOCAL NA SALA DE AULA: MERGULHANDO NA HISTORICIDADE DE ANANINDEUA-PA E DO BAIRRO DE ÁGUAS LINDAS	23
1.1. FASCÍCULOS DA HISTÓRIA DE ANANINDEUA: DA EXPANSÃO BELENENSE NO CICLO DA BORRACHA ÀS OCUPAÇÕES RECENTES NO SÉCULO XX	24
1.2. ÁGUAS LINDAS E SUA HISTÓRIA: MEMÓRIAS DE UM BAIRRO FRONTEIRIÇO.....	36
1.3. HISTÓRIA LOCAL NA SALA DE AULA: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO COM A MEMÓRIA E COM A HISTÓRIA ORAL	44
CAPÍTULO 02: O LUGAR DA HISTÓRIA LOCAL NO CURRÍCULO: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NA CIDADE E NA ESCOLA	55
2.1. O LUGAR DA HISTÓRIA LOCAL NA BNCC E NO CURRÍCULO.....	58
2.2. A EMEIF PARQUE BOLONHA E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA NA EDUCAÇÃO EM ÁGUAS LINDAS	66
2.3. OS ESTUDANTES DO 9º ANO DA EMEIF PARQUE BOLONHA: SEUS OLHARES E PERCEPÇÕES SOBRE A HISTÓRIA ENSINADA	70
CAPÍTULO 03: A HISTÓRIA DE ANANINDEUA E DO BAIRRO DE ÁGUAS LINDAS NA SALA DE AULA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS COM DIVERSAS LINGUAGENS.....	78
3.1. BUSCANDO CAMINHOS PARA A HISTÓRIA LOCAL: A BELLE ÉPOQUE NA SALA DE AULA	79
3.2. NOS TRILHOS DA HISTÓRIA LOCAL: A CIDADE DE ANANINDEUA NAS AULAS DE HISTÓRIA	94
3.3. O BAIRRO DE ÁGUAS LINDAS NA SALA DE AULA: POSSIBILIDADES DE ENSINAR A HISTÓRIA LOCAL EM DIÁLOGO COM A MEMÓRIA.....	105
3.4. O MATERIAL DIDÁTICO.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
FONTES	172
REFERÊNCIAS	173
APÊNDICE 1 – MATERIAL DE APOIO PARA VISITA GUIADA.....	179
APÊNDICE 2 – GUIA PRÁTICO DE HISTÓRIA ORAL	183

INTRODUÇÃO

Discutir o ensino da história local na educação básica emergiu como inquietação de pesquisa a partir da minha prática enquanto professora em uma escola pública chamada EMEF Parque Bolonha, situada no bairro de Águas Lindas na Região Metropolitana de Belém (RMB), nos limites entre de Belém e Ananindeua, no Estado do Pará. Ao lecionar nesta escola, deparei-me com uma série de dificuldades que vão desde questões estruturais até situações de desinteresse e apatia manifestadas pelos(as) estudantes nas aulas de história.

Ao realizar atividades de sondagem com os(as) estudantes do 9º ano em 2023 relativas a suas percepções sobre a disciplina de história, foi possível observar sua associação principalmente a um passado inerte com o qual esses(as) alunos(as) não conseguiam se relacionar, os conteúdos eram vistos como distantes temporalmente e sem nenhuma ligação com a realidade vivenciada por eles(as). Também foi possível averiguar que desconheciam a história de sua cidade e de seu bairro, tendo alegado que nunca tiveram contato na escola ou fora dela com assuntos referentes a esses temas. Ao serem indagados sobre os conhecimentos que possuíam acerca do bairro, até reagiram com estranheza, pois consideravam que não existia uma história no bairro e na cidade para ser discutida na escola. Para eles(as) a história se restringiria ao que está presente nos livros didáticos e é ligada principalmente aos grandes eventos e aos aspectos políticos.

Um aspecto importante a ser frisado, em relação ao contexto em que a pesquisa se desenvolveu, diz respeito ao fato de que o bairro de Águas Lindas, situada em uma área limítrofe entre as cidades de Belém e Ananindeua, tem sua administração também partilhada por ambos os municípios. Essa situação específica suscita uma série de problemáticas que necessitam também ser abordadas na escola, pois as fronteiras são muito tênues e incompreendidas pelos(as) moradores(as) do bairro, que muitas vezes não sabem dizer de que cidade são, tendo dificuldade em estabelecer laços de pertencimento com o lugar, além de enfrentarem uma série de barreiras no acesso aos serviços públicos. Nesse sentido, faz-se necessário que o ensino de história aborde esses aspectos históricos e sociais que circundam aqueles(as) que habitam a cidade, possibilitando que, a partir desses conhecimentos, os(as) sujeitos(as) possam compreender melhor a realidade que os(as) circunda.

Por outro lado, foi possível perceber uma invisibilidade em relação a história de Ananindeua, ofuscada pela capital paraense (Belém), pois foi difícil encontrar pesquisas e livros específicos sobre sua formação histórica, sendo necessário buscar em diversos campos do

conhecimento e em fontes diversas (jornais, fotografias, relatos orais) informações sobre esta cidade. Essa realidade vem mudando paulatinamente haja vista a criação do curso de cursos de graduação em história no município e, também, devido ao fato de que o Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da UFPA está alocado no Campus Universitário de Ananindeua, o que engaja pesquisas, como a minha, que versa sobre a história da cidade de Ananindeua. O bairro de Águas Lindas, onde a EMEIF Parque Bolonha está situada, também se encontra na mesma situação, não possuindo trabalhos e pesquisas que reconstituam sua historicidade, sendo de fundamental importância os relatos orais de seus moradores(as) para resgatar seus principais aspectos históricos.

Essas situações observadas no contexto escolar e na comunidade suscitou em mim diversas indagações que foram delineando o meu objeto de pesquisa na dissertação. Questionei-me, por exemplo: como o currículo e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) abrem ou não espaço para as discussões ligadas à história local? De que maneiras é possível ensinar história sem perder de vista os aspectos locais da cidade e do bairro em suas relações com os contextos mais amplos? Diante das dificuldades em obter informações sobre os aspectos históricos, principalmente da cidade de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas, qual percurso trilhar para reconstituir sua historicidade?

A partir dessas indagações preliminares, surgiu o interesse em aprender mais sobre a história local e trazê-la para a sala de aula. Percebi então que a história local apresentava várias potencialidades que poderiam auxiliar para amenizar as problemáticas elencadas acima, pois pode aproximar a história ensinada da realidade vivenciada pelos(as) estudantes, possibilitando assim criar caminhos que permitam aprofundar as aprendizagens adquiridas na sala de aula.

Partindo de pressupostos teórico de Samuel (1990), Melo (2015), Costa (2019), dentre outros autores, a história local é entendida nesta pesquisa para além de um recorte de uma unidade territorial (região, cidade, bairro), mas como um objeto do conhecimento a partir do espaço de sociabilidade e afetividade onde as experiências individuais e coletivas dos(as) sujeitos(as) se delineiam ao longo do tempo. No contexto do ensino a história local se apresenta como uma possibilidade pedagógica para compreender a realidade mais próxima dos(as) estudantes, bem como para produzir conhecimentos a partir da sala de aula, como aponta Aryana Costa (2015).

Um trabalho de história local é uma ótima oportunidade para a atuação dos próprios professores e alunos como sujeitos produtores do conhecimento eleito como objeto de estudo, atendendo também às discussões psicopedagógicas que prezam por uma educação centrada na promoção da autonomia, da responsabilidade e da proatividade dos alunos. (Melo, 2015, p.134)

A proposta desta dissertação nasceu do intuito principal de buscar meios de inserir a história local da cidade de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas, enquanto prática pedagógica ao longo do ano letivo, utilizando diversas linguagens para proporcionar aos(as) estudantes uma compreensão mais aprofundada sobre a realidade na qual estão inseridos e assim contribuir em sua formação cidadã e na sua aprendizagem histórica. Para alcançar este objetivo é de fundamental importância compreender os principais aspectos históricos da cidade de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas, refletir sobre o lugar da história local no currículo e no ensino e buscar possibilidades de inserir a história local enquanto prática pedagógica no contexto escolar.

Para iniciar essa jornada, foi necessário mergulhar no ofício do(a) historiador(a): a pesquisa nas fontes relacionadas à história local. Quando buscamos conhecer sobre a história da Região Metropolitana de Belém (RMB), percebemos uma abundância de pesquisas acerca da cidade de Belém, no entanto as cidades próximas se encontram invisibilizadas, dificultando sua discussão no contexto escolar devido à falta de materiais que abordem seus aspectos sociais e históricos. Nesse sentido, busquei informações sobre a história de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas, tanto em obras produzidas por autores de diferentes áreas do conhecimento como História, Geografia, Serviço Social, Turismo, dentre outras, como em fontes disponíveis em jornais antigos, documentos, fotografias e relatos orais de pessoas que vivenciaram o contexto pesquisado.

A problematização da pesquisa também perpassou pelo currículo escolar, pois a prática pedagógica está atrelada a esse documento, logo fez-se necessário refletir sobre como a história local é abordada na BNCC, no currículo municipal e na sala de aula pelos(as) educadores(as). Para tanto foi realizada uma análise documental e aplicação de questionário para alguns professores(as) de história da educação básica de Belém.

Munida dos conhecimentos obtidos na pesquisa de campo, foi possível pensar e planejar maneiras de trazer a história local para a sala de aula, tendo como foco principal tornar seu ensino algo presente ao longo do percurso educacional do ano letivo dos(as) estudantes, especificamente do 9º ano do ensino fundamental. A escolha do ano/série foi decorrente do grau de maturidade desses(as) alunos(as), que tem idades entre 13 e 15 anos, bem como da percepção de que os conteúdos a serem abordados no 9º ano possibilitariam fazer uma relação mais profunda com o contexto da história local da cidade de Ananindeua.

Ao longo do ano letivo foram utilizadas metodologias diversas com os(as) estudantes, buscando inserir debates e pesquisas relacionadas a história local. Para tanto foi imprescindível

inicialmente a pesquisa documental e bibliográfica relacionada a formação da cidade de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas, o que possibilitou realizar um planejamento das abordagens pedagógicas que foram utilizadas ao longo do ano letivo de 2023.

A metodologia das rodas de conversa, amparadas nos pressupostos teóricos de Cecília Warschauer (2001) e na pedagogia freiriana, foram fundamentais em diversos momentos do desenvolvimento do trabalho em sala de aula, pois permitiu conhecer melhor as ideias históricas dos(as) estudantes, estimular o debate, a capacidade argumentativa, a atitude historiadora e a desenvoltura ao longo das aulas e atividades propostas. Outra metodologia utilizada foram as aulas oficinas acerca da história local, baseada nas proposições de Isabel Barca (2004), pois possibilitaram trabalhar com os(as) estudantes a análise de fontes históricas de forma dinâmica, saindo da perspectiva da aula tradicional, com isso eles(as) puderam ao longo das atividades propostas desenvolver reflexões críticas sobre a história local e relacioná-la com os contextos mais amplos da história regional, nacional e global. Por conseguinte, a metodologia da história oral foi amplamente utilizada nesta pesquisa sobretudo para abordar a história do bairro de Águas Lindas, pois este também carece de trabalhos e pesquisas sobre sua historicidade. A partir de autores como Verena Albert (2004), Lucília Delgado (2006) e Santhiago; De Magalhães (2015) a história oral alicerçou tanto a pesquisa inicial realizada por mim quanto as atividades escolares e extraescolares desenvolvidas com os(as) alunos(as).

É importante termos cuidado para que a história local não seja abordada na perspectiva do localismo, ou seja, sem estabelecer relações com os contextos nacionais e globais. Dessa maneira, “a história local só tem seu valor plenamente explorado se trabalhada com escalas que sejam intercambiadas e sobrepostas para que os alunos possam perceber justamente onde o local e o geral se distanciam e se aproximam” (Da Costa, 2016, p. 136). Acreditamos que a inserção da história local na prática pedagógica do(a) professor(a) ao longo do percurso educativo anual, com base no desenvolvimento de atividades com linguagens e fontes diversas, dentro e fora do ambiente escolar, na qual os(as) estudantes possam participar ativamente da construção de seu conhecimento, constitui-se em um caminho rico para o desenvolvimento da aprendizagem histórica, pois permite estabelecer conexões entre as escalas e temporalidades históricas, bem como compreender que a história não está delimitada ao grandes eventos, mas sim que é construída diariamente por todos os(as) sujeitos(as) tanto no passado como no presente.

A dissertação esta subdividia em três capítulos, onde busco caminhos para inserir a história local de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas no ensino de história na turma do 9º

ano da EMEIF Parque Bolonha, levando em consideração o currículo escolar e as especificidades do lugar no qual a pesquisa foi desenvolvida.

No capítulo 1, intitulado “História local na sala de aula: mergulhando na historicidade de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas”, venho trazer ao leitor os resultados da pesquisa bibliográfica e documental sobre a cidade de Ananindeua e o bairro de Águas Lindas, buscando discutir os principais aspectos que os caracterizam, abordados nas seções 1.1 e 1.2. Em 1.3, apresento ao leitor uma discussão teórica sobre alguns conceitos fundamentais no desenvolvimento desta pesquisa como história local, memória, lugares de memória e história oral, buscando relacioná-los com o ensino de história.

Por sua vez, o capítulo 2, denominado “O lugar da história local no currículo: reflexões sobre as práticas educacionais na cidade e na escola”, está dividido em três seções que formam um tripé de suma importância no processo de ensino-aprendizagem: o currículo, a escola e o aluno (a). Em 2.1, faço uma análise das diretrizes curriculares utilizadas na rede municipal de Belém, a fim de perceber qual lugar a história local ocupa no currículo municipal, além de buscar compreender como a história local é discutida e ensinada nas escolas da rede municipal. Em 2.2, é feita uma abordagem sobre a EMEF Parque Bolonha, onde o projeto de mestrado em ensino de história foi desenvolvido, por meio do qual busco reconstituir seu percurso histórico na educação do bairro de Águas Lindas e suas características pedagógicas enquanto instituição de ensino. A seção 2.3 apresenta os (as) alunos (as) do 9º ano da EMEIF Parque Bolonha que são os sujeitos participantes da pesquisa, a partir de questionários e rodas de conversas foi feita uma análise das percepções desses(as) estudantes acerca da escola, do bairro e do ensino de história, objetivando conhecê-los(as) para que assim seja possível um ensino de história voltado para as suas realidades.

Por fim, o capítulo 3, intitulado “Mergulho na história local de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas: possibilidades pedagógicas com diversas linguagens”, apresenta as ações educativas desenvolvidas com os estudantes do 9º ano da EMEIF Parque Bolonha ao longo do ano de 2023, visando inserir no processo de ensino a história local da cidade de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas. Para tanto, o capítulo foi subdividido em três seções, sendo três delas referentes às ações realizadas ao longo do 2º, 3º e 4º bimestre do ano letivo. Importante frisar que a organização do capítulo dialoga com o primeiro capítulo no que se refere à pesquisa histórica que ele aborda. Dessa forma, a seção 2.1 vem mostrar como foi discutido, em sala de aula e fora dela, o contexto histórico do início da República, bem como a economia da borracha e sua relação com a formação de Ananindeua. Posteriormente, em 3.2, é feito um

aprofundamento sobre a história da cidade de Ananindeua, abarcando os aspectos históricos principais que a caracterizam, focando principalmente a expansão urbana entre as décadas de 1970 e 1990. Em 3.3, são realizadas com os(as) estudantes as ações ligadas à história do bairro de Águas Lindas, com a utilização principalmente das fontes orais e com a culminância em um evento escolar. As seções 3.4 e 3.5 apresentam o produto da dissertação de mestrado, que se constituiu em um material didático voltado para auxiliar alunos e professores interessados em discutir e aprender sobre o contexto histórico de formação de Ananindeua e/ou sobre o bairro de Águas Lindas.

CAPÍTULO 01: HISTÓRIA LOCAL NA SALA DE AULA: MERGULHANDO NA HISTORICIDADE DE ANANINDEUA-PA E DO BAIRRO DE ÁGUAS LINDAS

Iniciaremos nossa análise pela história local e sua relação com o ensino de história, enquanto objetivo central desta dissertação, partindo de uma indagação encontrada em uma matéria de jornal de 1993 que questiona: “Ananindeua é uma cidade, um bairro de Belém ou uma beira de estrada?” (Dutra, 1993, p. 15). Essas dúvidas em relação à cidade de Ananindeua, no Estado do Pará, ainda persistem entre seus(suas) moradores(as) na atualidade, como veremos ao longo da pesquisa, pois sua formação histórica e sua localização geográfica está intimamente ligada à capital do estado, Belém, gerando dúvidas principalmente sobre as áreas limítrofes entre os dois municípios.

Na matéria de jornal citada acima percebemos que os laços de pertencimento com a cidade são mais tênues, a exemplo da situação de um morador de Ananindeua que, ao ser indagado sobre onde reside, ele afirma “moramos em Belém, se não as pessoas não sabem onde fica nossa cidade” (Dutra, 1993, p. 15). Essa fala demonstra o peso que a história de Belém tem sobre Ananindeua, a ponto de ofuscá-la, em parte pela falta de conhecimento e valorização da história desta cidade em contraposição àquela.

Nesse sentido, as pesquisas no âmbito da história local são de fundamental importância, assim como seu ensino nas redes escolares. Com isso, podemos nos questionar: de que forma o conhecimento e a valorização da história local podem contribuir para ampliar a compreensão dos(as) moradores(as) da cidade sobre o lugar onde vivem? De que maneira o ensino de história pode influenciar em uma mudança de percepção sobre este local?

Visando contribuir para elucidar essas indagações, esse capítulo está organizado em três seções principais: a primeira se baseia em pesquisas bibliográficas e documentais realizadas para abordar os aspectos principais da formação histórica da cidade de Ananindeua, bem como para compreender suas relações com a cidade de Belém, com a qual faz fronteira. É enfatizado o contexto da economia da borracha na Amazônia (1860-1910), fundamental para abordar a formação da cidade que emerge de maneira periférica à capital paraense. Em seguida, discutimos também o segundo ciclo da borracha, durante a segunda guerra mundial, que impulsionou a economia local, e por último é discutido o período da década de 1970 a 1990, no qual percebemos um crescimento populacional e urbano significativo em direção à cidade de Ananindeua. Tal abordagem do contexto histórico é primordial para elucidar a história local

que se pretende levar para a sala de aula, pois o professor de História precisa encontrar as melhores formas de ensinar essa história, com base em fontes e informações contundentes.

A segunda seção aborda um contexto ainda mais específico acerca de um bairro denominado Águas Lindas, *locus* onde a pesquisa foi desenvolvida. Buscamos mostrar como o bairro se relaciona com o contexto histórico em que se insere, bem como as lutas sociais e os aspectos históricos que o fazem singular, com ênfase nos enfrentamentos vivenciados por seus(suas) moradores(as) em um bairro periférico que se encontra na área limítrofe entre duas grandes cidades.

Na terceira seção, objetivamos pensar como a história local da cidade e do bairro podem encontrar seu espaço na sala de aula e no ensino de história. Para tanto, nos debruçamos sobre conceitos fulcrais nesta pesquisa como história local, memória e história oral, buscando relacioná-los ao ensino de história, de modo a demonstrar as possibilidades de aprendizagem histórica que podem ser obtidas com a história local.

1.1. Fascículos da história de Ananindeua: da expansão belenense no ciclo da borracha às ocupações recentes no século XX

Falar de cidade perpassa por uma série de questões históricas e sociais que permeiam as vivências daqueles(as) que estão nesses locais. Cada uma é única em sua diversidade e por isso é importante o cuidado com as generalizações em relação a elas. Para abordar as origens e a historicidade de uma vila, um bairro ou uma cidade, precisamos mergulhar nos seus vestígios presentes em fontes como jornais, fotografias, documentos e também na memória de seus moradores (as), para assim compreender suas relações políticas, econômicas e culturais e conhecer os(as) sujeitos(as) sociais que compõem esse espaço.

A cidade de Ananindeua, escolhida como parte integrante desta pesquisa sobre o ensino de história local, faz parte da Região Metropolitana de Belém (RMB), juntamente com outros municípios (Marituba, Benevides, Castanhal, Santa Izabel, Santa Bárbara e Barcarena), conforme estabelecido em Lei Complementar 164 (Pará, 2023). Em decorrência de ser abundante na região uma árvore denominada Ananin, que produz uma resina chamada cerol – utilizada para lacrar as fendas das embarcações –, o município recebeu seu nome. Sua formação está ligada à expansão territorial de Belém, cuja população, principalmente de baixa renda, foi aos poucos sendo direcionada para as regiões mais distantes do centro da capital paraense. A origem da ocupação da localidade ocorreu na parte ribeirinha, ao longo do rio Maguary-Açu,

que corta a região. Nesse contexto, a instalação da empresa inglesa *Saunders & Davids* na localidade que veio a se tornar Curtume Maguary, em 1916, contribuiu para o desenvolvimento do núcleo urbano mais antigo de Ananindeua (Ferreira, 2017). Devido a sua importância, foi aberto um ramal da ferrovia de Bragança até a entrada do curtume em meados de 1924.

Figura 1 – Fotografia do curtume Maguary em 1916 e 1926



Fonte: Belém Antiga (2014)

O povoamento da região começou a se acentuar com a construção da Estrada de Ferro de Bragança (1883-1908), pois uma das estações da ferrovia foi construída onde hoje situa-se a parte central da cidade. A construção da ferrovia foi proveniente da necessidade de escoar de forma mais eficiente a produção agrícola da região bragantina para o abastecimento da cidade de Belém. Esse empreendimento tinha dois objetivos principais:

Estimular o desenvolvimento da Zona Bragantina, região produtora de gêneros alimentícios, e incrementar a comunicação com a capital da província do Maranhão, São Luís, que era então um dos mais importantes centros de abastecimento de uma extensa região entre o Norte e o Nordeste brasileiro (Ferreira, 2017, p.15).

A construção da ferrovia se inseriu no contexto brasileiro entre o final do período Imperial e o começo do período republicano, que se caracterizou, dentre muitos aspectos, pelo desenvolvimento da malha ferroviária no país, objetivando trazer mais dinamicidade à economia do país. Esse processo também está relacionado diretamente ao período áureo da economia da borracha na região amazônica, pois, de acordo com Ferreira (2017) sendo Belém uma das cidades polo de escoamento da produção para a Europa, fez-se necessário demandar recursos para melhorar o transporte do produto e de suprimentos para a capital paraense

A borracha, item produzido a partir da extração do látex de uma árvore denominada como seringueira (*Hévea brasiliensis*), era conhecida desde os tempos coloniais pelos europeus, que tiveram contato com o produto a partir dos povos indígenas, os primeiros a fazerem uso dela, tendo sido exportada em pequenas quantidades para a confecção de sapatos, garrafas e outros itens (Dean, 1989). No entanto, a demanda pelo produto só se acentuou a partir do século XIX, quando se tornou item essencial na indústria automobilística em franco desenvolvimento na Europa. As demandas do mercado internacional da borracha amazônica levaram a um crescimento acelerado de sua extração, chegando a corresponder a aproximadamente 45% das exportações brasileiras, sendo superada somente pelo café entre 1890 e 1910 (Petit, 2003).

Para conseguir realizar o empreendimento de exploração da borracha, os governos da região amazônica necessitavam de uma mão de obra abundante, pois a coleta do leite da seringueira se dava de maneira extrativista, com produção lenta. Logo, para aumentar a produção, eram necessários muitos(as) trabalhadores(as) que se dispusessem a percorrer as florestas em busca do precioso líquido. Nesse período, deu-se início à política de incentivo à imigração nordestina para as áreas dos seringais, o que foi de fundamental importância tanto para o crescimento da produção da borracha quanto para a expansão demográfica, sobretudo nas áreas urbanas, a exemplo de Belém, que viu sua população quase duplicar entre 1850 e 1872, tendo “uma taxa média de crescimento de 3,65% ao ano” (Weinstein, 1993, p.56).

Eliene Rodrigues relaciona o início da expansão do sítio urbano de Belém ao processo histórico da economia da borracha; pois, em virtude dos capitais obtidos com a comercialização da borracha, a cidade de Belém – assim como Manaus – passou por um processo de reurbanização, com alargamento de ruas, drenagem e aterramento de áreas alagadas, construções de praças e prédios públicos, entre outras melhorias. Em contrapartida, essa transformação obrigou a população mais carente que vivia nesses lugares a buscar moradia em áreas mais distantes, uma vez que muitas pessoas foram expulsas de suas residências para ocorrer a urbanização do centro da cidade. Esse crescimento também ocasionou uma rápida urbanização e a especulação imobiliária se acentuou, tornado o custo de vida nas áreas centrais da cidade cada vez mais dispendioso. Dessa maneira, ocorreu a expansão paulatina dos limites da cidade para lotes “suburbanos”. Maria de Nazaré Sarges (2002), ao discutir sobre o governo do intendente Antônio Lemos, também percebeu esse processo de segregação da classe trabalhadora através de sua retirada da área central da cidade:

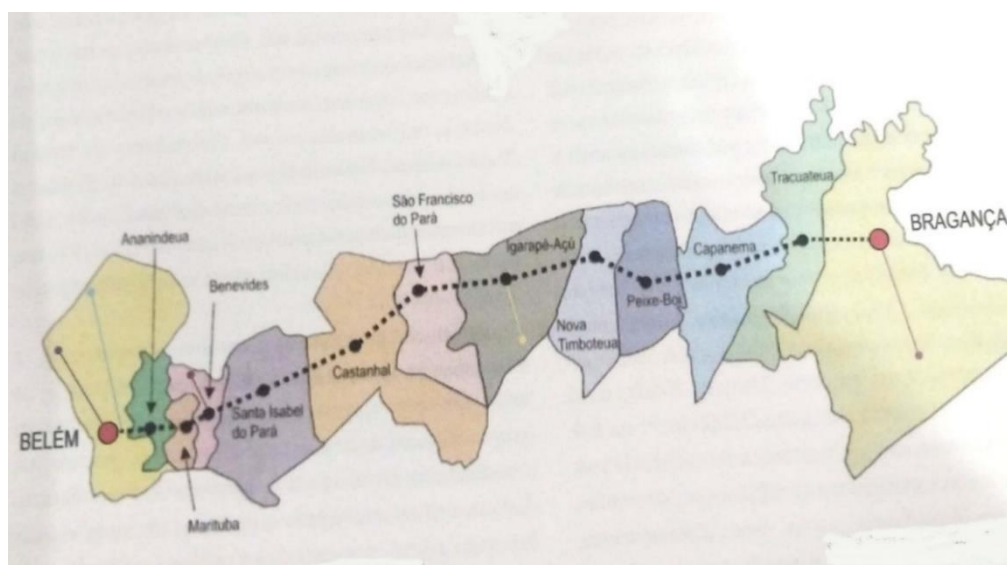
No que diz respeito as desapropriações, elas eram consideradas importantes nesse projeto de urbanização, tanto que havia no orçamento municipal uma rubrica específica para isso. Nada mais econômico, portanto, do que condenar essas

habitações, pois esta era a forma de obrigar seus proprietários a vende-las por preços insignificantes ao poder público (Sarges, 2002, p.127).

Percebemos então que a gestão municipal, principalmente durante o governo de Antônio Lemos, criou estratégias visando a saída das pessoas das classes populares do centro de Belém. Com esse intuito, foi criado o Código de Polícia Municipal de Belém em 1904, o qual definia minuciosamente como deveriam ser as casas construídas no perímetro central da cidade, estabelecendo multas e até a expulsão dos(as) moradores(as) que não adequassem suas moradias às novas regras (Lobato, 2003).

A ferrovia de Bragança teve um papel significativo nesse processo de ocupação e desenvolvimento das regiões mais distantes da capital, propiciando – às margens desse empreendimento – o surgimento de vilas e povoados formados por trabalhadores(as) da ferrovia e por pessoas em busca de terras cultiváveis de onde tirar seu sustento (Ferreira, 2017). Logo, os trilhos foram de fundamental importância na formação das diversas cidades em que estiveram presentes, como podemos ver no mapa abaixo:

Figura 2 – Mapa do percurso da ferrovia Belém-Bragança



Fonte: Ferreira (2017, p. 40)

Com a construção das linhas da ferrovia do perímetro entre Belém e Marituba, passando pela então vila de Ananindeua (1903-1907), essa região passou por um processo de crescimento populacional; pois, próximo à estação de Ananindeua (Figura 3), era produzido carvão para abastecer os trens. Além disso, os incentivos governamentais à ocupação da região,

a partir da formação de colônias agrícolas nas terras ao longo da ferrovia, estimularam movimentos migratórios.

Essas colônias tinham por objetivo o abastecimento tanto da capital como das áreas de seringais com os gêneros alimentícios básicos – escassos nas áreas urbanas –, o que se tornou um problema não somente no Pará, mas também no Amazonas. Isso atingia também os(as) comerciantes dedicados ao aviamento, pois necessitavam desses suprimentos para abastecer a população dos seringais. Buscando amenizar esse problema, o governo oferecia subsídios para a criação de colônias agrícolas através de programas de colonização na década de 1890, como lotes de terras gratuito ou a preços muito baixos, para estimular a imigração europeia para a região, de acordo com Ernesto Cruz (1955) vieram para as colônias pessoas de diversas nacionalidades, dentre elas principalmente franceses, italianos e espanhóis, bem como imigrantes nordestinos, porém estes em sua maioria eram deslocados para as áreas dos seringais. Ao final do governo de Paes de Carvalho (1897-1901), a estrada de ferro de Bragança já tinha 130 quilômetros de trilhos, visando transformar a zona bragantina “em um celeiro de Belém” (Weinstein, 1993, p. 146).

Figura 3 – Estação ferroviária de Ananindeua



Fonte: Giesbrecht (2022)

Verificamos então uma mudança de orientação geográfica do desenvolvimento da *urbe*, que passa de uma ocupação ribeirinha às margens do rio e da baía para se expandir para a retaguarda da cidade, seguindo o sentido da ferrovia Belém-Bragança. Eliene Rodrigues (1998), em seu estudo, mostra que o então intendente de Belém, Antônio Lemos, percebia essa

tendência de ocupação em direção às áreas da chamada segunda légua patrimonial¹, defendendo a expansão por via terrestre da cidade de Belém:

É nesse espírito que se pode entender como Lemos, de braços com suas obras de “embelezamento e saneamento” de Belém, nas quais empenhou vultosos recursos, inclusive com empréstimos externos, preferiu fazer avançar a cidade pelos sítios secos e planos, atalhando os terrenos baixos (Rodrigues, 1998, p.103).

O período entre 1920 e 1940 caracterizou-se por um estancamento econômico proveniente da crise da economia da borracha, pois a Amazônia perdeu a supremacia da venda do produto para as plantações inglesas na Ásia. Esse cenário se modificou com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando ocorrem novos investimentos na região, provenientes da necessidade europeia da borracha amazônica, sendo realizado os acordos de Washington para o fornecimento do látex para os Aliados², levando a um novo surto urbano na região (Petit, 2003; Fontes, 2006).

Esse acordo efetivado em 3 de maio de 1942, no governo do então presidente Getúlio Vargas, dava aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha o monopólio da borracha produzida no solo brasileiro, por um valor “fixado inicialmente em 36 centavos de dólar a libra-peso para entregas acima de 10000 toneladas” (Dean, 1989, p. 139). Em contrapartida, o Brasil receberia assistência técnica e financeira para desenvolver a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do comércio da borracha. Edilza Fontes (2006) enfatiza que houve grandes investimentos norte-americanos na região amazônica, somando cerca de 15 milhões de dólares destinados ao treinamento, transporte e assistência dos trabalhadores.

Com isso, novamente a região amazônica passou por um crescimento populacional acentuado, proporcionado pelo incentivo do governo à imigração nordestina, cujo objetivo era transferir cem mil seringueiros(as). Nesse contexto, surgiu a “figura do soldado da borracha, que equivalia a dois anos de serviço no Exército, recebendo, os que se alistassem, uniforme e salário” (Petit, 2003, p. 63). Foi nesse período de crescimento populacional, depois de ser distrito de Santa Isabel e de Belém, que Ananindeua se tornou Município em 1943, por meio do Decreto-Lei nº 4.505, tendo sua instalação ocorrido em 3 de janeiro de 1944, data na qual se comemora oficialmente o aniversário da cidade.

1 A Segunda Légua Patrimonial corresponde às áreas de expansão em direção a Rodovia Augusto Montenegro e a BR 316.

2 Os aliados correspondem a um grupo de países que lutaram no mesmo lado durante a segunda guerra mundial, tendo como principais países integrantes França, Grã-Bretanha, Rússia e Estados Unidos.

Amilcar Tupiassú, ao realizar uma análise da RMB, já vislumbrava a tendência de crescimento industrial de Ananindeua devido à “PA-25, que é mais extensa, que atravessa terrenos menos caros e que deverá ter as margens ou proximidades o futuro distrito industrial de Belém” (Tupiassú, 1970, p. 32). No entanto, essa tendência não se confirmou a longo prazo; pois, como discute Eliene Rodrigues (1998), mesmo com o Programa de Incentivos Fiscais, a concentração industrial continuou mais acentuada em Belém. Além disso, a Zona Franca de Manaus se mostrou mais dinâmica e desenvolvida, superando Belém em produção industrial.

Até o início dos anos 1960, Ananindeua era considerada como subúrbio de Belém, sendo um município que apresentava uma “organização espacial predominantemente rural e agrária” (Bordalo, 2006, p. 164). Essa visão também pode ser vista na obra de Antônio Penteadó:

[...] A medida que se caminha, mais se aproxima a rodovia de Bragança (BR-22); ao da mesma, até Ananindeua, habitações isoladas, quase sempre rodeadas de “frutíferas”, dentro as quais a silhueta dos jambeiros é inconfundível, caracterizando a paisagem, dando a impressão de uma certa desordem, fato típico da maioria das zonas rurais do mundo tropical (Penteadó, 1968, p.44).

É importante discutir sobre as teias de relações construídas ao longo dos anos entre as cidades de Belém e Ananindeua, cujos territórios passam se integrarem com o adensamento populacional das décadas de 1960 e 1970. Durante os governos militares, houve uma série de projetos visando o desenvolvimento econômico da região amazônica, os quais também tiveram influência no desenvolvimento urbano de Ananindeua, pois houve a abertura de diversas rodovias, objetivando a integração da região amazônica ao restante do país, bem como sua consequente exploração. Nesse contexto, acentuou-se “a ultrapassagem do cinturão institucional³ com a localização de novas indústrias, a ocupação espontânea – inclusive invasões –, e a implantação de projetos habitacionais (loteamento e conjunto) nas áreas rurais de Belém e Ananindeua” (Rodrigues, 1998, p. 106).

Carlos Bordalo (2006) analisa que a formação do “Cinturão Institucional”, de certa maneira, forçou a população a ocupar as áreas da segunda légua patrimonial, pois impedia a expansão urbana nas áreas da primeira légua. Com isso, a tendência de ocupação e crescimento

³ O cinturão institucional corresponde a áreas da cidade de Belém cedidas para instituições públicas como a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), EMBRAPA COSAMPA (Companhia de Saneamento do Pará) e áreas militares, ocupando cerca de 4.000 hectares.

segiu em direção à BR 316, principalmente no município de Ananindeua, por ser mais próximo de Belém.

Há uma discussão se, entre Belém e Ananindeua, haveria uma “conurbação”; porém, tanto na pesquisa de Amilcar Tupiassú (1970) quanto na de Eliene Rodrigues (1998), essa possibilidade é rechaçada; pois, segundo esses pesquisadores da geografia da Região Metropolitana de Belém, para que se configurasse uma conurbação, seria necessário que ambas as cidades fossem ocupando “continuamente o espaço existentes entre elas” (Tupiassú, 1970, p. 45). No entanto, neste caso específico, seria um movimento unilateral em que parte da população de Belém foi ocupando os territórios urbanos e rurais de Ananindeua. A cidade de Ananindeua é vista por autores como Eliene Rodrigues (1998) como periferia de Belém, devido a uma série de fatores como a relação de seus moradores com a capital paraense, pois a grande maioria de seus habitantes trabalha em Belém. Essa percepção é do lugar de “*habitat* do proletariado, homologo de termos como: classe ou camadas populares, classe trabalhadora, população de baixa renda, pobres” (Rodrigues, 1998, p. 29). Outros fatores também são indicadores dessa visão, como a distância em relação ao centro de Belém e os problemas relacionados à precariedade de serviços públicos sofridos pela população, situação sempre presente na história da cidade de Ananindeua.

Disso decorre também a visão de Ananindeua como “cidade dormitório”, conforme a qual “o grande fluxo de trabalhadores(as) que realizavam suas atividades laborais no centro comercial de Belém retornando ao fim do dia para as diversas áreas do município de Ananindeua” (Santos, 2012, p. 69). Também é possível notar essa percepção no imaginário dos(as) moradores(as), a exemplo da matéria do jornal que tem como subtítulo “dormida melhor”, em que são entrevistados moradores(as) da cidade que concordam com essa narrativa, como a senhora Ângela Maria da Costa, que diz: “Gosto daqui como dormitório [...] morar em Ananindeua é ter mais tranquilidade para dormir” (Dutra, 1993, p. 15). Essa visão acerca de Ananindeua começa a se modificar paulatinamente a partir da década de 1960, com a construção da BR-014 (Belém-Brasília) e da BR-316⁴ (Pará-Maranhão), que proporcionaram o deslocamento de várias indústrias de Belém em direção a Ananindeua, passando a se estabelecerem ao longo dessa rodovia e levando a um desenvolvimento da cidade, com geração de novos empregos e o crescimento populacional e urbano.

⁴ Essa rodovia foi construída na mesma localização por onde passavam os trilhos da estrada de ferro de Bragança, extinta em 1964, no trecho no qual a cidade de Ananindeua se desenvolveu.

De acordo com a tese de doutorado de Thiago de Mesquita (2018), que discute sobre a construção da rodovia Belém-Brasília e seus desdobramentos na ocupação da Amazônia – com ênfase nos conflitos fundiários –, era notória uma visão da Amazônia como um lugar pouco habitado, com vazios demográficos, tendo a estrada a função de integrar essa distante e grande área ao restante do país, assim “a modernidade chegava pela estrada para fazer frente ao arcaísmo e ao atraso associados a região amazônica” (

Mesquita, 2018, p. 94). Essa política de integração econômica da Amazônia se acentuou ainda mais no período da ditadura militar, contexto no qual ocorreu a formação da BR-316, que inicia em Belém (PA) e termina em Maceió (AL), num total de 2.030 km de extensão rodoviária, cujas obras iniciaram no final da década de 1960 e concluíram na década de 1970.

O direcionamento de um enfoque para a questão da malha viária para interligar a Amazônia às demais regiões, na análise de João Meirelles Filho (2006), fazia parte de uma estratégia do governo para solucionar três problemáticas da época: a miséria e fome na região Nordeste, a necessidade de novas terras para os(as) agricultores(as) do sul do país e efetivação da posse governamental da vasta extensão amazônica brasileira. Para tanto, foram planejados e implementados diversos projetos:

A partir da década de 1970, os militares incluíram a Amazônia no projeto desenvolvimentista nacional, patrocinando abertura de estradas, a construção da hidrelétrica de Tucuruí, a implantação de grandes projetos de mineração, entre outros, implantando bases para o fortalecimento do modo de produção capitalista na região. (Fernandes, 2012, p. 64)

As décadas de 1970 e 1980 também foram marcadas pela expansão das habitações planejadas, um processo de “periferização da classe média” que se caracterizou pelos projetos habitacionais implementados pela Cohab⁵ (Companhia habitacional do Pará), como o conjunto Cidade Nova, os conjuntos Verdejante I, II, III, IV, entre outros. A construção dos conjuntos para as camadas populares e a classe média se insere no contexto de expansão do capital imobiliário no Pará – no caso da RMB, em direção a Ananindeua. Isso fica perceptível na pesquisa de Saint-Clair da Trindade Junior (2016) sobre os empreendimentos da COHAB-PA, a qual demonstra que 77, 13% deles foram construídos nessa cidade. Ao analisar a construção

⁵ A companhia de Habitação do Pará foi criada em 13 de abril de 1965 pela lei estadual nº 3 282, na gestão do então governador Jarbas Passarinho, para sistematizar a construção das habitações destinadas principalmente a classe trabalhadora, podendo inclusive desapropriar terras para utilidade pública e realizar isenção de pagamento de impostos estaduais (Trindade Junior, 2016).

desses conjuntos habitacionais, fica evidente que eles foram de fundamentais para a “expansão da fronteira urbano-imobiliária” (Trindade Junior, 2016, p.164), sendo o Estado responsável por impulsionar esse processo de conformação metropolitana atual, oferecendo apoio ao capital imobiliário para realizar tal expansão.

O programa de construção de moradias se desenvolveu de forma lenta no Estado do Pará. Como o objetivo era atender a população de baixa renda, a concentração da iniciativa foi voltada sobretudo para as áreas de expansão localizadas ao longo da rodovia Augusto Montenegro e da BR-316, em virtude de o valor da terra ser menor, diminuindo assim os custos para o Estado e as construtoras responsáveis pelos empreendimentos.

Na lógica de Eliene Rodrigues (1998), o termo “banido da cidade” refere-se às pessoas que, por motivos diversos, saíram de Belém para viver em Ananindeua, as quais historicamente vieram em decorrência de um processo de expulsão das classes populares para regiões cada vez mais distantes do centro da capital paraense, onde a cidade de Ananindeua desponta como opção viável para essas pessoas, tanto do ponto de vista financeiro quanto das condições de moradia. Insere-se, nesse contexto, a “ideologia da casa própria”, pois a habitação passa a ter um valor social para eles(as), ligado também à salubridade das casas de alvenaria em oposição a “insalubridade das palafitas e barracos existentes nas áreas de baixada, vilas e becos no interior da Primeira Léguas Patrimonial de Belém” (da Trindade Junior, 2016, p.170).

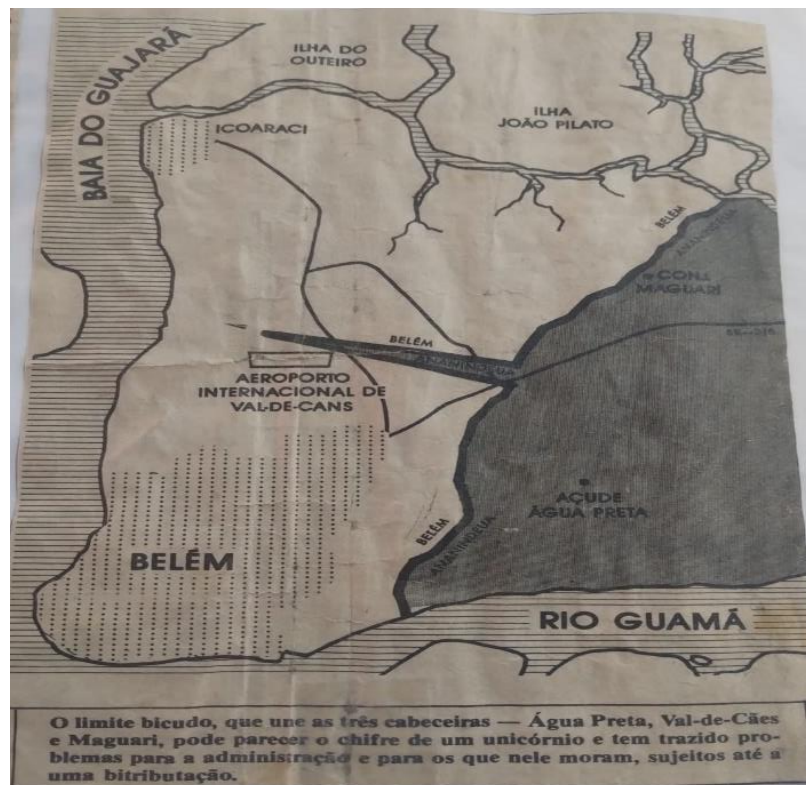
Por outro lado, essa expulsão pode ser encarada pela “lógica segregacionista”, uma compreensão em que a capital seria o *habitat* das classes mais abastadas e Ananindeua, a moradia dos(as) mais pobres. No entanto, devido à alienação social, esses(as) moradores(as), mesmo sendo “unidos(as) na condição”, não conseguem se perceber como tal e, logo, sentem dificuldades em se organizar socialmente para reivindicar direitos e melhorias de qualidade de vida, como é observado por Eliene Rodrigues (1998) em sua pesquisa sobre o conjunto Cidade Nova, no qual as lideranças das associações do conjunto enfrentavam grandes dificuldades em mobilizar os(as) moradores(as) da localidade em prol de causas comuns.

A pesquisa de Eliana Bastos (2013) sobre a questão cultural nos ajudar a refletir sobre essa sociedade que se forma em Ananindeua, com poucos sentimentos de identidade e pertencimento ao lugar, onde a “cidade é encarcerada no interior da vida de seus diversos bairros, é difícil detectar aqueles unidos na condição. E essa condição de invisível frente a Belém, seja por parte da classe média, seja da classe popular local intriga e incomoda” (Bastos, 2013, p.28). A autora discute ainda a invisibilidade dada a Ananindeua dentro da aglomeração urbana da capital paraense, com muitos territórios dominados pela violência, onde sua

população precisa lidar com situações de descaso do poder público em relação a diversos serviços públicos que não são ofertados adequadamente.

Outra questão emblemática que envolve as cidades de Belém e Ananindeua diz respeito aos limites territoriais entre elas, ocasionando uma série de complicações, principalmente para a população que vivia e vive ainda hoje nas áreas limítrofes. A primeira definição territorial data do ano de 1948, através da lei estadual nº 158, a qual levava em consideração os marcos naturais da região, como o Igarapé água preta, o Igarapé Val-de-Cães, entre outros, para estabelecer o traçado desses limites, como observamos no mapa abaixo:

Figura 4 – Mapa dos limites entre Belém e Ananindeua de acordo com a lei nº 158/1948



Fonte: Éleres (1991, p. 5)

Esta lei, no entanto, não era levada em consideração em sua totalidade; pois, com o avanço do processo de urbanização, tornou-se cada vez mais difícil a compreensão da lei nº 158/1948, ocasionando uma série de dificuldades aos moradores das localidades indefinidas, principalmente em relação ao atendimento de serviços públicos de saneamento básico, segurança, saúde, entre outros. Nenhuma das prefeituras se responsabilizava pelas localidades, gerando uma situação de abandono do poder público a essa população fronteiriça. Tal problemática também acarretava dificuldades para os governos das duas cidades no que tange

à arrecadação de impostos, como percebemos na matéria do jornal *O Liberal*, de 26 de maio 1991, relatando que muitos(as) moradores(as) recebiam dois talões de cobrança de IPTU, sendo que muitos(as) preferiam pagar o de Ananindeua por ser mais barato, “e muitos(as) não pagavam nem uma nem outra, outros nada recebiam” (Éleres, 1991. p.5).

Durante muitas décadas, a questão dos limites entre Belém e Ananindeua foi discutida por ambos os governos, sem se chegar a um acordo. No entanto, após a promulgação da Constituição de 1988, ficou definido um prazo três anos para que os municípios com áreas em litígio entrassem em acordo, caso contrário o governo federal iria realizar as definições. Com isso, iniciaram uma série de discussões entre os dois municípios, a fim de solucionar a questão, sendo aprovado, em 2 de outubro de 1991, o memorial descritivo celebrado pelas duas prefeituras, tendo sido ratificado pelas Câmaras Municipais nos dias 3 e 4 do mesmo mês. Posteriormente, foi promulgada a lei nº 5.778 de 15 de dezembro de 1993, oficializando os novos limites, sendo essa a definição que vigora até os dias atuais.

As fronteiras não são estáticas e podem se modificar ao longo do tempo. No caso específico estudado, percebemos discordâncias e problemas nessa divisão, sentidas principalmente pela população que reside nas áreas limítrofes. De acordo com a pesquisa de Marlon da Silva e Helena Tourinho (2017), esses limites estão sendo estudados, para que ocorra futuramente uma redefinição que possa ser mais condizente com a realidade atual vivenciada pelos municípios de Belém e Ananindeua, levando em consideração os sentimentos de pertencimento dos moradores e os aspectos socioeconômicos dos agentes envolvidos.

Nesse contexto, no final da década de 1980 e início de 1990, paralelamente à construção dos conjuntos habitacionais, ocorreu uma série de invasões, tanto nas áreas rurais da RMB quanto nos próprios empreendimentos imobiliários em construção ou em torno deles. Trindade Junior (2006) demonstra que vários bairros da RMB estão ligados a grandes invasões de terras privadas e subsequentes negociações junto ao Estado para sua desapropriação e regularização em prol dos ocupantes das áreas. Isso gerava um valor oneroso para o governo, ao passo que beneficiava os grandes proprietários(as). Dentro desse contexto, formaram-se vários bairros da RMB, entre eles o bairro de Águas Lindas, sobre o qual discutiremos em seguida.

1.2. Águas Lindas e sua história: memórias de um bairro fronteiriço

O bairro de Águas Lindas se insere na RMB, sendo composto atualmente pelos conjuntos Verdejante (Etapas I ao IV), Porta do Sol, Moara Jerusalém, Conjunto residencial Park Anne, conjunto Jardim Nova Vida e loteamento Olga Benário, localizando-se na margem direita da rodovia BR 316, no quilômetro 5. Recontar a História desse bairro perpassa pela dificuldade em encontrar informações, fontes e pesquisas sobre ele, por ser um bairro periférico e de história recente, sendo que as poucas pesquisas que trazem informações sobre o bairro são na área da geografia, do serviço social e da gestão ambiental. Dessa forma, faz-se necessário recorrer também as narrativas dos(as) moradores(as) mais antigos(as) que vivenciaram sua formação histórica, a fim de conseguir compreender melhor sua historicidade.

O bairro de Águas Lindas inicia-se na altura do Km 5 da BR-316, importante via da cidade de Ananindeua, tendo crescido no sentido dos limites do Parque Estadual do Utinga, bem como margeado pelo extinto lixão do Aurá e pelo Rio Guamá, tendo como principal via de acesso à avenida Oswaldo Cruz. Em decorrência dessa localização, sua ocupação gera várias pesquisas relacionadas à “problemática ambiental em que a comunidade está inserida” (Araújo; Magalhães; Cardoso, 2016, p. 55).

A denominação do bairro como “Águas Lindas” surgiu em virtude da existência de um clube com o mesmo nome nas redondezas (Figura 5), que servia como área de lazer para as famílias do entorno e também para pessoas de Belém que vinham à localidade. No entanto, o clube foi desativado por risco de poluição ambiental, por ser localizado na área da mata do Utinga, que se constitui em uma área de proteção ambiental.

Figura 5 – Clube Águas Lindas – Ananindeua- 1982



Fonte: Nostalgia Belém (2018)

De acordo com informações de Trindade Junior (2006), a formação do bairro em questão remonta ao período entre 1960 e 1980 e está relacionada à expansão populacional sobre a Segunda Légua Patrimonial, com o surgimento de ocupações espontâneas e de conjuntos habitacionais com financiamento governamental desenvolvidos pelo COHASPA (Companhia Habitacional dos Servidores Públicos da Amazônia), BNH (Banco Nacional de Habitação), SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e principalmente a COHAB. A ocupação se acentuou com a construção da rodovia BR 316, em meados da década de 1960, com o intuito de ligar o norte e o nordeste do país, e também em virtude da proximidade com o Parque Estadual do Utinga (PEUT) e com o aterro sanitário conhecido popularmente como “lixão do Aurá”. De acordo com informações coletadas em pesquisa de campo, muitos(as) habitantes de Águas Lindas eram trabalhadores(as) do lixão e passaram a ocupar a região em razão do trabalho como catadores(as) de lixo.

Na década de 1980, com a intensificação das ocupações espontâneas e de espaços insalubres nas proximidades dos mananciais do Utinga (lagos Bolonha e Água Preta), responsáveis pelo abastecimento de 70% da RMB, cresceu a preocupação do poder público e dos órgãos ambientais no sentido de criar estratégias para proteger essas áreas. Para tanto, foi criada a Área de Proteção Ambiental dos Mananciais de Abastecimento de Água de Belém – APA Belém (atualmente denominada APA Metropolitana de Belém) – e o Parque Ambiental de Belém (hoje denominada Parque Estadual do Utinga-PEUT). A APA abrange os municípios de Belém e Ananindeua, especificamente os bairros: Universitário, Marco, Curió-Utinga, Souza, Castanheira, Guanabara, Águas Lindas e Aurá.

Visando “solucionar” a invasão e a ocupação irregular do PEUT, os(as) gestores(as) optaram pela construção de um muro para delimitar os limites do Parque. Parte desse muro passa pelo bairro de Águas Lindas, que se constitui, juntamente com outros bairros, como uma zona de amortecimento da APA⁶, sendo construído, no ano de 2003, o trecho que percorre parte da avenida Oswaldo Cruz, principal via de acesso do bairro. No entanto, faz-se necessário enfatizar que a construção do muro não conseguiu solucionar o problema da ocupação na área; pois, como mostra a pesquisa de Cleiton Cabral (2014), “tal ‘solução’, para ordenamento do espaço, não conteve a expansão urbana, pois o muro tem sido depredado, surgem novas ocupações espontâneas e a cobertura vegetal retirada” (Cabral, 2014, p. 11). Essa situação

⁶ De acordo com a lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a zona de amortecimento constitui-se no “entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (BRASIL, 2000).

demonstra a necessidade de políticas que contemplem a educação ambiental para a população que reside nesse espaço, pois a mesma pesquisa revela o desconhecimento dos(as) moradores(as) de que o território em que residem faz parte de uma área de proteção ambiental.

No início dos anos 1990, no governo do presidente Collor, foram construídos os últimos conjuntos habitacionais da COHAB, na área de expansão da Augusto Montenegro e da BR 316. Algumas das unidades foram edificadas ao longo da arterial Osvaldo Cruz (estrada da Águas Lindas), levando à aceleração da ocupação do bairro, como demonstra Bordalo: “Palmeira do Açaí (60 unidades), Canindé (74 unidades) e os conjuntos Verdejante I, II, III e IV (1200 unidades)” (Bordalo, 2006, p. 175).

As obras foram financiadas por meio do PAIH (Plano de Ação Imediata para Habitação) da Caixa Econômica Federal (CEF), visando contemplar pessoas com renda entre dois e cinco salários-mínimos da RMB. No entanto, parte do conjunto foi invadido por populares em 1992 e em 1994, antes da conclusão das obras, sendo as negociações para o assentamento definitivo das famílias de posseiros(as) nos conjuntos posteriormente realizadas pelo governo do Estado do Pará, na gestão do governador Jader Barbalho. Foi estabelecido então um valor fixo de prestações do imóvel com base no levantamento feito pela CEF das condições socioeconômicas dos(as) moradores(as), sendo determinados valores da época entre R\$ 23,00 e R\$ 36,00. Para tanto, foi determinado que “Nas negociações se previa que tanto o governo do Estado quanto as prefeituras dos municípios, onde os imóveis estavam localizados, deveriam realizar obras de infraestrutura, haja vista que esta ou inexistia ou se apresentava precária e insuficiente” (Trindade Junior, 2016, p.232).

Essa solução se mostrava muito interessante para as empresas que conseguiam ser ressarcidas dos prejuízos de inadimplência e transferiam as responsabilidades com relação à infraestrutura precária de imóveis e conjuntos para o Estado e as prefeituras. Por outro lado, as pessoas receberam imóveis com péssimas condições de infraestrutura, pois as ruas eram desprovidas de pavimentação (Figura 6), áreas de lazer, posto de saúde e escola, o que diferia do contrato assinado com a Caixa Econômica Federal, gerando decepção e revolta nos(as) moradores(as) do bairro.

Figura 6 – Condições das ruas no conjunto verdejante no início do ano 2000



Fonte: Ferreira (2000a)

As condições de infraestrutura inadequadas para moradia também contribuíram para as invasões, pois muitos(as) proprietários(as) desistiram de ocupar suas casas em virtude desses problemas. Bordalo (2006) enfatiza que essa problemática também trouxe consigo o aparecimento de “focos de poluição ambiental a partir do desmatamento, e hídricas, através dos esgotos que vertem para as nascentes dos Lagos Bolonha e Água Preta” (Bordalo, 2006, p. 176). As áreas no entorno do Conjunto Verdejante também foram alvo de várias ocupações espontâneas e invasões nesse período, levando a um crescimento demográfico na área, o que resultou na formação dos conjuntos Olga Benário, Nova Vida e Nova Águas Lindas.

Saint-Clair da Trindade Junior (2016), em seu estudo sobre a formação da RMB, afirma que essas invasões estão relacionadas com a falta da demarcação das terras na segunda légua patrimonial, gerando conflitos quanto à propriedade da terra. Outro aspecto relevante diz respeito às relações sociais e comerciais em volta da terra que se configuram nas grandes invasões, as quais passam a ser lideradas por uma figura que costuma distribuir os lotes ou as casas para os(as) posseiros(as), além de realizar a articulação com o poder público para a regularização da posse do que foi invadido.

É importante frisar que havia pessoas que ocupavam vários lotes ou casas para revender a preços baixos para terceiros, obtendo renda desse comércio ilegal. Como havia na época a ciência da possibilidade de acordos com o governo para a regularização desses imóveis, tornava-se vantajoso para pessoas de baixa renda a compra dos imóveis informais oferecidos pelos(as) posseiros(as), ocorrendo assim a “transformação da moradia em mercadoria-capital” (Trindade Junior, 2016, p. 234). Por se localizar em uma área distante e periférica, o bairro foi se formando em meio a uma série de problemas de infraestrutura, como falta de acesso a saúde e educação, esgotamento sanitário precário ou inexistente, dificuldade de acesso a água potável,

falta de segurança pública na localidade, entre outros problemas que afetavam a vida dos(as) moradores(as) do bairro.

Ademais, havia também problemas relacionados à ausência de circulação do transporte público no bairro, o que obrigava os(as) moradores(as) a andarem longas distancias até a BR 316. Entre 1996 e o início dos anos 2000, os(as) moradores(as) passaram a contar com uma única linha de ônibus, denominada Bagé (Figura 7), que fazia a rota dentro do bairro pela principal avenida, Oswaldo Cruz, até a BR 316, de onde os(as) usuários(as) precisavam utilizar outra condução para seguir viagem.

Figura 7 – Ônibus Bagé que fazia linha na Oswaldo Cruz



Fonte: Nostalgia Belém (2017)

Historicamente, Águas Lindas sofre com as condições de moradia, principalmente com relação à questão de infraestrutura e serviços que atendam às necessidades de sua população. Essa problemática é enfatizada por José Fernandes (2012), que considera o bairro como “área de assentamento precário”, possuindo as seguintes características:

- a) São predominantemente residenciais, ocupadas por famílias de baixa renda; b)
- Historicamente, os assentamentos precários se originam de estratégias empregadas pelas populações de baixa renda, como ocupação de um terreno sem uso efetivo ou de

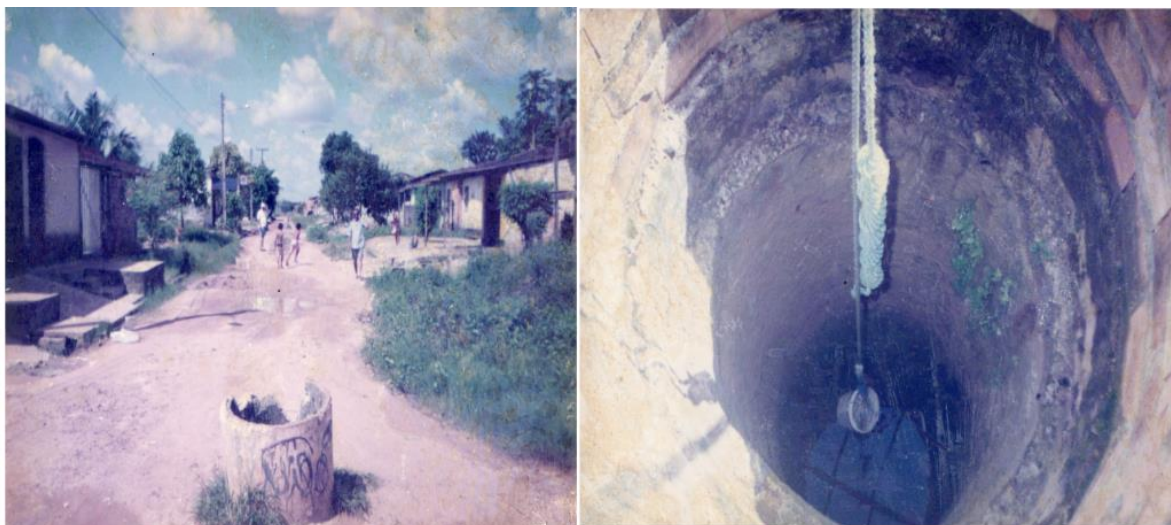
um prédio abandonado. C) Apresentam condições precárias de moradia, como insalubridade, falta de saneamento básico, edificações improvisadas, situadas em terrenos alagadiços e morros, passíveis de riscos geotécnicos, adensamento, entre outros (Fernandes, 2012, p. 36).

Podemos perceber assim as marcas da desigualdade social nessas áreas de ocupação e expansão da RMB, onde a população de trabalhadores(as) de baixa renda são privados(as) de condições de vida e moradia dignas, não tendo seus direitos respeitados pelo poder público. Para fazer frente às problemáticas existentes na localidade e obter a atenção do poder público, a população foi se organizando em associações de moradores(as), a exemplo da Associação dos(as) Moradores(as) do Verdejante I, II e III, a Associação de Moradores(as) do Conjunto Nova Vida e do Verdejante IV, entre outras, para assim conseguir dialogar com esses órgãos e reivindicar as melhorias necessárias ao bairro.

Quem nos narra um pouco dessa História é o senhor H. F., que chegou ao bairro em 1993, e vivenciou as dificuldades enfrentadas pelos(as) moradores(as). Segundo ele, “aqui era ruim, não tinha telefone, não tinha ônibus, não tinha água nas casas, não tinha nada! [...] tinha que ir andando pra BR de monte de gente; porque, naqueles campos, tinha muito assalto, tinha que ir em grupo de mais de 10” (Depoimento de H. F., 2023). Ele e sua esposa adquiriram uma casa no conjunto Verdejante no valor de 700 cruzeiros. Na época, a casa financiada pela caixa econômica pertencia a um conhecido que não quis ficar com o imóvel, em virtude das dificuldades para chegar ao lugar e das condições da casa e das ruas do conjunto.

Em 1997, o senhor H. F se tornou presidente da Associação de Moradores(as) do Conjunto Verdejante I, II, III e relata as principais lutas que vivenciou, durante sua gestão, para obter soluções para alguns problemas estruturais do bairro. O primeiro foco foi relacionado à obtenção do serviço de água encanada para o conjunto; pois, até meados dos anos 2000, as pessoas tinham que obter água em poços como os da figura 8. Aqueles(as) que tinham uma condição financeira um pouco melhor cavavam poços artesianos em suas residências.

Figura 8 – Poço a céu aberto no Conjunto Verdejante



Fonte: Ferreira (2000b)

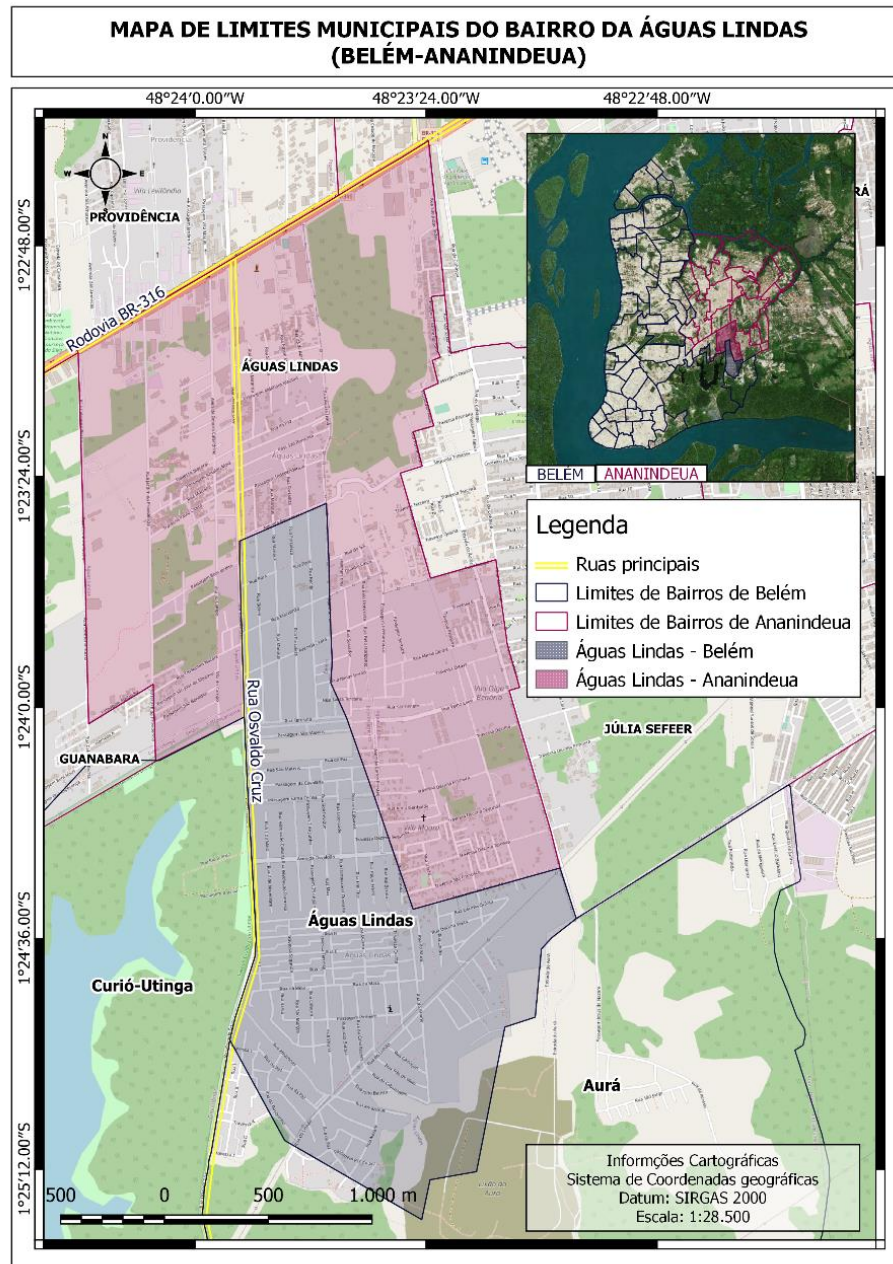
Podemos perceber que, nesse contexto de dificuldades vivenciado em bairros periféricos como o da Águas Lindas, as associações de moradores(as) assumiram um papel de grande relevância na luta e na conquista de melhorias estruturais e sociais que, ao longo dos anos, o bairro foi obtendo, como posto de saúde, escolas, asfaltamento de ruas e serviços de saneamento básico. O senhor Hilário Ferreira nos narra como foi para obter alguns serviços através da associação, como telefonia, água e transportes:

A pessoa não pode viver em um lugar sem água e sem luz... aí eu fui na COSANPA e falei com o presidente, expliquei a situação. Aí ele disse “tá, vou mandar fazer um levantamento lá”. Eles nem sabiam que tinha isso aqui ... água não tinha, o pessoal fazia poço até no meio da rua... aí mandou cavar o poço nos fundos da associação e de lá puxar a tubulação. Aí foram de casa em casa pra fazer o cadastramento. [...]Telefone já tem, a água, agora vou lutar pra pôr o ônibus aqui dentro ... fomos na garagem falar com o Alfredo. Ele me deu três meses de banco lá, que não queria me atender, e o pessoal toda hora em casa me cobrando que quer ônibus lá dentro. No fim do mês de abril de 98 que conversamos com ele e foi definido as linhas de ônibus e, no fim do mês de julho, ele colocou os ônibus (Depoimento de H. F.).

É possível observarmos que a existência da associação de moradores(as), enquanto representação legal, foi de fundamental importância para que fosse possível obter melhorias básicas para a população residente no bairro, como acesso a luz, água e transporte público.

Outra situação emblemática vivenciada no bairro de Águas Lindas é que se trata de um bairro cujo território é dividido administrativamente entre as prefeituras de Belém e Ananindeua. Em decorrência da proximidade com o Parque Estadual do Utinga e da presença do Lixão do Aurá, foi acordada entre os dois municípios essa divisão conforme a lei 5.778/93, que definiu esses limites, podendo ser visualizada na figura 9.

Figura 9 – Mapa dos limites administrativos do bairro de Águas Lindas⁷



Fonte: Marques, 2023

Antes do estabelecimento desses limites, segundo informações de moradores(as), a população sofria com a indefinição quanto à prestação dos serviços públicos, pois um(a) gestor(a) responsabilizava o(a) outro(a) pela realização de obras e serviços e, na prática, nada era solucionado, ocasionando uma série de transtornos aos habitantes da área. No entanto,

⁷ Mapa produzido em razão das atividades desta pesquisa.

apesar de haver definição, ainda persiste esse problema em algumas áreas limítrofes, principalmente no que se refere à manutenção das ruas, que por isso são – em sua grande maioria – sem asfalto, lamacentas e sujas.

Percebemos, portanto, que essas fronteiras territoriais ainda geram omissões do poder público, dúvidas e indagações com relação ao sentimento de pertencimento, bem como uma série de dificuldades estruturais aos moradores(as) da limítrofe Belém/Ananindeua. Esses temas não estão alheios a realidade da sala de aula e é sobre eles que essa dissertação trata a partir da perspectiva do ensino de história e seus diálogos com a história local.

1.3. História local na sala de aula: possibilidades de diálogo com a memória e com a história oral

Nas seções anteriores, foi possível perceber a existência de uma rica história que constitui a formação da cidade de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas, onde estão situados a EMEIF Parque Bolonha e seus(suas) alunos(as), que serão foco desta pesquisa. Contudo, essa narrativa encontra-se silenciada no contexto escolar, em que pouco ou nenhum espaço é reservado para as abordagens locais.

Discutir temáticas referentes à história local perpassa pela compreensão do que seria esse “local” e de como ele pode ser abordado no ensino. Levando em consideração a vastidão e a diversidade regional do Brasil, as pluralidades cultural e histórica constituem um desafio para quem se interessa em pesquisar ou ensinar sobre a história em sua perspectiva local. Raphael Samuel (1990) ao abordar o conceito de história local aponta que:

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos (Samuel, 1990, p. 220).

Samuel (1990) defende que a história local pode ser uma “janela para o mundo”, essa perspectiva é elucidada de forma mais abrangente no trabalho de Vilma Barbosa (ANO) que entende a história local como um recurso teórico metodológico para a compreensão da história, logo o local é considerado “tanto como objeto quanto como referência para o conhecimento da história” (p. 58).

Vilma Barbosa (ANO) enfatiza ainda o cuidado que se deve ter ao abordar a história local de modo a não a mostrar em uma perspectiva “localista”, ou seja, fragmentada e isolada.

É fundamental o trabalho com as escalas intercambiadas de modo que as relações entre o macro e o micro sejam sempre abordadas, para assim não incorrer no risco de descontextualizar o conhecimento histórico. Assim, “é importante considerar que a história local em si é específica, mas, ao mesmo tempo, está intrinsecamente articulada com o geral (p. 58).

Concluimos que, compreender as relações de ordem econômica, política, social e cultural que se apresentam no local – entendido, neste caso, como na história do município – e situá-los no contexto do estado, da região, do país, do mundo, percebendo as relações que se constroem cotidianamente na história, requer a compreensão da história como uma das possibilidades de apreender as relações que os homens estabelecem entre si na sociedade, que pressupõe as bases de sua sobrevivência individual e coletiva.” (p. 60)

Quando nos debruçamos sobre a história local no âmbito do ensino, faz-se necessário percebê-la também como um objeto do conhecimento, ou seja, que ela nos permitirá alcançar novos aprendizados e competências, como defende Aryana Costa (2019):

Fazer/ensinar/estudar história local pressupõe tomá-la como objeto do conhecimento (quando nos concentramos em escalas “menores” e mais próximas a nós nos nossos recortes, como o bairro, a cidade, o Estado, mas também grupos sociais e cultura material que não necessariamente correspondem aos limites geográficos e políticos dos lugares) ou como o lugar de onde partem os conhecimentos (Costa, 2019, p.132).

Aryana Costa (2019) defende que a narrativa historiográfica, por muito tempo, teve por base uma visão eurocêntrica, na qual a história do Brasil era encaixada. Com isso, outros referenciais históricos ficavam de fora dessa história considerada geral e oficial. No entanto, a autora ressalta que essa historiografia não dá conta dos múltiplos espaços e sociedades existentes, logo se tornando excludente.

Ao analisar a historiografia do Brasil, Aryana Costa (2019) também percebe uma preponderância da história de algumas regiões do país, principalmente do centro sul, em detrimento das demais. Isso leva as pessoas a não enxergarem como históricos os eventos que ocorrem nas cidades ou nos bairros em que vivem, conseqüentemente não se percebendo como sujeitos(as) históricos(as). Nesse sentido, a história local permite trazer a historicidade das pessoas comuns, mostrar que a história não se restringe à Europa ou ao centro-sul do Brasil, mas que está presente de forma muito mais próxima de nós, seja no bairro, na cidade ou em outros contextos em que se busque conhecer de forma mais profunda um determinado local.

Com base nessas discussões, a história local é entendida neste trabalho não somente pela perspectiva do espaço geográfico delimitado por limites políticos, mas sim pelo lugar em que as relações sociais se estabelecem e com o qual os(as) sujeitos(as) constroem suas experiências e criam laços de afetividade e pertencimento. Logo, é preciso perceber nos(as)

sujeitos(as) os sentidos que eles(as) atribuem ao local em que vivem e transitam; pois, somente a partir dessa percepção, pode-se estudar e ensinar uma determinada história local.

Com base na concepção de história local discutida acima, passamos para a seguinte indagação: como levar os(as) estudantes a conhecerem e se interessarem por esses saberes que estão próximos, porém são desconhecidos e incompreendidos por eles(as)? Quais caminhos e possibilidades dentro do ensino de história podemos trilhar, enquanto educadores, a fim de trazermos para a sala de aula a história local?

Este trabalho se propõe a apontar alguns direcionamentos que podem se mostrar profícuos para abordar essa história mais próxima dos(as) estudantes, buscando tanto as relações com os contextos históricos mais amplos quanto as especificidades que caracterizam as vivências dos(as) sujeitos(as) que habitam o território.

Selva Fonseca (2006) destaca que o conhecimento sobre a história local contribui para o(a) estudante formar uma identidade, um sentimento de pertencimento e uma compreensão de lugar no mundo.

O local e o cotidiano da criança e do jovem constituem e são constitutivos de importantes dimensões do viver; logo podem ser problematizados, tematizados e explorados no dia-a-dia da sala de aula, com criatividade, a partir de diferentes situações, fontes e linguagens (Fonseca, 2006, p. 132).

É importante pensarmos que a cidade e o bairro são os lugares onde as pessoas vivem e se relacionam socialmente. Logo, conhecer as relações históricas, sociais e políticas no âmbito local contribui para a compreensão das suas raízes e do seu papel nos rumos da nação. Nesse sentido, faz-se necessário inserir a história local no ensino não como uma atividade esporádica; mas, sobretudo, como uma prática pedagógica que possa estar presente em diversos momentos da aprendizagem, de modo a alicerçar e aproximar a história ensinada em sala de aula da realidade dos(as) alunos(as), essa perspectiva de ensino baseia-se principalmente na concepção defendida por Paulo Freire (2021; 2022) que em suas obras defende que o ensino tem que proporcionar ao estudante a capacidade de compreender o mundo ao seu redor.

Para tanto, sabemos da carência de materiais que versem sobre a história local, pois os livros didáticos apresentam uma visão mais universal da história. Logo, faz-se necessário que o(a) professor(a) realize investigações, pesquisas e construa seus materiais, sendo assim uma grande oportunidade “para a atuação dos(as) próprios(as) professores(as) e alunos(as) como sujeitos(as) produtores(as) do conhecimento eleito como objeto de estudo” (Costa, 2019, p. 134), estimulando desse modo a autonomia dos(as) estudantes no processo de aprendizagem.

Várias possibilidades podem ser fecundas para essa jornada de compreensão do local e para o seu ensino, “como uso de fontes disponíveis na própria localidade – quando existirem: os livros, a literatura de cordel, músicas e poesias, as fotografias, o patrimônio histórico material e imaterial, os documentos dos arquivos, bem como, descobrindo e explorando as fontes vivas através de depoimentos orais” (Barbosa, 2006, p. 67). Dessa forma, o trabalho com história local constitui-se em uma oportunidade significativa para que os(as) estudantes tenham um contato mais próximo com fontes históricas, percebendo assim como o conhecimento histórico é constituído.

Uma dessas regras é a condição básica de produção do conhecimento histórico – o uso de fontes – e para o qual o trabalho com história local é uma grande oportunidade. Mobilizar “matéria-prima” propicia uma visão do *making of* da história, de uma primeira incursão em como ela é produzida (Costa, 2019, p. 135).

Trazer as narrativas que recontam a história desses(as) sujeitos(as) e do lugar onde vivem perpassa por conhecer a metodologia da história oral, uma vez que ela nos possibilita adquirir competências para buscar as memórias daqueles(as) que vivenciaram o passado e podem trazer à tona o que escapa aos documentos escritos: o olhar dos(as) sujeitos(as) históricos(as). A utilização desse procedimento no ensino de história é apontada por Verena Alberti (2004) como uma possibilidade para tornar a aprendizagem mais dinâmica e significativa para os(as) estudantes, pois “uma entrevista pode tornar o aprendizado mais fácil, porque trata de experiências concretas, narradas de forma direta e coloquial, e os(as) alunos(as) também podem fazer entrevistas sobre as histórias da comunidade e das famílias (Alberti, 2004, p. 28)

Para trazer a metodologia da história oral para a sala de aula, faz-se necessário primeiramente que o(a) professor(a) compreenda devidamente esse conceito, no que diz respeito tanto às características quanto às limitações, a fim de pensar a melhor forma de utilizá-lo no ensino de História.

O trabalho com a história oral consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história. Um dos seus principais alicerces é a narrativa (Alberti, 2004, p. 77)

Partindo da visão de Verena Alberti (2004) acerca da história oral, podemos perceber que essa metodologia possui a potencialidade de permitir o acesso a uma vasta gama de memórias sobre o passado. Além disso, ela proporciona, segundo a autora, o “fascínio pelo vivido”. Mediante a escuta atenta das narrativas sobre tempos e histórias que não vivenciamos,

conseguimos vislumbrar o passado, não em sua totalidade, mas lastreando seus fragmentos que nos permitem, por meio de um mosaico de informações obtidas, compreender sua dinâmica ao longo do tempo.

Lucília Delgado (2006) também elenca uma diversidade de potencialidades de pesquisa que a história oral pode abarcar, dentre as quais “recuperar memórias locais, comunitárias, regionais, étnicas, de gênero, nacionais, entre outras, sob diferentes óticas e versões” (Delgado, 2006, p. 19). Nesse sentido, essa metodologia se mostra de grande valia para as pesquisas que abordam a história local, possibilitando ainda “recuperar informações sobre acontecimentos e processos que não se encontram registrados em outros tipos de documentos” (Delgado, 2006, p. 19).

A história oral vem traçando uma longa jornada dentro do campo da História, inclusive para ser aceita enquanto metodologia aplicável a esse saber; pois, durante muito tempo, somente os documentos escritos eram considerados fontes históricas. Michel Trebitsch (2006), em seu texto sobre “A função epistemológica e ideológica da História oral no discurso da História Contemporânea”, reflete sobre o desenvolvimento dessa metodologia no contexto europeu e americano, sobretudo nas décadas de 60 e 70, quando ela ganha espaço, sendo possível perceber em suas análises que a história oral foi se firmando nos países como “uma história vista de baixo [...] levando a convicção contestadora de que é preciso devolver a palavra à criança, ao louco, às minorias sociais, raciais, sexuais, oprimidas” (Trebitsch, 2006, p. 32). Assim, a história oral permite uma aproximação maior com os(as) sujeitos(as) da história, logo não pode ser considerada uma fonte objetiva, pois carrega as subjetividades dos(as) indivíduos(as) que narram suas vivências.

É importante nos atentarmos de que os depoimentos orais obtidos nas entrevistas não podem ser vistos pelos(as) estudantes, e muito menos pelos(as) historiadores(as), como apêndices ilustrativos dos postulados históricos a serem abordados no ensino de história. Esses depoimentos necessitam ser analisados em uma prática de história oral a partir de um “estilo de analista completo”, defendido por Etienne François (2006), no qual é realizada a interpretação da fonte, bem como os depoimentos são situados em seu contexto histórico e social e confrontados com outras fontes orais ou documentais diversas, assim “não se limitam a um único método e a uma técnica, mas as complementam e as tornam mais complexas” (François, 2006, p. 13).

Esse modo de ver a história oral está relacionado com um dos paradigmas de sustentação dessa metodologia discutido por Verena Albert (2004) denominado de

hermenêutica, a qual, é compreendida pela autora como um modo de pensar que vai muito além da interpretação de textos, pois “consiste em valorizar o movimento de se colocar no lugar do outro para compreendê-lo e em acreditar que as coisas têm um sentido latente, ou profundo, a que se chega pela interpretação” (Alberti, 2004, p. 18). Assim, a estudiosa defende que o caráter hermenêutico da história oral possibilita vivenciar o que já aconteceu por meio das experiências de outras pessoas, buscando compreender e interpretar o que lhe está sendo contado.

A realização desse complexo processo hermenêutico requer ao(a) pesquisador(a) o cuidado com todo o processo que envolve a coleta dos depoimentos orais, desde a pesquisa inicial sobre a temática a ser abordada, passando pela escolha dos(as) depoentes e pela formulação das perguntas, até a produção do texto final acerca do que foi coletado.

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou a entrevista (Meihy; Holanda, 2022, p. 15).

Alessandro Portelli (2010) nos aponta em sua pesquisa sobre “a vida e os tempo de Valério Peppoloni” como empreender essa árdua tarefa de analisar e interpretar os depoimentos obtidos pela oralidade. Para tanto, ele cruza o depoimento de Peppoloni com os de outros(as) trabalhadores(as) e com obras históricas da época, conseguindo obter padrões e características em comum nos relatos, como a formação da consciência de classe, a dimensão das relações nos espaços públicos e as relações e influências do contexto histórico sobre as vivências do entrevistado. Assim, foi possível analisar o modo como a narrativa é organizada, buscando o “fio condutor” que a estrutura de modo a lhe dar sentido.

Lucília Delgado elenca três tipos de entrevistas, a saber: História de vida, entrevista temática e trajetória de vida. Para efeitos desta pesquisa relacionada à história local, consideramos mais adequado aquele cujas temáticas “são entrevistas que se referem a experiências e processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados(as)” (Delgado, 2006, p.22).

A história oral é vista por Jean-Jacques Becker (2006) como um “arquivo provocado”, no qual as pessoas decidem as memórias que consideram que devem ser enfatizadas e registradas a partir das indagações levantadas pelo(a) pesquisador(a), logo não pode ser considerada uma memória espontânea. Por serem memórias, elas incorrem em diversos riscos frisados pelo autor, como:

Resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas em função de acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas deliberadamente para coincidir com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças transformadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores (Becker, 2006, p. 28).

Percebemos então que o trabalho desenvolvido através da história oral é alicerçado em sua relação com a memória, que precisa ser estudada tanto em sua dimensão individual quanto coletiva. De acordo com Lucília Delgado (2006), a memória vai muito além da história de vida de um(a) indivíduo(a), perpassando por memórias construídas e consolidadas coletivamente, nutrindo-se “de lembranças de família, de músicas e filmes do passado, de tradições, de histórias escutadas e registradas (Delgado, 2006, p. 27).

Para David Lowenthal, “toda consciência do passado está fundada na memória” (1998, p. 75), sendo esta constituída das lembranças que ficaram internalizadas no(a) indivíduo(a) e que podem ser acessadas por ele(a). Nesse sentido, a memória possui um caráter seletivo, na medida em que “a necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim como de recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças as necessidades do presente” (Lowenthal, 1998, p.77).

Um aspecto que precisamos nos atentar, quando lidamos com a memória, é que ela possui uma dimensão individual e uma coletiva que estão intrinsecamente ligadas; pois, apesar das lembranças serem algo totalmente pessoais e invioláveis, nós vivemos em uma coletividade. Portanto, compartilhamos momentos e vivências passados com outras pessoas, nossas memórias são influenciadas pelos relatos contados por alguém próximo, pelos filmes que assistimos, pelas reportagens, pelas informações a que temos acesso e pelo ensino que recebemos dentro e fora da escola.

O conceito de memória coletiva tem como seu maior expoente o sociólogo Maurice Halbwachs (1990), que – em sua célebre obra “A memória coletiva” – busca defender que as memórias dos indivíduos são formadas, em sua grande maioria, a partir das relações com os grupos sociais com os quais convivem e se relacionam, o que leva vários indivíduos a compartilharem memórias que então se tornam comuns a esses(as) membros(as). Por sermos seres sociais, mesmo quando estamos sós, somos influenciados pelas memórias da coletividade na qual nos inserimos, formando-se assim o que Halbwachs denomina de “quadros sociais da memória”.

As memórias compartilhadas assumem um papel significativo no fortalecimento e na manutenção de um grupo ou uma sociedade, contribuindo para estabelecer sentimentos de pertencimento a um grupo social ou uma nação. Em contrapartida, essas memórias são seletivas,

definindo-se, entre seus(as) membros(as), o que é digno de ser lembrado e o que deve ser esquecido, sendo feita uma conciliação entre as memórias individual e coletiva.

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja pontos de contato entre elas e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum” (Halbwachs, 1990, p.12).

As maiores críticas ao conceito de memória coletiva se referem ao atrelamento da memória individual à coletiva, na qual, de acordo com Halbwachs, o(a) indivíduo(a) necessitava dos grupos sociais nos quais se insere para conseguir construir sua memória. Logo, a subjetividade é posta em segundo plano, como coadjuvante do desenrolar das tramas sociais.

Importante frisar que a história necessita da memória para o estudo do passado. No entanto, não pode haver confusão de conceitos, pois aquela se difere desta “na medida em que deve não só se preocupar com os usos e a manutenção das lembranças herdadas, mas também, e sobretudo, buscar as lembranças esquecidas, descrevê-las, explicá-las” (Caimi, 2009, p. 73).

Ao estabelecer essa distinção, Flavia Caimi (2009) nos mostra que a história faz uma investigação do passado com base em métodos científicos e com o cruzamento de fontes, para assim compreender as experiências coletivas das sociedades ao longo do tempo. No ensino de história, a estudiosa afirma que as memórias individuais e coletivas participam de diversas maneiras do processo de aprendizagem histórica.

Ainda que a memória individual e coletiva deva ser prestigiada nos processos de ensinar e aprender história como ponto de partida para a construção do pensamento histórico, uma vez que nela se constitui a base de conhecimentos prévios dos estudantes, o ensino de história deve ter como parte de suas preocupações a administração das recordações, relatos e transmissões do passado, auxiliando os(as) alunos(as) a desenvolverem habilidades de pensamento e instrumentos para evitar as naturalizações do passado e a mera recepção das tradições herdadas (Caimi, 2009, p. 73).

Nesse sentido, o(a) professor(a) de história não pode ignorar essas memórias que permeiam o ambiente escolar e influenciam na aprendizagem, mas sim precisa possibilitar aos(as) estudantes formas de conhecê-las e analisá-las para assim obter uma compreensão mais abrangente acerca da realidade na qual estão inseridos(as). Assim, o estudo da memória individual e coletiva pode auxiliar no ensino para a compreensão do tempo presente em suas relações com o passado.

A memória é uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente [...]. Apesar dos acontecimentos e processos históricos serem imutáveis, os

historiadores, os sujeitos e as testemunhas da história constroem análises naturalmente influenciadas pelo tempo no qual estão inseridos (Delgado, 2006, p.9).

Partindo dessa reflexão, relacionada à memória, consideramos importante frisar que estamos discutindo um contexto histórico recente, no que se refere à história local abordada nesta pesquisa, portanto o diálogo e a compreensão sobre a história do tempo presente se fazem necessários. Lucília Delgado e Marieta Ferreira, com base em Francóis Bedárida, demarcam que a história do tempo presente trata sobre “a presença de testemunhos vivos, que podem vigiar e contestar o(a) pesquisador(a), afirmando sua vantagem de ter estado presente no momento do desenrolar dos fatos” (Delgado; Ferreira, 2013, p. 22). Logo, a complexidade de estudar e pesquisar o tempo presente, cuja demarcação não é fixa como em outras áreas de pesquisa, sendo formada de “balizas móveis” que necessitam ser revistas dentro de um lapso temporal relativamente curto, algo que demanda do(a) historiador(a) a revisão constante do significado atribuído ao passado, seus objetos de estudo e seus recortes cronológicos.

Percebemos, assim, que os conceitos discutidos se relacionam e se influenciam mutuamente, de modo que não podem ser dissociados nesta pesquisa; na medida em que, ao pretendermos abordar a história local no contexto escolar, necessitamos dialogar permanentemente com a história do tempo presente. Fundamentados na metodologia da história oral, o(a) professor(a) e os(as) estudantes podem estabelecer contato com esse passado recente, por meio das memórias daqueles que o vivenciaram.

No âmbito do ensino de história, a utilização da metodologia da história oral com os(as) alunos(as) para levá-los a conhecer a história local poderá estimular a valorização dos conhecimentos trazidos pelas pessoas mais velhas do bairro e da cidade, as quais, muitas vezes, não recebem da juventude contemporânea a devida atenção. Podemos assim criar vínculos entre gerações mediante a escuta dos relatos de vida, que enriquecem o conhecimento histórico e a compreensão dos(as) estudantes sobre seu próprio lugar no mundo.

Ademais, a busca de possibilidades para se discutir a História do bairro de Águas Lindas e da cidade de Ananindeua, no ambiente escolar, não se restringe à aplicação da metodologia da história oral no ensino. Consideramos relevante também proporcionar aos(as) alunos(as) o contato com outros espaços de aprendizagem e de memória, que pode ser proporcionado, para lhes tornar a história local mais palpável, por meio de diferentes “lugares de memória”, termo usado por Pierre Nora (1993) para conceituar os rastros de memória, materializados na forma de instituições específicas, com o objetivo de salvaguardar o que deve ser lembrado, buscando vencer assim o esquecimento. “Museus, arquivos, cemitérios e

coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade” (Nora, 1993, p.13).

Pierre Nora (1993) fala de um fenômeno da modernidade, a aceleração da história – decorrente da industrialização e da globalização –, do qual advém o “fim da história-memória” (1993, p.7), ou seja, o esmorecimento da tradição de passar a história de geração em geração. Desse processo resultam o fim das sociedades-memória e a culminância de uma sociedade muito voltada para o tempo presente, sem refletir sobre suas relações com o passado. Os lugares de memória vêm como uma forma de enfrentamento a esse fenômeno, objetivando a preservação de uma determinada memória do passado para as gerações presentes e futuras. A necessidade da sociedade criar esses espaços é decorrente do sentimento de que “não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (Nora, 1993, p.13).

Essa visão é corroborada por Alberto Rosa (2007), quando argumenta que as práticas de recordação ocorrem por meio de paisagens, artefatos e monumentos que os grupos produzem, para não esquecerem de momentos que consideram significativos do passado em comum, criando assim uma identidade comum através da memória que é forjada nessas práticas. Dessa maneira, os lugares de memória assumem uma função pedagógica de ensinar sobre o passado e preservá-lo do esquecimento. Ocorre a materialização da memória em monumentos, museus e lugares específicos que prestam homenagem simbólica a pessoas ou fatos.

Instituições com essa finalidade, no âmbito do ensino, permitem os(as) estudantes a se aproximarem do passado por meio desses rastros preservados. Proporcionar atividades educativas dentro e fora da escola, em diferentes espaços de memória que possam dialogar com a realidade dos(as) alunos(as), é um caminho salutar para quebrar com visões acerca da disciplina de História como sendo destinada aos(as) “grandes homens” e “grandes mulheres” e aos “grandes eventos”. Ademais, é possível fortalecer a percepção de que a História se constrói diariamente, no tempo presente, por uma diversidade de sujeitos e em diversos lugares.

A discussão de temáticas mais próximas da realidade e das vivências dos(as) estudantes propicia o estabelecimento de diálogos profícuos entre professor(a) e aluno(a), estimulando o protagonismo e a criticidade no processo de aprendizagem. Esse caminho possibilita quebrar com as amarras de uma educação tradicional, na qual o(a) discente é um(a)

expectador(a) que absorve conhecimentos pré-estabelecidos, e mostrar a importância do saber histórico na construção e na transformação da percepção da realidade circundante.

CAPÍTULO 02: O LUGAR DA HISTÓRIA LOCAL NO CURRÍCULO: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NA CIDADE E NA ESCOLA

Quando tratamos do ensino de qualquer disciplina, não podemos deixar de pensar no currículo que está atrelado a esse processo de ensinar, buscando compreendê-lo em suas múltiplas dimensões, dificuldades, limitações e, principalmente, influência na prática de ensino-aprendizagem. É importante estar atento(a), pois, no currículo escolar, estão presentes uma série de conflitos relacionados ao que deve ou não ser ensinado, o que não perpassa somente pelo âmbito educacional, mas abarca também aspectos ideológicos, políticos e sociais que tornam a discussão bastante complexa. Apple (2013) enfatiza que o sistema educacional de muitos países sofre pressões para estabelecer objetivos afins às metas das empresas e das indústrias. As empresas buscam convencer os(as) professores(as), os(as) alunos(as) e o currículo de que a solução para “os problemas de aproveitamento escolar, de desemprego, de competitividade econômica, [...] desapareceria quase por completo” (Apple, 2013, p. 50), se a educação seguisse parâmetros mais rígidos e voltados para as necessidades das empresas.

Nesse contexto, Apple (2013) defende que a escola assuma um papel de mediadora das demandas que lhe são incutidas, ou seja, o modo como essas demandas serão recebidas irá variar em decorrência de diversos fatores relacionados à ideologia e à história de cada escola e daqueles que nela trabalham. Dessa forma, essa instituição não absorve pacificamente as exigências da sociedade, mas sim as ressignifica, de acordo com suas especificidades.

Logo, um currículo nunca é neutro; pois, ao chegar à escola e a cada educador(a), ele sofre seleções e modificações de acordo com as necessidades específicas de cada contexto escolar. Nesse sentido, o currículo é visto por Moreira e Tadeu (2013), entre outros(as) autores(as), como uma “área contestada, é uma arena política” (2013, p. 28), visto que diversos agentes – governo, instituições, empresas, professores(as) e alunos(as) – querem se reconhecer no currículo e participar da sua construção.

Miguel Arroyo (2013) também discute sobre as disputas existentes em torno do currículo, em meio às quais diversos(as) sujeitos(as) buscam, de algum modo, ter suas demandas atendidas. Nesse sentido, alunos(as), professores(as) e sociedade precisam ser ouvidos(as) para que suas necessidades, saberes e experiências possam ser discutidas no ambiente escolar a partir desse documento. Ademais, “os movimentos sociais trazem indagações e disputas para o campo dos currículos e da docência” (2013, p. 06).

O currículo pode levar a uma dicotomia no fazer docente; pois, enquanto auxilia no planejamento de trabalho, ele também cria amarras nesse processo, podendo limitar a capacidade criativa desse(a) professor(a). Nesse sentido, é preciso pensar tanto no currículo enquanto política educacional quanto na dimensão prática de ação na escola, compreendendo que há uma “distinção entre o currículo escrito e o currículo como prática em sala de aula” (Goodson, 2012, p.6).

Miguel Arroyo (2013) reforça a questão de os currículos visarem à aprovação em avaliações de larga escala, em razão das quais se preocupa pouco com a formação da consciência crítica dos(as) estudantes. Assim, a função do(a) educador(a) se restringe a obter dos(as) seus(suas) alunos(as) bons resultados nessas avaliações, o que centraliza o foco do processo de aprendizagem no conteúdo. Percebemos, assim, que a disputa principal que abarca a construção do currículo é sobre o modelo educacional que se pretende reproduzir no país, se voltado para o mercado de trabalho ou para a formação cidadã crítica.

Moreira e Tadeu apontam a influência do currículo na produção de identidades individuais e coletivas, o que se “materializa na tendência a vincular currículo e construção de cidadania e de cidadão(ã)” (2013, p. 43). No entanto, ao se fazer isso também, é necessário se atentar para que tipo de cidadão(ã) se quer formar, a fim de não se reiterar discursos errôneos que, mesmo imperceptivelmente, estão vinculados aos interesses das classes dominantes e do governo.

Nesse sentido, precisamos refletir criticamente sobre o currículo, a fim de que possamos levantar problematizações capazes de suscitar mudanças e atualizações, impedindo que ele se torne inerte diante das mudanças sociais e políticas vivenciadas pela sociedade. Assim, o currículo assume um papel significativo na organização e na dinâmica da vida escolar e, por isso, é o “território mais cercado, mais normatizado. Mas também o mais politizado, inovado, ressignificado” (Arroyo, 2013, p. 6).

Por outro lado, existem visões de que o currículo escrito não é relevante na prática educativa, pois se trataria apenas de palavras que não serão seguidas e o válido seria somente a prática docente, ou seja, o currículo não interferiria no processo. No entanto, é importante lembrar que os livros didáticos são baseados nesse documento e que os planejamentos realizados nas escolas pelos(as) docentes também precisam, de algum modo, abarcá-lo, mesmo que não em sua integridade.

No contexto atual da educação brasileira, na perspectiva do currículo, faz-se necessário refletir sobre a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), a qual se constitui atualmente como

um instrumento normativo que norteia a construção dos currículos escolares da educação básica de nosso país. Logo, mesmo sendo uma política pública consumada, é de suma importância sua análise e problematização por todos(as) os(as) profissionais e pesquisadores(as) da área da educação.

O intuito de criar uma base comum não é recente, estando presente na Constituição de 1988 e na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1996, que, em seu artigo 26º, assim determinava:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Apple (2013), ao refletir sobre a implementação de uma base nacional comum nos Estados Unidos, considera que essa necessidade advém de que países desenvolvidos da Europa haviam aderido a esse modelo de currículo para seus sistemas educacionais. Logo, visando à implementação dessa inovação, aumentaram as pressões nesse país para aderir a essa organização curricular. Ademais, o autor também salienta o pensamento de que um currículo padronizado possibilitaria aumentar o nível do país nas avaliações de larga escala, além de “fazer com que as escolas sejam responsabilizadas pelo sucesso ou fracasso de seus alunos” (Apple, 2013, p. 76).

Pretendemos, ao longo deste capítulo, realizar uma análise da BNCC de História destinada para o ensino fundamental do 6º ao 9º ano, partindo de sua contextualização e objetivos, bem como da sua adaptação em nível municipal, buscando perceber como essa normativa foi recebida e reformulada na rede municipal de Belém. A partir dessa análise do currículo, observamos aspectos importantes sobre a escola em que o trabalho foi desenvolvido – a história, os projetos e a inserção na comunidade. Por fim, analisamos os(as) estudantes que participaram da pesquisa, seus olhares sobre a escola e sobre a história ensinada. Acreditamos que, para buscar novas formas de abordagem no ensino de história, faz-se necessário compreender essa tríade: o currículo, a escola e os(as) estudantes.

2.1. O lugar da história local na BNCC e no currículo

O ensino de história na atualidade perpassa pela questão do currículo, ao qual os(as) professores(as) de história necessitam estar observantes, e pela BNCC, aprovada em 2017⁸, tendo passado a ser obrigatória a partir de 2020. Nesse sentido, faz-se necessário refletir criticamente sobre esse instrumento ao qual os currículos, as escolas e os(as) professores(as) estão atrelados(as), questionando-nos sobre a viabilidade prática da normativa e as maneiras de aplicação no âmbito do ensino básico.

No que tange ao componente curricular de História, a versão final da BNCC recebeu várias críticas de intelectuais da área; pois, como afirmam De Oliveira e Caimi (2021), havia a necessidade de um debate mais profundo antes de sua efetivação. Outra questão considerável foi a ocorrência significativa de mudanças entre a primeira versão elaborada em 2016 e a que foi aprovada em 2017, em virtude de setores mais conservadores de intelectuais que defenderam um caráter mais tradicional do documento, como é discutido por Cerri e Costa (2021). A primeira versão apresentava uma proposta que privilegiava a história do Brasil e a história recente, suprimindo os aspectos da história antiga e medieval do ensino fundamental. Ao selecionar alguns conteúdos em detrimento de outros, de acordo com Cerri e Costa (2021), objetivava-se diminuir o caráter enciclopedista da disciplina com uma vasta quantidade de conteúdos que professores(as) e alunos(as) precisavam dar conta ao longo do ano e, assim, permitir um aprofundamento de discussões históricas consideradas pertinentes.

Por suprimir tais conteúdos, a primeira versão recebeu diversas críticas como a de não estar de acordo com a temporalidade, de ter uma tendência ideológica de esquerda e de ocasionar a perda de conteúdos considerados imprescindíveis por seus(suas) críticos(as), porém Cerri e Costa apontam que “a crítica é feita pela identificação do que ‘falta’, que foi chamada de retórica da perda, que indica o apego ao modelo quadripartite” (2021, p. 8).

Em decorrência das críticas, essa proposta foi abandonada e os(as) membros(as) que a redigiram foram substituídos(as), tendo a segunda versão sido feita de modo sigiloso, na visão de Cerri e Costa (2021), e representado um retrocesso aos moldes anteriores de organização curricular. Por fim, com poucos ajustes em relação à segunda versão, foi aprovada no final do

⁸ A versão final da BNCC para o ensino fundamental foi homologada em 20 de dezembro de 2017 pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Resolução CNE/CP nº 2, mostrando-se como um projeto para a educação brasileira e um instrumento de normatização a ser implementado nas escolas de todo o país.

ano de 2017 a versão final da BNCC, apesar de que estados e municípios teriam até o ano de 2020 para adequar seus currículos a esse documento.

A BNCC do ensino fundamental tem a ambiciosa intenção de dar conta de toda a História do mundo, das origens da humanidade até a atualidade, a ser trabalhada no transcorrer de quatro anos de escolarização, abarcando uma infinidade de conteúdos. Essa pretensão passa a se fazer presente na construção dos currículos municipais, que, em grande medida, acabam se tornando uma cópia quase fiel da base. Com isso, indagamo-nos: em que momento é possível discutir e ensinar a história local? Qual é o lugar do local no currículo escolar?

Desse modo, a BNCC foi apresentada à sociedade brasileira com o argumento de proporcionar as mesmas oportunidades de ensino e aprendizagem para os alunos de todas as regiões do país. No entanto, o que se percebe, de acordo com Sandra de Oliveira e Flávia Caimi, é que o “documento se apresenta para a sociedade como a régua homogeneizadora, com poderes de equalizar as profundas diferenças que assolam o Brasil” (2021, p.3). Esse caráter homogeneizador fica evidente quando percebemos que as habilidades elencadas para o ensino fundamental do 6º ao 9º ano fazem pouquíssimas referências às questões regionais e locais, que ficam restritas ao 4º e ao 5º ano, ocasião em que a ênfase seria a “compreensão do tempo e do espaço, no sentido de pertencimento a uma comunidade” (Brasil, 2017, p. 417).

Ao analisarmos a BNCC proposta para o 9º ano do ensino fundamental (Brasil, 2017), percebemos, na organização dos objetos do conhecimento, a ênfase a uma narrativa histórica baseada na ordem cronológica e eurocêntrica. As habilidades elencadas, por sua vez, fazem pouquíssimas menções à possibilidade de se discutir aspectos relacionados a história local, com exceção do item EF09HI06: “Identificar e discutir o papel do trabalho como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade)” (Brasil, 2017, p. 429). Assim, é possível perceber o distanciamento entre os conteúdos abordados e a realidade dos(as) estudantes.

No entanto, essa ausência não deveria se constituir em um problema, pois sabemos que a BNCC dá margem para que municípios e estados façam a inserção, em seus currículos, de aspectos ligados às questões regionais e locais, constantes na parte diversificada dos documentos curriculares. Nesse sentido, para além da Base, é necessário refletir sobre a constituição dos currículos municipais, a fim de percebermos se a parte diversificada realmente está presente e se as questões regionais e locais estão sendo abarcadas.

Nesta pesquisa específica, detivemo-nos a analisar a construção das diretrizes curriculares do município de Belém, às quais a EMEIF Parque Bolonha é vinculada. Esse

processo se iniciou em meados de 2019, por meio das formações mensais promovidas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), cujas primeiras discussões apresentaram superficialmente os objetivos propostos na base, além de demonstrarem como esse documento deveria ser tomado como material de referência para os planejamentos anuais.

Houve muitas reclamações dos(as) docentes em relação ao documento ser homogeneizador e à falta de participação desses(as) profissionais na elaboração. Ademais, foram enfatizadas as dificuldades apresentadas na rede de ensino municipal para se abarcar uma gama imensa de conteúdos de história ao longo do ano letivo, entre as quais constou a necessidade de serem feitas seleções de acordo com as especificidades de cada escola.

A partir dessas reuniões, foi sugerida a elaboração da proposta curricular municipal, na qual os(as) docentes da rede poderiam acrescentar propostas, principalmente no que se refere as questões regionais da História do Pará, da cidade de Belém e de outras lacunas percebidas na BNCC. No entanto, a dinâmica de produção do documento curricular foi bem complicada, pois os(as) professores(as) apenas dispunham de um turno de trabalho para participarem dessas reuniões mensais para a elaboração do documento – algo que impossibilitou realizar diálogos que abrangessem a maioria dos(as) profissionais –, somente três delas foram realizadas, o que inviabilizou um estudo mais aprofundado, sendo que os(as) professores(as) presentes eram divididos para escrever sobre um determinado ano, logo não tinham uma noção do conjunto do documento que estava em construção. Essa forma de organização do trabalho desestimulou muitos(as) docentes e as reuniões foram ficando cada vez mais vazias.

Em 2020, o mundo vivenciou a pandemia de Covid-19 e as reuniões foram suspensas. As escolas da rede municipal continuaram a elaborar seu planejamento tendo como alicerce somente a BNCC e os livros didáticos. No entanto, com o ensino remoto, tornou-se ainda mais difícil contemplar as habilidades propostas na Base de maneira efetiva.

Com o retorno as aulas presenciais em 2022, as discussões referentes ao currículo municipal também foram retomadas. Ocorreram então discussões acerca da temática, a partir das áreas do conhecimento, ao longo de algumas formações dos(as) docentes da rede municipal de ensino. Os(as) professores(as) foram novamente convidados a contribuir na atualização do currículo.

Foi então sugerido aos(as) docentes um modelo diferente, em partes, da BNCC. A justificativa era a de proporcionar uma organização curricular que fosse mais adequada ao

sistema de ensino ciclado⁹, que vigora na capital paraense. Nesse modelo de organização, as habilidades e competências presentes na base foram suprimidos e substituídos pelos objetivos de aprendizagem elaborados para cada ciclo como podemos ver na figura 10.

Figura 10 – Objetivos de aprendizagem para o ciclo IV

COMPONENTE CURRICULAR HISTÓRIA CICLO IV - 8º E 9º ANO
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
<ol style="list-style-type: none"> 1 - Identificar as especificidades culturais e artísticas que marcam as sociedades em diferentes tempos históricos. 2 - Identificar e analisar as lutas sociais, as guerras e revoluções presentes na história de diferentes sociedades. 3 - Refletir sobre as grandes transformações tecnológicas e os impactos que elas produzem na vida das sociedades. 4 - Identificar e analisar as diferentes formas de preconceito e discriminação em relação a determinadas populações e suas formas de resistências. 5 - Analisar as formas de participação política presente em diferentes sociedades. 6 - Compreender as práticas autoritárias e de violação dos direitos humanos presentes nas experiências históricas de determinadas sociedades. 7 - Analisar o contexto histórico de surgimento das instituições voltadas para afirmação dos direitos humanos no mundo.

Fonte: Belém, (2023, p. 366)

A proposta de organização sugerida pela secretaria se utilizou dos objetos do conhecimento presentes na BNCC para estruturar as diretrizes curriculares. No entanto, o que podemos perceber é que houve uma transferência integral desses objetos e dos eixos temáticos, nos quais os professores da rede municipal foram convidados a inserir outros assuntos que julgassem pertinentes no já extenso rol de objetos do conhecimento.

As reuniões para a adequação referentes à história e às demais disciplinas ocorreram durante três reuniões, realizadas mensalmente, nos dias destinados ao cumprimento da hora pedagógica dos(as) docentes, que poderiam optar por ir no horário da manhã ou no da tarde. Essa organização do trabalho permitiu a escuta dos(as) professores(as) da rede, porém de forma fragmentada, por isso não conseguiu realizar um processo no qual houvesse uma ampla

⁹ A oferta do Ensino Fundamental em Belém se dá na modalidade do Sistema de Ciclos, onde temos: o Ciclo I e II – correspondente aos Anos Iniciais do Fundamental (1º ao 5º ano) e o Ciclo III e IV – com os Anos Finais do Fundamental (6º ao 9º ano). No que se refere aos anos escolares, os ciclos ficam assim dispostos: Ciclo I: 1º ao 3º ano; Ciclo II: 4º e 5º ano; Ciclo III: 6º e 7º ano; Ciclo IV: 8º e 9º ano (Belém, 2023b, p. 110).

discussão dos temas, sendo três reuniões ainda insuficientes para uma construção coletiva significativa do currículo municipal.

De forma aligeirada e com pouco espaço destinado a uma reflexão e discussão consistente, foram aprovadas, em 2022, pelo conselho municipal de educação as Diretrizes curriculares municipais de Belém. Este documento ainda se mostra como uma novidade para os(as) educadores(as), pouco conhecido e divulgado.

O que podemos perceber é que, mesmo a BNCC prevendo uma parte diversificada no currículo, ela foi absorvida de forma totalizadora no município, com espaços muito curtos para seu debate entre os(as) profissionais da educação. Com isso, a história local ou não foi mencionada ou recebeu pouca atenção na elaboração do currículo municipal. É importante frisar que, mesmo aparecendo de forma bem discreta, o documento lhe ressalta a importância:

A história local se apresenta como uma alternativa metodológica de organização do conhecimento histórico escolar e da condução didática, tendo em vista que a mesma possibilita ao educando estabelecer uma relação de sua realidade local com o saber sistematizado, facilitando a construção de novos saberes acerca de seu contexto histórico-social (Belém, 2023b, p. 351).

As diretrizes curriculares de Belém, em seu documento final, fazem uma análise crítica da BNCC, considerada homogeneizadora, principalmente no que se refere à ausência dos(as) educadores(as) na construção do documento, que contou mais com o grupo empresarial, mostrando a tendência para a qual caminharia a educação do país. Assim, fica evidente que o documento curricular belenense foi feito com a participação dos(as) professores(as), no entanto, como foi relatado anteriormente, esse processo de escuta apresentou falhas e não conseguiu abarcar de forma satisfatória a categoria docente.

Desse modo, as Diretrizes Curriculares de Belém têm um caráter paradoxal, pois fazem críticas à base, no entanto se mostra como uma cópia simplificada da BNCC. Ao suprimirem as habilidades e as competências, dão ênfase aos objetos do conhecimento que assumem o papel de conteúdo, sendo inseridos alguns aspectos referentes a história regional e local nesses objetos, fruto do trabalho realizado nas rápidas formações promovidas pela Secretaria de Educação de Belém.

No que se refere à história, as diretrizes curriculares de Belém fazem referência à importância da História local e regional buscando: “a valorização das identidades regionais e as identidades étnicas”, onde o processo de ensino e aprendizagem tem como objetivo “estimular os(as) alunos(as) a produzirem suas próprias histórias tendo como fonte o seu patrimônio histórico-cultural” (Belém, 2023b, p. 348). É importante frisar que essa valorização

da história local não pode se basear em um relato da vida das elites políticas e econômicas do lugar, ou no culto à pátria, por meio das comemorações cívicas e da reverência aos símbolos nacionais como a bandeira, o hino e as armas, numa perspectiva positivista da história.

No entanto, ao analisarmos a presença da história local nas diretrizes curriculares municipais, é possível perceber que ainda é tímida sua participação no rol dos conteúdos do ensino fundamental, como podemos perceber na tabela 1, o que pode limitar bastante o trabalho dos(as) professores(as) de História com relação a essa temática.

Tabela 1 – Percentual da presença das discussões locais nas diretrizes curriculares do município de Belém

	Total de objetos do conhecimento	Objetos do conhecimento sobre a história local	% da história local no currículo municipal
CICLO III (6º e 7º ano)	34	4	11,76%
CICLO IV (8º e 9º ano)	63	5	7,93%

Fonte: autora (2023)

Podemos nos indagar por que, mesmo com a participação dos docentes na elaboração do documento curricular, os aspectos referentes à história local ainda recebam pouco espaço no currículo? O que foi considerado relevante acerca da história local para ser inserido no documento curricular? Por que outras questões referentes à história local não foram contempladas no documento curricular?

É possível perceber que foram elencados para entrar no currículo municipal aqueles assuntos mais conhecidos da história do Pará e de Belém, sobre os quais também tem mais pesquisas e livros escritos, como a Fundação de Belém, a Cabanagem, os ciclos da borracha, entre outros temas.

A fim de compreender melhor a visão dos(as) professores(as) de História acerca da construção do currículo municipal, bem como sobre o ensino da história local, foi aplicado um questionário a cinco educadores(as) da rede que se disponibilizaram a respondê-lo. Eles(as) foram indagados sobre os seguintes pontos: a participação que exerceram na construção do currículo de Belém; o ponto de vista sobre as Diretrizes Curriculares de Belém para o componente de História contemplarem de forma satisfatória as questões regionais e locais; as dificuldades enfrentadas ao abordar assuntos referentes à História local; os caminhos possíveis para que a História local seja discutida em sala de aula.

Todos os(as) cinco professores(as) de História que responderam ao questionário estiveram presentes nas formações de reformulação das diretrizes curriculares de Belém, e consideram que o documento “poderia passar por um debate mais amplo entre docentes” (Professor L.O). Quando foram indagados se consideravam que as Diretrizes Curriculares de Belém para o componente de História contemplavam de forma satisfatória as questões regionais e locais, os(as) docentes consideraram que não; pois, como aponta o professor D.F, “são poucos assuntos que são elencados, então acho que ainda faltam outras temáticas que poderiam ter sido abordadas”. No entanto, nenhum dos(as) professores(as) que responderam ao questionário apontaram de forma mais aprofundada o que ainda poderia ser discutido no currículo municipal.

Um dos aspectos ressaltados pelos(as) professores(as) que responderam ao questionário sobre o tema refere-se à pouca carga horária da disciplina de história como sendo uma dificuldade para trabalhar os aspectos locais e, ao mesmo tempo, dar conta do restante dos conteúdos do currículo. Com isso, a história local e regional deixa de ser trabalhada ou é abordada de forma bem superficial; pois, como aponta a professora A.L: “temos pouco espaço para desenvolver projetos de história local, acho que trabalhar com projetos funcionaria muito mais que a tradicional aula expositiva. Os(as) alunos(as) precisam ter tempo para criar e pesquisar também”.

Foi apontado por eles(as) que a solução ideal para a problemática de se trabalhar a história local seria ter uma disciplina específica para abordar as questões locais em Belém, chamada de Estudos Amazônicos, que existe em alguns municípios do Estado do Pará e na rede estadual de ensino.

Não podemos analisar a BNCC, sem levar em consideração também a LDBEN. Nesse sentido, lembramos que a LDBEN orienta trabalhar as particularidades regionais na parte diversificada do currículo. No caso do estado do Pará, foi criado Estudos Amazônicos, mas não faz parte da grade curricular de Belém, logo, há grande dificuldade para se trabalhar história local. Já nas redes de ensino que adotam Estudos Amazônicos, a história local é trabalhada com maiores possibilidades (Professor A.C)

Nesse sentido, os(as) docentes entrevistados apontam uma certa inviabilidade de se trabalhar a história local dentro da disciplina de história; pois, na visão deles(as), seria mais proveitoso se seu ensino fosse realizado de forma apartada em uma disciplina específica, no caso estudos amazônicos. Essa perspectiva sobre a história local se deve em parte ao fato de que, na rede estadual de ensino. Existe uma disciplina chamada Estudos Amazônicos, que foi criada a partir da resolução nº 630/97 pelo Conselho Estadual de Educação.

Davison Alves (2016) realizou uma importante pesquisa sobre a criação da disciplina Estudos Amazônicos na rede estadual e sobre a produção de materiais didáticos, mostrando que ela foi fruto da demanda dos(as) professores(as) da área de ciências humanas que queriam trabalhar temas regionais, mas não conseguiam devido à carga horária de história e geografia serem pequenas, ao passo que o currículo abarcava uma vasta quantidade de conteúdos. Percebemos, assim, que a problemática relacionada à pouca carga horária da disciplina de história para discutir as questões regionais e locais é sentida pelos(as) docentes tanto das redes estaduais quanto das municipais do Pará.

Além da questão da pouca carga horária de história, outra dificuldade apontada pelos(as) professores(as) se refere à falta de materiais didáticos que cheguem às escolas para trabalhar os assuntos referentes à história regional e local. Logo, isso requer do docente uma dedicação extra, no sentido de pesquisar e produzir materiais para serem utilizados com seus(suas) alunos(as). Davison Alves (2016) também apontou em sua pesquisa essa problemática ligada à carência desses recursos didáticos sobre os temas regionais, sendo que, na década de 1990, foram produzidos dois manuais voltados para a disciplina de estudos amazônicos, os quais têm seu processo de construção analisados pelo pesquisador.

Apesar das dificuldades, os(as) professores(as) entrevistados afirmaram buscar meios de inserir algumas temáticas referentes à história local em suas aulas principalmente por meio da “estratégia de fazer links entre o nacional e o regional e o local. Exemplo: processo de independência do Brasil e Adesão do Pará a Independência” (professor A. C). Percebemos assim uma necessidade dos(as) docentes obterem mais acesso a materiais adequados para essa demanda, que permitam planejar o debate de forma mais aprofundada.

Ralejo, Mello e Amorin (2021) defendem que uma das brechas apontada pela própria Base que pode auxiliar o(a) professor(a) de história a sair das amarras de um ensino tradicional consiste na “atitude historiadora”, a ser estimulada em nossos(as) estudantes. Essa atitude está relacionada ao trabalho a partir das fontes históricas e ao estímulo para que os(as) alunos(as) aprendam com elas, sendo que, por meio do trabalho com a história local, é possível levá-los a um contato mais próximo com fontes históricas presentes em sua localidade.

2.2. A EMEIF Parque Bolonha e sua trajetória histórica na educação em Águas Lindas

O bairro de Águas Lindas sofre historicamente com problemas estruturais e falta de serviços básicos para que sua população viva com dignidade. Entre essas problemáticas, está o acesso a escolas para as crianças e os(as) adolescentes da localidade, pois a demanda sempre crescente não é acompanhada pela construção de novas unidades que possam incorporá-la.

Em meio a esse contexto, foi criada a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Parque Bolonha, localizada no bairro de Águas Lindas, no Conjunto Verdejante III, Travessa terceira s/n. Anteriormente, a única escola nas proximidades que atendia a população do bairro era a EMEIF Olga Benário, localizada no bairro de Águas Lindas, na rua Rosa de Luxemburgo, s/n. Com o tempo, o espaço físico desta escola não conseguiu mais atender ao número de alunos(as) que buscavam matrícula, por isso foi criado um anexo denominado Unidade Pedagógica Olga Benário.

A UP Olga Benário, mais conhecida como “Olguinha”, iniciou seu funcionamento em março de 2009, e situava-se na Rua Carlos Mariguela, loteamento Olga Benário nº 05, de acordo com as informações do Projeto político Pedagógico (PPP) da EMEIF Parque Bolonha. A unidade contava com 180 alunos matriculados em 9 turmas do ensino fundamental menor (Ciclo I – 1º, 2º e 3º ano), “porém a sua implantação não supriu totalmente a necessidade da comunidade a qual estava inserida, ficando ainda 120 crianças sem matrícula” (Belém, 2023a, p.4).

No entanto, o local onde funcionava a UP Olga Benário era muito pequeno, pois era em uma residência e “não havia espaço de recreação e nem para refeitório dos(as) alunos(as)” (Relato da professora Cristina). Em 2010, a unidade foi transferida para o prédio da Associação de Moradores do Verdejante I, II e III, na Travessa Terceira, 129. “Neste novo espaço a UP Olga Benário passou a atender não apenas os(as) alunos(as) do Ensino Fundamental séries iniciais, como também os(as) alunos(as) da Educação Infantil, nos turnos da manhã, intermediário e tarde” (Belém, 2023^a, p. 4).

Mesmo em um novo espaço físico, os problemas continuaram, pois a procura por vagas era cada vez maior. Além disso, as instalações cedidas pela associação não eram adequadas para o funcionamento das aulas, como relata a professora Cristina, que vivenciou esse período:

Lá funcionava três turmas, eu ocupava a área do refeitório com uma turma, quando fui pra lá, funcionava quatro turmas, e tinha muita turma, e a demanda aumentava [...], não tinha espaço coberto na hora do recreio, uma área muito crua, o chão muito bruto, o piso no cimento, e a gente não tinha espaço, era um ventilador pra sala toda, quadro

de giz, na hora do recreio tinha que abrir o espaço porque tinha uma turma que era no refeitório, era tudo pequeno, era bem humilde o prédio (Relato professora Cristina).

Em meio a essas dificuldades, cresceu a exigência da comunidade pela construção de uma nova escola para abrigar essa grande demanda existente. Contudo, a prefeitura alegava não possuir um espaço para a construção. Assim, a Associação de moradores do Verdejante I, II, e III cedeu um terreno que lhe pertencia para a construção da escola.

A escola Bolonha foi uma demanda da associação de moradores, onde é a escola hoje era uma área de lazer do conjunto que pertencia a associação, nós tivemos uma reunião com a finada Terezinha Gueiros, foi ela que bateu o martelo pra cá, e nós doamos a área para ser construída a escola (Depoimento do Sr. João-Presidente da Associação de Moradores do Verdejante I, II e III).

Dessa forma, a prefeitura municipal de Belém realizou a obra e, em 14 de dezembro de 2012, a escola foi inaugurada, sendo os alunos da UP Olga Benário matriculados na nova escola. Foi escolhido o nome de Eco EMEIF Parque Bolonha (Figura 11), em homenagem ao lago que abastece de água a cidade de Belém juntamente com o Lago Água Preta, o qual fica nas proximidades da escola, no Parque Ambiental do Utinga. A designação foi uma sugestão dada pela liderança comunitária e pela direção da escola, “uma vez que seria uma escola centrada em atividades com perspectivas ambientais, ressaltando a importância da relação homem/mulher x natureza” (Belém, 2023a, p.5).

Figura 11 – Fotografia da EMEIF Parque Bolonha



Fonte: Belém (2023a)

A inauguração da escola foi uma conquista muito importante da comunidade local, pois veio suprir uma grande carência no entorno por mais vagas para as crianças de 04 a 10

anos de idade, pois por ser uma comunidade carente as famílias necessitavam de uma escola perto de suas residências para que os(as) filhos(as) pudessem estudar, sendo que muitas famílias são formadas por “mães solteiras que sobreviviam de salários ínfimos ou pais desempregados sujeitos a serviços esporádicos de catação no lixão do Aurá” (Belém, 2023a, p. 5).

Inicialmente a então Eco Escola Parque Bolonha estava inserida em um projeto da prefeitura de Belém de implantação de “eco escolas”, voltada para a educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental. A concepção e o planejamento da escola eram direcionados para a educação ambiental e a pedagogia de projetos, preocupando-se com o desenvolvimento, nos(as) estudantes, de uma relação harmoniosa com a sociedade e com a natureza.

Em 2014, o projeto das eco escolas, que incluía o “Projeto Coleta Seletiva” e o “Projeto Educando com Horta Escolar e a Gastronomia”, foi encerrado na rede municipal de Belém. Assim, a escola passou a se chamar somente EMEIF Parque Bolonha. Importante frisar que, mesmo com o encerramento do projeto das eco escolas, o planejamento escolar sempre levou em consideração a perspectiva ambiental como de suma importância no desenvolvimento dos(as) estudantes.

Em virtude da crescente demanda por vagas, principalmente para o fundamental maior, em 2014 houve a saída da educação infantil da escola sede, que foi realocada na Unidade Pedagógica Bolonha, criada para atender a demanda dessas crianças. No ano seguinte, abriram-se as primeiras turmas do ensino fundamental anos finais, (possuindo assim as primeiras turmas do Ciclo 3 – 1º e 2º ano e posteriormente, conforme o avanço dos alunos, as turmas do Ciclo 4 – 1º e 2º anos)¹⁰.

Até os dias atuais, a escola ainda vivencia o contexto da grande procura por vagas. Por isso, é uma das poucas unidades da rede municipal de Belém que conta com quatro turnos de funcionamento: manhã (das 7h às 10h45), intermediário (das 11h às 14h45), tarde (das 15h às 18h45) e noite (das 19h às 21h30). Além disso, as turmas contam com um quantitativo significativo de alunos(as) por sala, em média 40 alunos, o que prejudica o bom funcionamento do processo de ensino-aprendizagem.

¹⁰ O 1º e o 2º ano do Ciclo 3 correspondem respectivamente ao 6º e ao 7º ano do ensino básico; o 1º e o 2º ano do Ciclo 4, ao 8º e ao 9º ano do ensino básico.

No que se refere ao espaço físico, atualmente a escola já sofre com os danos do tempo após 10 anos de funcionamento, como vidros das janelas quebrados, salas não climatizadas e quentes, problemas elétricos, quadra poliesportiva em más condições de uso, dentre outros.

Outra questão que vem interferindo na aprendizagem dos(as) estudantes está relacionada aos danos deixados pela pandemia de covid-19, que afetou diretamente as escolas de todo o país. No ano de 2019, a escola ficou totalmente sem funcionamento e, em 2020, na modalidade remota, as aulas ocorreram por meio do *WhatsApp* e de materiais impressos. No entanto, esses métodos não tiveram total êxito, pois “diversas famílias atendidas não conseguiram acompanhar as atividades remotas em decorrência de vários fatores relacionados à carência de meios tecnológicos e a falta de acesso à internet de qualidade” (Belém, 2023a, p. 6).

Com isso, a escola vivencia diversas problemáticas atualmente, como alunos(as) que não possuem as habilidades de leitura e escrita adequadas para a série/ano que estudam; pois, durante dois anos consecutivos, foram progredidos automaticamente sem terem obtido os conhecimentos necessários. Dessa maneira, a escola vem buscando criar projetos de reforço, principalmente relacionados ao letramento, a fim de que os(as) alunos(as) consigam acompanhar as aulas com êxito.

Em meio a essa e a outras dificuldades vivenciadas pela comunidade escolar, podemos perceber a preocupação com a aprendizagem e o desenvolvimento escolar dos estudantes, que se materializa na busca por conhecimento por parte de seus profissionais da escola. Um exemplo é a participação da grande maioria dos docentes no projeto “Esperançar”, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) em parceria com diversas universidades, dentre elas a Universidade Federal do Pará (UFPA). Esse projeto tem como fundamento a formação continuada de docentes por meio de um estudo sobre a pedagogia freiriana nas escolas da rede municipal, visando à diminuição da disparidade entre teoria e prática na sala de aula, ao conhecimento do território que nos cerca em suas multiplicidades e à busca pela definição de temas geradores condizentes com a realidade dos(as) alunos(as).

Assim, a proposta pedagógica da EMEIF Parque Bolonha, a partir de 2024, visa trabalhar com o tema gerador, que ainda está em processo de definição, pois “os conhecimentos e atividades (teórico/práticas) deverão ser trabalhados a partir de experiências cotidianas dos(as) alunos(as), materializadas em gradativos desafios e ações articuladas/integradas” (Belém, 2023a, p. 20).

Essa visão de escola defendida por Paulo Freire em suas obras fundamenta também a valorização da história local como alicerce essencial para que os(as) estudantes possam criar meios de problematizar e compreender a realidade em que vivem. O projeto estimulou o corpo docente a conhecer mais a realidade local. Por meio de questionários e entrevistas com a comunidade, foi possível traçar um panorama dos problemas enfrentados nesse contexto local e, a partir disso, construir estratégias curriculares mais adequadas a nossa realidade.

A escola Parque Bolonha pode se constituir, enquanto instituição e local de relações sociais, em uma fonte para se abordar a história local, partindo de sua problematização e constituição, a fim de se refletir criticamente com os(as) estudantes sobre temas diversos como políticas públicas, relações sociais, entre outros. Podemos perceber que a história da escola está intimamente ligada à história do bairro, seja como fruto dos anseios e das lutas sociais dos moradores por educação digna, ou como um espaço de interação social e formação dos(as) cidadãos e cidadãs que constituem essa comunidade, logo fazendo parte da história de vida de muitos(as) de seus(suas) moradores(as). Desse modo, consideramos relevante abordar, dentro do ensino de história local, também a história da escola como ponto de partida para problematizar o bairro e a cidade, dentre outros contextos, mostrando que ela pode ser também uma fonte de aprendizagem histórica tanto através de seu espaço físico quanto dos(as) sujeitos(as) históricos que a constituíram ao longo do tempo.

2.3. Os estudantes do 9º ano da EMEIF Parque Bolonha: seus olhares e percepções sobre a história ensinada

Para a presente pesquisa no âmbito do ensino de História, foi selecionado como público-alvo uma turma de estudantes do 9º ano do ensino fundamental. Essa escolha está relacionada ao maior tempo de convivência com eles(as), pois acompanho parte desses(as) alunos(as) desde o 7º ano, e devido à possibilidade de fazer relações entre as temáticas da história local que estão sendo abordados na pesquisa e os conteúdos da BNCC que são elencados para o 9º ano.

A turma conhecida como 9º ano 1 (C42301) possui 37 alunos(as) matriculados(as), que frequentam as aulas e estão na faixa etária entre 13 e 15 anos. Eles(as) moram, em sua maioria, nas proximidades da escola, sendo que cerca de 70% desses(as) estudantes são residentes do bairro há mais de 10 anos. As aulas dessa turma ocorriam no turno vespertino, das 15h às 18h45 horas.

Para compreender melhor a percepção dos(as) estudantes sobre aspectos referentes ao bairro em que vivem e com relação à disciplina de História e seu ensino, foram realizadas duas formas de abordagem. A primeira, de caráter mais quantitativo, consistiu na aplicação de um questionário online, cujo *link* foi colocado por mim no grupo de *WhatsApp* da turma, sendo que os(as) estudantes que não conseguiram responder em casa o fizeram em sala, por meio do meu celular e também dos(as) colegas.

Por meio do questionário *online*, foram realizadas as seguintes indagações objetivas: você se considera morador(a) de qual cidade? Belém ou Ananindeua? Você costuma passear/visitar com mais frequência lugares em Belém ou Ananindeua? Você gosta de morar no bairro de Águas Lindas? Também foram feitas as seguintes perguntas subjetivas: Quais lugares do bairro você frequenta e com qual objetivo? Quais problemas mais o(a) incomoda no bairro onde você reside?

A segunda abordagem teve um caráter qualitativo e consistiu na realização de uma roda de conversa realizada no início do ano, quando os(as) alunos(as) foram instigados(as) a exporem suas opiniões partindo das seguintes indagações feitas por mim: você se considera um(a) morador(a) de Belém ou de Ananindeua e por quê? Como você vê o bairro onde você mora em relação à questão de ser dividido entre dois municípios (Belém/Ananindeua)? Qual a sua opinião sobre a escola em que você estuda? Para você, o que seria história local?

As atividades desenvolvidas com os(as) estudantes visaram perceber o modo como eles(as) se identificam vivendo em um bairro com fronteiras tão tênues, bem como suas percepções acerca da escola e da localidade em que estão inseridos. A metodologia da roda de conversa foi escolhida em virtude de me permitir realizar uma escuta atenta dos(as) estudantes. Além disso, é importante pensar que essas pessoas convivem diariamente e exercem influência mútua; logo, enquanto coletivo, podem adquirir opiniões e modos de agir similares.

A roda de conversa se insere como uma metodologia qualitativa que permite a produção de dados com base nas experiências e nas memórias dos(as) sujeitos(as) analisados. No âmbito educacional, Adriana Moura e Maria Lima defendem que a roda de conversa “é uma forma de produzir dados em que o(a) pesquisador(a) se insere como sujeito(a) da pesquisa pela participação na conversa e ao mesmo tempo produz dados para discussão” (2014, p. 99). Por meio dessa metodologia, é possível promover a participação coletiva a partir da socialização de saberes entre os(as) sujeitos(as), incentivando-os(as) a se expressarem e a defenderem pontos de vista. Dessa forma, a roda de conversa é “um momento singular de partilha, porque

pressupõe um exercício de escuta e de fala, em que se agregam vários interlocutores(as), e os momentos de escuta são mais numerosos do que os de fala” (Moura; Lima, 2014, p.100).

Percebemos então que realizar momentos de conversa no ambiente escolar pode se constituir em um momento de múltiplas aprendizagens tanto para o(a) estudante como para o(a) educador(a), bem como desenvolver diversas habilidades importantes no processo de formação dos(as) estudantes.

Conversar não só desenvolve a capacidade de argumentação lógica, como, ao propor a presença física do outro, implica as capacidades relacionais, as emoções, o respeito, saber ouvir e falar, aguardar a vez, inserir-se na malha da conversa, enfrentar as diferenças, o esforço de colocar-se no ponto de vista do outro etc. [...] (Warschauer, 2001, p. 179).

Ao se realizar esse processo de escuta coletiva, instigando-os(as) a exporem suas opiniões e visões de mundo, cria-se um ambiente de maior confiabilidade, ou seja, o(a) aluno(a) passa a perceber que seus valores e percepções são válidas e passa a ser mais participativo(a) nas aulas. Abre-se então um canal de diálogo e partilha de conhecimentos, além de se possibilitar a obtenção de dados ricos e significativos sobre a sala de aula e aqueles(as) que a compõem.

Durante a execução da roda de conversa, passamos por algumas dificuldades, pois o próprio espaço da sala de aula não era propício para tal atividade, tanto com mesas e cadeiras individuais e enfileiradas quanto com aberturas popularmente conhecidas como comongós, que permitem a entrada de sons externos e dificultam a escuta e a concentração. Em decorrência desses fatores, optamos pela biblioteca da escola, pois é um ambiente mais fechado, climatizado e tranquilo para o diálogo que seria proposto, sendo possível organizar os(as) estudantes em cadeiras no formato de roda. Essa questão do local para realizar a roda de conversa é de suma importância; pois, como afirmam Adriana Moura e Maria Lima, é necessário “um ambiente propício para o diálogo, em que todos(as) possam se sentir à vontade para partilhar e escutar, de modo que o falado, o conversado seja relevante para o grupo e suscite, inclusive, a atenção na escuta” (2014, p.100).

A escolha pela utilização da roda de conversa parte da concepção freiriana de educação, conforme a qual os saberes dos(as) estudantes são colocados(as) como prioridade, em razão do que o ensino parte da realidade vivida por eles(as) e da prática educativa pautada na escuta atenta das demandas que vêm dos(as) estudantes. Paulo Freire (2021, 2022) incentiva e aponta caminhos para uma educação libertadora que permita a descoberta do conhecimento baseada no respeito às diferenças, no diálogo e no incentivo à reflexão crítica. Nessa perspectiva

educacional, o conteúdo por si só não é constitutivo de aprendizagem, visto que ele necessita estar relacionado às necessidades e às expectativas sociais que permeiam a vida dos(as) alunos(as). Dessa forma, a roda de conversa se mostra como uma metodologia que pode alcançar êxito na finalidade de trazer os conhecimentos prévios dos(as) alunos(as) e possibilitar um ensino de história mais adequado à realidade local.

A partir da roda de conversa realizada com os(as) estudantes, foi possível traçar um perfil da turma, além de ter uma compreensão do modo como enxergam a história. Essa análise é de suma importância para se conhecer de forma mais aprofundada os(as) estudantes e as respectivas leituras de mundo. Assim, podemos partir de realidades e necessidades específicas para pensarmos em formas de proporcionar um ensino que faça sentido na vida deles(as).

No dia 25 de outubro de 2023, foi realizada a roda de conversa com os(as) estudantes do 9º ano, na qual estiveram presentes 32 dos(as) 37 alunos(as) matriculados(as). A aula foi realizada na biblioteca da escola, em virtude desse espaço se mostrar mais adequado para a atividade proposta. As cadeiras foram organizadas no formato de círculo, a fim de que todos(as) pudessem se ver.

Figura 12 – Alunos(as) do 9º ano durante a roda de conversa¹¹



Fonte: autora (2023)

Inicialmente foi explicado aos(as) alunos(as) como funcionaria a dinâmica, tendo sido enfatizado que as perguntas faziam parte da minha pesquisa de mestrado, além do que se

¹¹ A participação dos(as) discentes na atividade foi devidamente autorizada por pais e responsáveis legais.

esperava que eles(as) respondessem sinceramente, não se tratando de uma atividade avaliativa, mas sim de uma roda de conversa. Também foi avisado que a dinâmica seria gravada, sendo o celular colocado no centro de uma das mesas.

No início, foi perceptível uma certa timidez de alguns alunos(as) em participarem do debate, talvez por falta de costume em realizar discussões coletivas, mas depois eles(as) foram ficando mais à vontade e parte significativa da turma participou de forma ativa das discussões. Foi possível perceber ainda que alguns somente repetiam a fala de outros(as) estudantes, talvez por dificuldade de formular suas próprias falas ou por receio de críticas. Isso levou a diferenças entre as respostas que foram dadas no questionário individual e na discussão coletiva.

Ficou evidente também nas respostas que o principal lugar de lazer frequentado por eles(as) são as praças do bairro (Praça do verdejante 4 e Praça Parque das Águas). Em seguida, a escola foi bastante citada como lugar significativo de socialização e de aprendizado. Com isso, percebemos que eles(as) possuem poucas vivências em outros espaços da cidade, pois quase não saem do bairro para atividades sociais ou recreativas.

Conduzir a roda de conversa apresentou seus percalços e dificuldades, em virtude da turma ser numerosa, sendo que era necessário repetir de diferentes formas – a fim de facilitar a compreensão – o comando de algumas perguntas novamente, ou por já haverem esquecido ou por não terem compreendido bem.

No que tange ao questionamento relacionado ao sentimento de pertencimento dos(as) estudantes ao município de Belém ou ao de Ananindeua, houve a predominância de Belém, com cerca de 65%, assim como 64% disseram frequentar lugares de lazer nessa cidade. Ao contrapor esses dados com as respostas obtidas no grupo de discussão, foi possível perceber de forma mais evidente o quanto essa questão é confusa para eles(as), pois houve 10 alunos(as) da turma que responderam a mesma indagação de forma contrária à resposta dada no questionário online. Essa mudança instiga a indagação: será que eles mudaram suas respostas em virtude das respostas dos colegas ou porque se sentem confusos devido a estarem nessa região limítrofe?

Alguns deles(as) sentiram dificuldade em afirmar com precisão a qual cidade pertenciam. Para essa indagação, eles utilizaram como parâmetros aspectos como a cidade onde nasceram, a conta de energia elétrica ou o que os pais disseram a eles a respeito disso. No entanto, foi perceptível que alguns se confundiam em relação a essa questão, a exemplo do estudante que afirmou que era de Belém porque nasceu no conjunto Cidade Nova, sendo que este conjunto pertence a Ananindeua. Outra situação peculiar é do estudante que afirmou ser

morador de Belém porque ele prefere “ser da capital, que é mais chique” (fala do estudante nº 14).

Apesar dos estudantes que modificaram suas respostas entre o questionário on-line e o grupo de discussão, em ambos temos como resultado majoritário a identificação como pertencentes a Belém. Mesmo a grande maioria citando como lugares que frequentam os da cidade de Ananindeua, isso pode estar relacionado à influência que a capital exerce sobre a região metropolitana, sobretudo Ananindeua, com quem faz divisa e mantém limites tão tênues.

Percebemos assim a complexidade das questões de identidade entre os(as) estudantes que vivem na área abordada, bem como a dificuldade em compreender esse contexto histórico e social no qual estão inseridos. Nesse sentido, o ensino assume um papel significativo para elucidar tal contexto e para instigar os alunos a refletirem sobre a realidade em que vivem.

Ao serem indagados(as) sobre suas experiências em residirem em um bairro dividido administrativamente entre duas cidades (Belém/Ananindeua), os(as) estudantes enfatizaram as dificuldades que eles(as) e seus familiares enfrentam principalmente em relação à oferta de serviços públicos, como atendimento médico e infraestrutura. Além disso, muitas vezes se sentem abandonados por ambas prefeituras, não conseguindo que seus problemas sejam solucionados por nenhuma das duas, como podemos perceber no comentário da estudante.

Eu acho que é negativo porque além de deixar a gente confusa, dificulta muito quando vai pedir alguma coisa que seja de fora, dificulta a gente mesmo de saber onde a gente mora, e também uma rua vizinha tem uma coisa e a nossa não tem, fica abandonada e esquecida. (Fala do estudante 6).

No que tange à percepção dos(as) estudantes sobre o bairro no qual residem, eles(as) foram indagados se conheciam algo sobre a formação do bairro em si. Partimos da seguinte indagação: Para vocês o bairro de águas lindas tem história? Vocês conhecem, já ouviram falar, alguma coisa sobre essa história?

As respostas dos(as) estudantes nos levam a perceber que eles(as) tinham pouco ou nenhum contato com a história da localidade. Alguns citaram algumas narrativas que escutaram de seus familiares acerca do bairro, como a citada pela estudante 6: “meu tio chegou a comentar comigo, mas não se aprofundou muito, mas ele chegou a dizer que tinha parece que um rio que passava por essa parte e que eles dividiram em águas lindas, águas brancas e águas claras, aí por isso que é meio parecido, mas eu não tenho certeza”.

Ao questionarmos em relação à escola, o objetivo está ligado a dois eixos principais: o primeiro trata de estimulá-los a expressarem suas opiniões; e o segundo, de verificar a

percepção deles em relação ao ambiente escolar, uma vez que isso influencia de modo significativo no processo de ensino-aprendizagem.

As falas de todos estiveram ligadas sobretudo a críticas ao espaço físico da escola, pois ainda não houve reforma desde que foi construída, sendo um ambiente quente e, no turno tarde, quando a turma estuda, a luz solar entra na sala durante parte da aula, os incomodando bastante. Além disso, questões relacionadas à depreciação do espaço escolar e à segurança também foram enfatizadas por eles. Houve também comentários de elogios em relação aos(as) professores(as) e às metodologias utilizadas, ressaltando que, apesar das dificuldades estruturais, eles(as) gostavam da escola e das aulas ministradas, como é apontado pela estudante:

A educação dessa escola dá de dez a zero em qualquer outra escola daqui desse bairro, eu já passei por três, as três escolas que tem aqui nessa rua daqui que é o paradigma, o Antenor reis e uma escola que tem perto de casa. Das três, tanto eu quanto meus pais, a gente não gostou da educação. Eu particularmente não aprendi muita coisa, mas, desde que eu vim pra cá em 2014-2015, eu me adaptei bem melhor aqui, tanto com pessoas quanto educação. Gostei bastante e super indicaria a educação daqui pra outra pessoa (estudante 01).

Ao serem indagados(as) sobre o que seria história local e se era importante, podemos perceber que as respostas foram bastante similares, ligadas à ideia de “história do lugar”. É importante frisar que alguns alunos(as) estavam preocupados por não saberem a definição certa do conceito, porém foi enfatizado que o objetivo não era obter uma resposta certa, mas sim a opinião com relação ao tema.

As respostas dadas foram bastante repetitivas, pois aqueles que não sabiam utilizavam a mesma narrativa dos(as) colegas anteriores. De modo geral, eles consideraram que a história local seria “tu saber a história do local onde tu tá, onde tu mora, onde tu vive, tipo se passou alguma pessoa importante por lá e o que ele fez” (estudante 23). Importante atentar essa percepção ainda presente de que a história é feita por pessoas “importantes”, algo que é necessário discutir com eles(as) de forma mais aprofundada. Por outro lado, podemos perceber que possuem a noção de que há alguma relevância em aprender sobre aspectos da história mais próxima de sua realidade, como verificamos na fala do estudante 34: “Eu acho interessante saber da história do lugar onde a gente mora já que é um lugar onde a gente cresceu, vive a vida, ou quem sabe um dia criar os nossos filhos, então é importante saber a história do lugar onde nós mora pra passar pra quem ainda vai vim” (estudante 34).

De modo geral, podemos inferir que o questionário quantitativo e a roda de conversa como metodologia qualitativa obtiveram êxito no sentido de abrir um caminho de diálogo entre mim e eles(as), estreitando as relações afetivas e, ao mesmo tempo, proporcionando um

conhecimento mais profundo sobre os(as) estudantes da turma. Ao escutá-los(as) de forma mais atenta, é possível perceber suas visões, anseios e dificuldades e assim realizar um planejamento do ensino da história mais adequado à realidade escolar em que se trabalha.

CAPÍTULO 03: A HISTÓRIA DE ANANINDEUA E DO BAIRRO DE ÁGUAS LINDAS NA SALA DE AULA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS COM DIVERSAS LINGUAGENS

Inserir a história local no ensino de história como uma prática pedagógica perpassa por conhecer o público estudantil, pelo planejamento minucioso do processo, bem como pelas pesquisas em fontes variadas que possam alicerçar o trabalho educativo. O trabalho com as fontes históricas, os “lugares de memória” e a história oral podem fornecer possibilidades e instigar os(as) estudantes a olharem para seu espaço de vivência de uma forma diferente, além de levá-los(as) a perceber que a história não é algo presente somente nos livros didáticos, em documentos antigos e num passado remoto, mas também nas vivências da comunidade na qual se insere diariamente.

Nessa perspectiva, ressalto a pesquisa de Helenice Ciampi (2007), que acompanhou as atividades referentes à história local de um professor da rede pública da cidade de São Paulo, tendo o professor buscado relacionar os conteúdos do currículo à história local, o que consegue cativar a atenção dos (as) estudantes para suas aulas ao longo do ano. Partindo das narrativas do (as) alunos (as) sobre as aulas, a autora consegue perceber os múltiplos aprendizados obtidos tendo por base a história local, processo em que o “principal papel do professor nas aulas de História foi levar o aluno a tomar consciência dos mecanismos de construção do próprio conhecimento histórico” (Ciampi, 2007, p. 188).

Outro aspecto importante enfatizado por Helenice Ciampi é que a história local não pode ser trabalhada como uma reprodução da história geral. Em vez disso, é necessário apontar tanto as suas particularidades quanto os aspectos em comuns com os contextos mais amplos, como é realizado no trabalho desenvolvido em sua pesquisa.

A seleção de momentos da história brasileira a serem estudados foi feita mediante sua relação com o objeto do curso, contribuindo para articular o local com o nacional. Esse procedimento metodológico evitou que o aluno considerasse a sua vida pessoal, local, como espaço onde não ocorresse a história, como se o seu espaço estivesse a margem da história. Pelo contrário, eles se integram, conseguindo perceber a sua própria história da escola, do bairro e do Brasil (Ciampi, 2007, p. 195).

Partindo de experiências exitosas como a discutida acima, foi realizado um trabalho no qual, ao longo dos bimestres, a história local foi inserida nas discussões, associada também aos objetos do conhecimento que constam nas Diretrizes Curriculares de Belém. Contudo, é importante frisar que isso não implica em um enfoque no conteúdo, pois as habilidades e os

objetivos de aprendizagem também são levados em consideração no decorrer do planejamento e das ações executadas.

Um aspecto muito enfatizado durante todas as ações realizadas com os(as) estudantes foi o desenvolvimento da competência de interpretação de diversas fontes: desde as escritas e as imagéticas até as orais ligadas à história local. Também se buscou estimular o diálogo e a defesa de opiniões, promovendo a capacidade argumentativa. Assim, a competência específica da área de conhecimento da história nº 3 da BNCC foi bastante estimulada ao longo do ano letivo.

Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito (Brasil, 2017, p. 402).

O capítulo está organizado de forma cronológica, de acordo com as atividades referentes à história local que foram desenvolvidas ao longo dos bimestres. Tais atividades são relacionadas à história da cidade de Belém, principalmente no contexto da economia da borracha na Amazônia, à história de Ananindeua e à história do bairro de Águas Lindas, onde os(as) estudantes residem. Buscou-se, ao longo do ano, desenvolver atividades baseadas em aulas-oficinas, visitas guiadas a lugares de memória e trabalhos ligados à metodologia da história oral.

3.1. Buscando caminhos para a história local: a Belle époque na sala de aula

Pensar na história local e propor-se a inseri-la no ensino começa pelo planejamento escolar, desde o início do ano letivo. Nesse sentido, ao planejar e elencar os conteúdos que foram abordados em sala de aula, com a turma do 9º ano, de ênfase aqueles que estabeleçam relações interseccionais com o local. Sabemos que a BNCC traz uma vasta gama de conteúdos a serem trabalhados, porém cabe ao(à) docente, em sua prática diária, definir como fará seleção a partir de seus objetivos educacionais e da realidade na qual está inserido. Nesse sentido, buscamos introduzir, no planejamento anual, temas e ações ligados à história local de Belém e Ananindeua, bem como acerca do bairro onde os(as) estudantes residem, partindo de fontes obtidas por mim e de materiais didáticos produzidos para esse fim.

No primeiro bimestre, não foi possível iniciar o trabalho, sendo priorizadas as ações de sondagem dos(as) estudantes, como aplicação de questionários e realização de roda de conversa, já mencionadas no capítulo anterior. Essa etapa inicial de conhecer a turma com a

qual seria desenvolvido o trabalho foi de fundamental importância, pois permitiu uma aproximação maior entre mim e os(as) alunos(as), criando laços de afetividade e confiança ao longo do ano.

O primeiro bimestre foi voltado para alguns assuntos da história geral, sendo eles a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. Após o término da primeira avaliação, foi dado início ao tema relacionado ao surgimento da República no Brasil, elencado na BNCC a partir do objeto do conhecimento “A proclamação da República e seus primeiros desdobramentos” e “Primeira República e suas características: Contestações e dinâmicas da vida cultural no Brasil entre 1900 e 1930” (Brasil, 2017, p. 428).

Para iniciar a temática, foi necessário fazer uma pequena revisão sobre o Segundo Reinado no Brasil, assunto discutido no 8º ano, em virtude de que parte da turma não havia estudado essa temática no ano anterior. O tema foi abordado, utilizando-se como metodologia inicial a leitura dirigida com debate, na qual os(as) estudantes foram organizados em quartetos, a fim de realizarem a leitura de um texto pré-selecionado por mim, tendo sido feita depois a discussão do que eles haviam entendido da leitura. Todas as equipes participaram do debate, porém parte dos(as) estudantes estavam relutantes em falar o que entenderam, principalmente os novos. Isso, em parte, pode ser decorrente da falta de prática em participar de aulas dessa forma, pois estão mais familiarizados com as aulas expositivas tradicionais, o que demonstra a necessidade de tirar o(a) estudante da condição de espectador no processo educativo.

Na aula seguinte, foi feita uma atividade de análise de charges da época que pudessem auxiliar na compreensão do tema, deixá-lo mais visual e principalmente instigar a reflexão. Sabemos que os(as) estudantes da atualidade, em sua grande maioria, não são muito adeptos da leitura e se interessam mais por imagens e vídeos, pois vivemos em uma sociedade imagética. Logo, é de suma importância trazer materiais com esse formato para a sala de aula, buscando leva-los(as) a refletir criticamente sobre essas imagens e a relacioná-las aos conteúdos abordados.

Como ressalta Paiva (2015), ao trazer a iconografia para o ensino, é de suma importância o cuidado para que não se a tome como verdade histórica, como um espelho da realidade, mas sim como uma fonte que necessita ser analisada. Não devem ser desconsiderados aspectos como o contexto histórico e as intencionalidades de quem produziu as charges e outros materiais iconográficos, pois se constituem em “uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutida as escolhas do(a) produtor(a) e todo o contexto no qual foi concebida, idealizada forjada ou inventada” (Paiva, 2015, p. 17).

A pesquisa de Neles da Silva, que aborda especificamente as charges e seu uso no ensino de história, aponta a necessidade de analisá-las. Isso perpassa por não as considerar como meras ilustrações, buscando as ressignificar no ambiente escolar a partir do olhar do(a) estudante. Para tal fim, ela ressalta que deve ser mobilizada a consciência histórica¹² no tempo presente que esses(as) indivíduos(as) irão fazer uso para realizar suas interpretações da iconografia.

Com base nas discussões teóricas acima e visando à utilização das charges na aula de história, foi realizada com os(as) estudantes uma explanação sobre o que são charges, sobre uso delas como fonte histórica e sobre a necessidade de problematizá-las. Após as explicações iniciais, as charges foram distribuídas de forma impressa entre os(as) discentes, quando foi solicitado que conversassem com os(as) colegas e anotassem suas impressões sobre as imagens que foram entregues para posterior socialização.

Ao se trazer materiais iconográficos para a sala de aula, mais especificamente as charges, objetivou-se tanto discutir o contexto do início do período republicano, sem fazer uso diretamente da aula expositiva, quanto estimular os(as) estudantes a refletirem e problematizarem essa fonte histórica. Assim, incentivou-se ainda a construção e a exposição de argumentos e pontos de vista em sala de aula

A primeira charge (Figura 13) visou discutir a derrubada da monarquia no Brasil, quando os(as) estudantes foram instigados a comentar as mensagens diretas e indiretas presentes na imagem. Primeiramente, eles(as) identificaram as personagens que consideravam principais como o “imperador D. Pedro II”, os “políticos republicanos” e a “população geral”. A charge também suscitou questionamentos e comentários pertinentes, a exemplo da aluna que indagou “se o desenho era uma previsão ou ameaça do que estava para acontecer”, e do aluno que, complementando a indagação da colega, observou que “o desenhista dessa charge era muito ligado no que estava rolando na época e viu que os políticos estavam armando pra derrubar o Dom Pedro e acho que quis alertar a galera”.

¹² O conceito de consciência histórica tem como seu principal expoente o alemão Jörn Rüsen (2001) que em suas obras dedicou-se a discutir sobre a didática da história e a compreender como o conhecimento histórico é constituído a partir das demandas da vida prática dos indivíduos na sociedade. No Brasil as discussões acerca da temática tiveram muitos adeptos que se dedicaram a pesquisas sobre a consciência histórica a exemplo de Luís Fernando Cerri (2011) que discute especificamente a relação entre a formação da consciência histórica e o ensino de história.

Figura 13 – D. Pedro II sendo derrubado do trono pelos republicanos¹³



Fonte: Fernandes (2018, p.13)

Em seguida, foi discutido por meio da charge presente na figura 14 sobre as características da forma de governo republicano que vigora em nosso país até os dias atuais. No debate, foram exploradas as palavras presentes na imagem e seu significado, sendo observado um maior grau de dificuldade nos(as) estudantes, principalmente na compreensão sobre a divisão dos poderes, o que suscitou uma demanda maior de tempo da aula. Ao serem indagados sobre a crítica presente na imagem, a maioria não conseguiu identificar, mas um dos(as) alunos(as) fez uma associação interessante com a própria sala de aula, quando afirmou: “eu acho que tá criticando que as pessoas pobres não estavam entendendo muita coisa, assim como a gente aqui que não sabe muito sobre esses poderes aí”.

¹³ Charge de Ângelo Agostini publicada na Revista Ilustrada. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro 1882.

Figura 14 – Charge sobre a República



Fonte: Sousa [20--?]

A charge sobre a república revelou-se muito significativa na aula, pois levou os(as) próprios(as) alunos(as) a perceberem a necessidade de compreender melhor o regime político no qual estão inseridos, pois perceberam que ainda não haviam compreendido como funcionam os três poderes, o que suscitou muitas indagações pertinentes ao longo das discussões. Como o debate se estendeu por bastante tempo, não foi possível discutir as outras duas charges selecionadas para aquele momento, sendo necessário apresentá-las posteriormente.

Na aula seguinte, foram abordadas as outras duas charges escolhidas que também são bastante conhecidas e discutem principalmente o coronelismo, a política dos governadores e o chamado “voto de cabresto”, que caracterizaram o período da primeira república no Brasil. Para tanto, destinou-se novamente um tempo para os(as) discentes discutirem em grupo e pesquisarem sobre as charges a serem debatidas em sala. Como eles(as) já estavam mais familiarizados com a atividade, foi possível perceber que direcionaram de forma mais organizada a pesquisa.

Figura 16 – Charge “As próximas eleições”, de Alfredo Stoni, publicada em 1927 na revista Careta



Fonte: Fernandes (2018, p. 26)

A charge da figura 16 também suscitou indagações e reflexões importantes, principalmente em relação ao sistema eleitoral de nosso país no passado e no presente. Como a maioria dos(as) alunos(as) no próximo ano já poderão votar pelas leis vigentes, o debate se tornou significativo para refletirmos sobre a importância do voto no processo democrático. Percebemos que, por intermédio da metodologia de discussão de charges, os(as) alunos(as) conseguiram se desinibir e participar de forma mais efetiva da aula, demonstrando interesse nas atividades desenvolvidas e, com isso, conseguindo obter uma compreensão maior do assunto abordado.

Em aula posterior, o conteúdo sobre o início do período republicano no Brasil foi então relacionado ao contexto da história da Amazônia conhecido como “período da borracha” (1850-1920), com ênfase em seus desdobramentos na cidade de Belém. O objetivo principal era levar os(as) estudantes(as) a compreenderem que os recursos financeiros advindos da economia gomífera foram utilizados no espaço urbano de Belém e que a cidade passou por um processo de expansão populacional e territorial rumo às áreas mais distantes das centrais.

Para abordar a economia da borracha, tivemos como bases teóricas principais as obras de Bárbara Weinstein (1993) e de Maria de Nazaré Sarges (2002), bem como a dissertação de Célio Lobato (2003), que também auxiliaram como parâmetro na criação de um material adaptado para os(as) estudantes e que faz parte do produto didático desta pesquisa. Foi discutido com os(as) alunos(as) o período histórico conhecido como “*belle époque*”, partindo do material didático criado para esse fim, bem como de imagens e vídeos referentes ao período. Um dos

vídeos que chamou muita atenção e suscitou comentários e indagações foi o da TV escola disponível na plataforma *Youtube*, denominado “O puxa e encolhe da borracha”¹⁴, que utilizou teatro de fantoches para construir a narrativa sobre a história da economia da borracha. Chamou a atenção e curiosidade dos(as) alunos(as) a situação de exploração dos(as) seringueiros(as), sendo que alguns indagaram por que “eles não voltavam para sua terra natal?”. A partir da pergunta dos(as) alunos(as) e das cogitações deles em relação ao tema, foi possível explicar de forma mais aprofundada o sistema de aviamento na região amazônica.

A aula seguinte teve o objetivo central de mostrar como ocorreu o processo de remodelação do espaço urbano de Belém, conhecido como *belle époque*. Utilizaram-se fotografias expostas em projeção de slides, a fim de mostrar aos(as) estudantes as modificações pelas quais a cidade passou em decorrência da economia gomífera, com ênfase no período do governo de Antônio Lemos. Foram selecionadas as imagens presentes na obra “Belém da saudade: a memória de Belém do início do século XX em cartões postais” (Pará, 1998), organizada pela Secretaria do Estado de Cultura do Pará. Com base nesse material iconográfico e em outras fontes documentais, como o Código de Polícia Municipal de Belém promulgado em 16 de janeiro de 1904, buscou-se mobilizar os(as) estudantes a refletirem principalmente sobre os impactos da urbanização para a população, em especial para os(as) mais pobres, com os processos de expulsão e ocupação das áreas periféricas da cidade.

Como atividade referente ao assunto discutido em sala, foi solicitado que os(as) alunos(as) produzissem histórias em quadrinhos sobre o que aprenderam nas aulas anteriores. Houve relutância de alguns estudantes em realizar a atividade solicitada, tendo uma aluna afirmado que prefere “atividade de pergunta e resposta que é mais simples”. Em resposta expliquei que o objetivo é justamente sair dessa atividade tradicional, na qual os(as) alunos(as), em geral, só copiam repostas prontas e não exercitam seu raciocínio.

Outros(as) alunos(as) colocaram como dificuldade o fato de não saberem desenhar. Para contornar tal alegação, foi permitido que a atividade de produção de histórias em quadrinhos fosse realizada em equipes de até quatro membros. Com isso, enquanto uns se responsabilizavam pelo desenho, os(as) demais poderiam auxiliar na construção da história em si. Além disso, os(as) estudantes poderiam realizar colagens com imagens de livros ou da internet para montar suas histórias, dessa forma eles(as) teriam mais possibilidades na hora da produção da atividade. As HQs não foram produzidas com a utilização de aparatos

¹⁴ Link de acesso ao vídeo: <https://youtu.be/qLR7WIo2VUw>

tecnológicos, pois a escola não possui uma sala de informática. Além disso, devido ao público da escola ser de estudantes de baixa renda, sairia oneroso realizar o trabalho no modo computadorizado.

Foram montadas oito equipes de quatro alunos(as) e uma equipe com cinco integrantes, assim totalizando os trinta e sete estudantes da classe. As equipes tinham uma semana para produzir seu material, sendo que, ao longo dos dias, ocorreram algumas mudanças de composição: quatro equipes optaram pelo formato de trio, houve também duas estudantes que preferiram realizar a atividade individualmente. Isso demonstra o quanto é complexo realizar atividades em grupo nas escolas, sendo necessário por parte do(a) educador(a) dialogar com os(as) estudantes e, em alguns casos, realizar concessões para que seja possível a execução da tarefa.

Importante frisar que a parceria com a professora de Língua Portuguesa auxiliou de forma significativa na execução da atividade. A docente – além de ter ministrado uma aula a respeito da modalidade história em quadrinhos para a turma, trazendo exemplos e diversas maneiras de construir essas histórias – assessorou os(as) discentes juntamente comigo na produção do trabalho.

A utilização de histórias em quadrinhos no ensino de história vem se popularizando nas últimas décadas, com o aumento expressivo da produção de obras desse gênero e sua utilização por públicos de diferentes faixas etárias. Tal inserção, nos ambientes escolares, também se faz notável tanto no ensino de diversos conteúdos, quanto na produção por alunos(as) de HQs partindo dos conhecimentos obtidos ao longo das aulas.

Vergueiro e Ramos (2009) discutem alguns fatores que contribuíram para a difusão das HQs no ambiente escolar, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) promulgada em 1996, que apontava para a necessidade de inserção de outras linguagens no processo de ensino e aprendizagem; e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), promulgados em 1997 e 1998, pois colocaram diretamente a leitura de história em quadrinhos como necessária entre estudantes do ensino fundamental. Douglas de Lima (2017), por sua vez, enfatiza também que a inserção das HQs no PNBE (Programa Nacional Biblioteca na Escola), em 2006, com a publicação de diversos exemplares do gênero, contribuiu para a ampliação de seu uso no contexto escolar, pois as escolas de ensino fundamental e médio passaram a receber, em suas bibliotecas, livros desse gênero para serem trabalhados nas escolas públicas.

As HQs apresentam diversas potencialidades no processo de ensino-aprendizagem que merecem ser destacadas, como permitir a discussão de temas variados, estimular a criatividade,

a curiosidade e o senso crítico dos(as) estudantes. Além disso, eles apresentam “uma linguagem mais acessível, a inclusão dos quadrinhos na sala de aula possibilita ao(a) estudante ampliar seu leque de meios de comunicação, incorporando a linguagem gráfica à linguagem oral e escrita” (De Lima, 2017, p. 152). No que se refere ao ensino de história, as HQs são mais comumente utilizadas “para ilustrar ou fornecer uma ideia de aspectos da vida social de comunidades do passado” (De Lima, 2017, p.153) ou como registros (fontes) de uma época que se quer compreender, necessitando também ser problematizadas, sendo fundamental “refletir sobre o papel e a forma das HQs tratarem de aspectos do passado” (De Lima, 2017, p. 154).

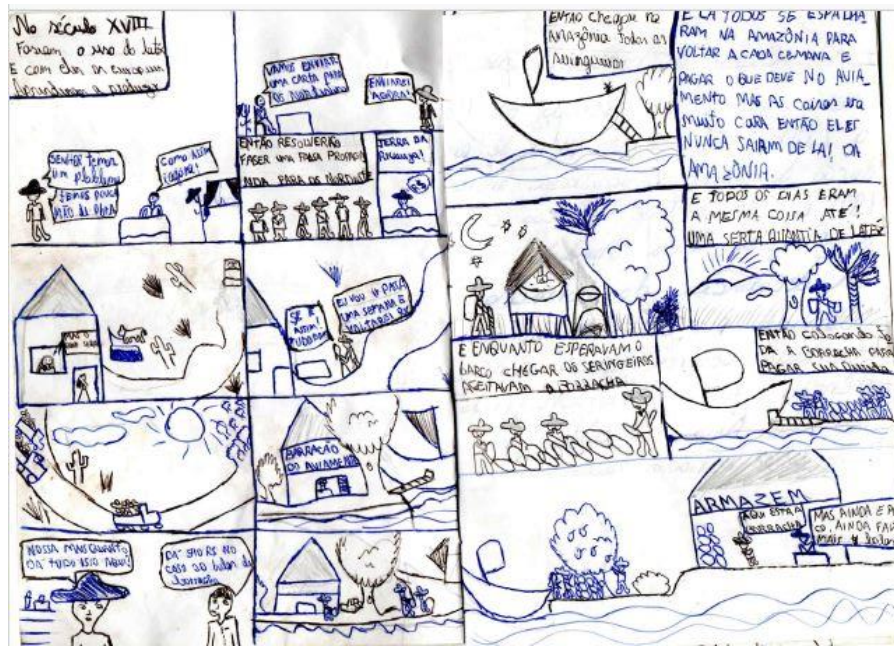
Nesta pesquisa, a utilização das HQs se centrou em outros objetivos; pois, ao em vez de se trazer histórias já prontas para a análise em sala de aula, optou-se por levar os(as) estudantes a produzirem suas HQs, com base na compreensão de que obtiveram acerca dos temas históricos abordados nas aulas. Com isso, objetivamos perceber quais aprendizagens foram obtidas nas aulas, o que realmente marcou os(as) alunos(as) ao estudarem determinada temática, qual seja, a economia da borracha na Amazônia.

A escolha por solicitar a produção das HQs sobre o tema estudado partiu da necessidade de possibilitar outras formas de expressão que não sejam a escrita convencional, já muito utilizada no ambiente escolar, ou a exposição oral, pois também temos alunos(as) tímidos que se expressam melhor pelos desenhos. Além disso, ao longo das aulas, percebi a aptidão de vários estudantes para o desenho. Assim, em uma atividade em grupo de produção de HQs, é possível reunir alunos(as) com habilidades diferentes.

Todas as equipes conseguiram entregar a atividade proposta, porém duas delas a entregaram inacabada. As histórias criadas pelos(as) estudantes variaram no modo como foram construídas, tendo alguns grupos desenhado e outros realizado colagem. Contudo, duas equipes não conseguiram fazer a atividade como havia sido proposto, pois não construíram uma narrativa com personagens, mas sim intercalaram textos e imagens sobre a história do ciclo da borracha na Amazônia, no estilo de um livreto.

De modo geral, as histórias criadas pelos(as) estudantes giraram em torno da vida dos(as) seringueiros(as), seu trabalho e a exploração nos seringais amazônicos, demonstrando que as questões ligadas às condições de trabalho são uma temática que chama sua atenção. Duas equipes construíram histórias incluindo o processo de urbanização de Belém na *belle époque*, principalmente no que se refere às consequências desse processo para a população pobre; porém, por somente duas equipes abordarem a temática, percebemos a necessidade de aprofundar esse assunto, sendo organizadas aulas posteriores com esse intuito.

Figura 17 – História em quadrinhos produzida pelos estudantes da equipe C



Fonte: autora (2023)

Nessa história, assim como na grande maioria das produções dos(as) alunos(as), o personagem principal é o(a) seringueiro(a) que sai do Nordeste e vem para a região Norte em busca de uma vida melhor. No entanto, ao chegar, depara-se com o sistema de aviação e passa a sofrer exploração nos seringais amazônicos.

Figura 18 – História em quadrinhos produzida pelos estudantes da equipe B



Fonte: autora (2023)

Na história acima, conseguimos observar o contexto urbano, mas ligado às mudanças que o embelezamento do centro da cidade ocasionou. Percebemos que o item que mais chamou a atenção foi a expulsão das pessoas de suas casas, por não se enquadrarem nos padrões solicitados pelo governo, sendo obrigadas a buscarem moradias em lugares cada vez mais distantes. Consideramos que a atividade obteve êxito, apesar das dificuldades enfrentadas, pois foi possível perceber por intermédio dela o que os(as) alunos(as) haviam compreendido sobre o ciclo da borracha e quais aspectos eles consideraram mais relevantes em sua aprendizagem.

Por fim, foi organizada uma visita guiada ao Teatro da Paz como culminância do 2º bimestre. Para que isso fosse possível, foi imprescindível o apoio da coordenação e da direção da escola, pois elas providenciaram os ofícios necessários e as autorizações dos responsáveis para que os(as) estudantes pudessem sair do espaço escolar sob a minha responsabilidade e da coordenadora pedagógica.

A escolha pelo Teatro da Paz, em detrimento de outros espaços existentes na cidade de Belém, deu-se em virtude do local possibilitar o agendamento prévio para as escolas, com a presença de um guia para explicar sobre o lugar. Além disso, influenciaram a decisão a possibilidade de acomodar uma turma numerosa em um lugar amplo e, principalmente, a própria instituição, a qual se constitui em um espaço histórico que preserva a memória da *belle époque*, tendo um papel pedagógico relevante na atualidade.

O Teatro da Paz, chamado anteriormente de Teatro Nossa Senhora da Paz, foi inaugurado em 15 de fevereiro de 1878, passando por importantes reformas entre os anos de 1887-1890 e 1904-1905. Construído em estilo neoclássico, é considerado o maior da região norte, de acordo com o IBGE, sendo que sua história está ligada ao período da economia da borracha, pois constituiu-se em um espaço onde eram realizados os espetáculos culturais vistos sobretudo pela elite belenense, sendo um símbolo da riqueza desse período. O Teatro foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1963 e, até os dias atuais, recebe diversas programações culturais em sua agenda, bem como programações pedagógicas.

Nesse sentido, o Teatro da Paz constitui-se enquanto parte da memória histórica da cidade, sendo um “lugar de memória”, na concepção de Pierre Nora (1993), pois visa preservar do esquecimento uma determinada memória sobre o passado, possibilitando manter viva suas lembranças e as ressignificar no tempo presente. Dessa forma, os “lugares de memória” podem

ser arquivos públicos, museus, construções, dentre outros, voltados para a função de salvaguardar fragmentos do passado, assumindo um papel simbólico e pedagógico.

Importante frisar que, ao se abordar o patrimônio histórico no ensino de história, é de suma importância buscar meios de estimular sua problematização; pois, caso contrário, a visita a esses espaços pode ser interpretada pelos(as) alunos(as) como um simples passeio sem fins educacionais. Por isso, é necessário estimulá-los(as) a realizarem reflexões críticas sobre os “lugares de memória” – nesse caso específico, o Teatro da Paz –, visando à percepção das intencionalidades e dos usos históricos no passado e no presente.

A sociedade contemporânea consome “lugares de memória”, por meio de visitas a museus, teatros, prédios históricos diversos. Contudo, muitas vezes, isso ocorre como entretenimento momentâneo. Então, a intervenção do(a) historiador(a) para estimular a atitude historiadora é fundamental para que não haja uma compreensão superficial acerca desses espaços.

A atividade realizada se enquadrou no âmbito da educação patrimonial, pois visou à utilização desses espaços no processo de ensino-aprendizagem, permitindo o acesso a conhecimentos sobre o passado de outras maneiras que não fossem a tradicional aula expositiva. Gerson da Costa (2016) defende que o patrimônio assume um papel de elo entre os indivíduos e o passado em comum, sendo por isso importante na formação da identidade dos(as) sujeitos(as) com um determinado grupo, na medida em que “reavivadas, estas memórias reforçam o sentimento de pertencimento no indivíduo” (2016, p. 40).

Para a realização da atividade de visita ao Teatro da Paz, foi realizada uma aula, anteriormente à saída dos(as) estudantes, acerca do patrimônio histórico de Belém, dos motivos da escolha do local a ser visitado e da reflexão sobre a visita ser uma atividade pedagógica e não um simples passeio. A saída dos(as) estudantes para o Teatro da Paz ocorreu no dia 27 de maio de 2022, às 8h. Somente 25 alunos(as) compareceram, enquanto os(as) demais, por motivos diversos, não foram. Posteriormente, alguns entre os(as) ausentes alegaram que não conseguiram acordar, outros(as) afirmaram que tinham compromissos pela parte da manhã. Inclusive há dois discentes da turma que trabalham, o que inviabilizou a participação.

A viagem durou aproximadamente uma hora e quarenta minutos de ônibus escolar. Desembarcamos na Praça da República, onde aproveitei a oportunidade e o tempo disponível para comentar sobre a história da praça e do monumento, localizado no centro dela, que homenageia a Proclamação da República. Após a exposição, foi servido um lanche oferecido pela escola.

Ao entrar no teatro, eu e os alunos fomos recebidos por uma equipe do local, responsável por assessorar na visita guiada. Um dos funcionários explanou sobre a história do teatro, sobre a organização do espaço e sobre os elementos decorativos do ambiente. Juntamente com o guia, busquei enfatizar os aspectos históricos já discutidos previamente na sala de aula, bem como estimular os(as) estudantes a fazerem indagações e análises do ambiente do teatro.

O exercício de problematização dos “lugares de memória” é crucial para que seu caráter educativo seja efetivado. Nesse sentido, é fundamental ir além do visível no espaço visitado e questionar seus usos históricos no passado e no presente. Dessa maneira, podemos contribuir para que a função pedagógica dos “lugares de memória” seja plenamente explorada.

Figura 19 – Visitação dos estudantes do 9º ano ao Teatro da Paz



Fonte: autora (2023)

Os(as) estudantes escutaram atentamente e fizeram perguntas ao guia, sendo uma das indagações mais interessantes sobre a divisão do teatro de acordo com a classe social do indivíduo. Um dos alunos perguntou se era possível “burlar” essa organização e o guia respondeu possivelmente não, pois, como a cidade, naquela época, era pequena, as pessoas das classes mais ricas se conheciam, além do que o valor dos ingressos era diferenciado, o que reforçava a sociedade de classe. Também houve perguntas acerca da origem dos objetos presentes no espaço, o que possibilitou constatar que eram, em sua maioria, de origem europeia, oriundos das riquezas provenientes da economia gomífera.

Os(as) estudantes ficaram encantados pela suntuosidade do espaço, e ainda tiveram a oportunidade de acompanhar um ensaio de uma banda que estava ocorrendo no momento da visita. Ao término da visita, no retorno à escola, foi solicitado que eles(as) escrevessem sobre o que aprenderam e acharam interessante na visita. Destaquei que o texto não deveria assumir um caráter de descrição de cada parte do teatro, mas sim que se constituísse em uma

narrativa sobre a experiência pessoal e o aprendizado que cada um(a) pode obter com a atividade proposta.

No que se refere à produção textual dos(as) estudantes, podemos afirmar que contribuiu para perceber as aprendizagens mais significativas obtidas por eles(as) na visita guiada e como eles relacionaram a visita com o que já havia sido estudado ao longo das aulas. Os textos produzidos, em sua maioria, focaram inicialmente em descrever as partes mais interessantes do espaço do teatro. Todos(as) falaram das pinturas no teto, dos lustres e demais ornamentos do teatro, como podemos observar no trecho do relatório abaixo:

Figura 20 – Relatório da visita ao Teatro da Paz da aluna nº 07



Fonte: autora (2023)

Além da admiração com a beleza do lugar, é possível perceber na escrita da estudante a percepção sobre a divisão social presente na organização espacial do teatro, muito embora também seja possível perceber que a estudante não conseguiu fazer no texto uma problematização sobre o tema, demonstrando a necessidade de uma discussão mais aprofundada a esse respeito. A questão da divisão social no teatro também chamou a atenção de outros(as) estudantes, como percebemos no trecho abaixo:

Figura 21 – Relatório da visita ao Teatro da Paz do aluno nº 42

No teatro, havia vários detalhes, bem pequenos, porém muito interessantes, como o piso, o espelho da Usidade e as várias camadas do platô do teatro, tudo era bem detalhado e muito lindo.

No teatro em si, havia uma pintura imensa e muito linda no teto.

As várias camadas no teatro eram para classes diferentes. a última camada era para pobres, a primeira era para ricos, tinha uma parte reservada para o Imperador Casa de Ferro.

Fonte: autora (2023)

No que se refere aos conteúdos abordados em sala ligados à história local, os(as) estudantes conseguiram realizar alguns apontamentos importantes sobre o período da borracha, dentre eles podemos destacar o posicionamento da estudante nº 6, que afirmou: “Percebi o teatro era um lugar para os ricos, as elites da borracha, tinha diferença social e não era um local frequentado pelos pobres, nessa época tinha muita desigualdade”.

Para além das questões ligadas à aprendizagem histórica proporcionada pela atividade de visita ao patrimônio histórico, podemos destacar ainda uma outra perspectiva que se fez presente nos relatórios ligada às experiências pessoais adquiridas com a atividade, como destaca o aluno nº 10: “A visita no teatro da paz pra mim foi uma experiência muito importante, porque vivo aqui desde que eu nasci e nunca havia ido nesse local, aprendi muitas coisas importantes e vou guardar esse passeio para sempre na minha memória”.

Os relatórios dos(as) alunos(as) se mostraram muito pertinentes, pois se constituíram em uma forma de eu perceber como os(as) alunos(as) se apropriaram da visita ao teatro e criaram seus saberes, bem como o que precisa ser retomado em outro momento e até que ponto as metodologias de ensino utilizadas estão sendo eficazes ou não no processo de ensino-aprendizagem.

3.2. Nos trilhos da história local: a cidade de Ananindeua nas aulas de história

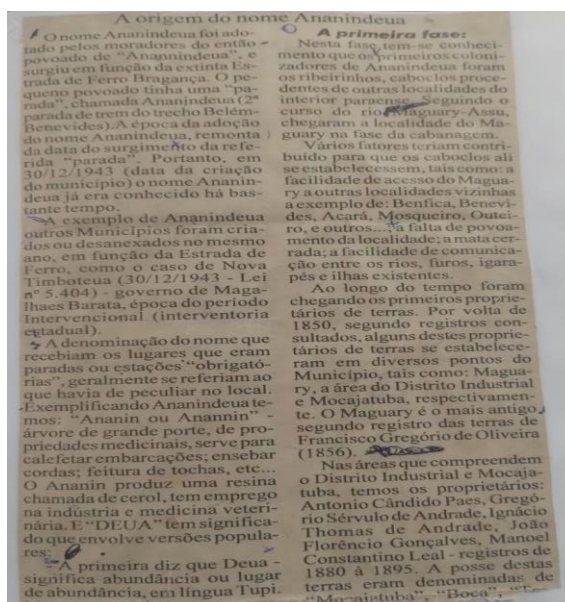
No terceiro bimestre, busquei dar continuidade ao trabalho que havia sido desenvolvido antes das férias escolares de julho, objetivando inserir aspectos da história local no cotidiano escolar. O intuito principal estava em trazer a história de Ananindeua de forma

mais aprofundada, perpassando pelo contexto da economia gomífera abordada anteriormente e realizando discussões sobre os aspectos mais específicos, desde a construção da Estrada de Ferro de Bragança até o crescimento urbano do período entre 1960 e 1990 na região, buscando ainda relacionar essas questões com os conteúdos escolares.

Dentre as temáticas que a BNCC requisita para o 9º ano, foram discutidos os seguintes objetos do conhecimento referentes à história do Brasil: “O período varguista e suas contradições” e “A emergência da vida urbana e a segregação espacial” (Brasil, 2017, p. 428). Busquei então relacionar tais conteúdos à formação da cidade de Ananindeua, pois ela conseguiu sua emancipação política 03 de janeiro de 1943, durante o governo de Getúlio Vargas.

A partir dessa discussão, foi possível retroceder mais um pouco no tempo e ligar o surgimento da cidade à estrada de ferro de Bragança, vinculada ao período da borracha, já discutido anteriormente, sendo assim possível mostrar que a cidade de Ananindeua teve sua formação associada a esse contexto histórico. Busquei trazer então fontes escritas (jornais), imagéticas (fotografias) e textos escritos para auxiliar na compreensão do assunto abordado.

Figura 22 – Jornal Diário do Pará de 19 de janeiro de 1996



Fonte: A origem [...] (1996) ¹⁵

¹⁵ Arquivo da hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Viana.

A matéria do jornal Diário do Pará traz um pouco da história de Ananindeua, desde o significado do nome deste município até os aspectos relacionados às suas origens, como a extinta Estrada de Ferro de Bragança. Assim, os(as) estudantes puderam ter contato com uma fonte sobre a cidade que estava sendo estudada. Também foram utilizadas imagens antigas que mostram a estação de trem que deu origem à ocupação urbana da cidade, dentre outras, como podemos ver abaixo.

Figura 23 – Estação ferroviária de Ananindeua



Fonte: Giesbrecht (2022)

O objetivo dessa imagem e de outras utilizadas ao longo da aula foi ajudar os(as) estudantes a terem um apoio visual sobre o passado, já que as imagens conseguem chamar a atenção e suscitar questionamentos juntos aos(as) estudantes. Um exemplo significativo da afirmativa acima foi que, ao mostrar a figura 23 aos(as) alunos(as), o aluno 07 disse “tia, mas era cheio de mato assim aí pro centro de Ananindeua? Melhorou muito, né?”, já a aluna 22 conjecturou “então, talvez, se não fosse a estrada de ferro, Ananindeua não teria se desenvolvido assim, pelo menos começou a vim mais gente pra morar e trabalhar lá”.

Foi possível perceber que, ao entrecruzar fontes escritas e imagéticas, os(as) estudantes conseguiram compreender os aspectos sobre a história local que estavam sendo discutidos em sala. Além disso, por se tratar da história de uma cidade com a qual eles interagem cotidianamente, isso suscitou maior interesse em participar ativamente da aula.

Ao longo da aula, discutimos as questões mais relevantes sobre a história da cidade, como a origem do nome, a relação com a estrada de ferro e a questão dos limites territoriais com Belém. Em relação aos limites entre as duas cidades, recorreu-se também às fontes dos

jornais de época que discutiram essa problemática, levando-os a perceber como essa situação afeta os(as) moradores(as) da região metropolitana há bastante tempo.

Figura 24 – Jornal Diário do Pará de 6 de outubro de 1991



Fonte: Os novos [...] (1991) ¹⁶

Os jornais que foram utilizados como fontes na aula suscitaram um debate interessante sobre o quanto essa definição dos limites ainda gera dúvidas nos(as) moradores(as), pois os(as) estudantes consideraram muito complicado compreender a divisão territorial descrita no jornal, a qual entenderam ser uma organização confusa. Ademais, eles(as) também associaram essa questão à realidade que vivenciam, na qual as dúvidas e as problemáticas sobre os limites persistem.

Na aula seguinte, foi dada continuidade à discussão sobre Ananindeua, também com a utilização de fontes históricas como jornais e fotografias da época, relacionando ao período da ditadura militar (1964-1985), ligada ao objeto do conhecimento “A ditadura civil-militar e os processos de Resistência” (Brasil, 2017, p. 430). Nessa época, os governos militares começaram a incentivar a construção de rodovias pelo país, no contexto de integração da região amazônica,

¹⁶ Arquivo da hemeroteca da Biblioteca pública Arthur Viana.

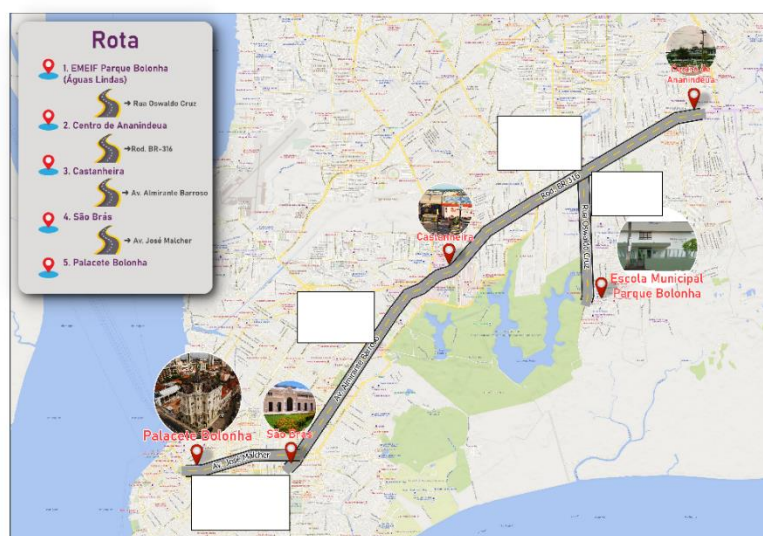
sendo, portanto, a estrada de ferro desativada e a BR-316 criada no trecho em que se encontra a referida cidade.

Foi abordada então a discussão sobre o crescimento econômico de Ananindeua com a vinda de indústrias para a região, ocorrendo a disponibilização de empregos na área. Com isso, aos poucos, a visão de “cidade dormitório” foi sendo desconstruída e a cidade passou também por um processo de crescimento urbano. Nessa conjuntura, foi priorizada a construção dos conjuntos habitacionais na área, destinados principalmente à população de baixa renda nas décadas de 1980 e 1990. Dentre eles, foi dado ênfase ao conjunto habitacional Cidade Nova, que é o mais conhecido e antigo da região.

Foi então proposto aos(as) estudantes uma segunda visita guiada, que ocorreria no mês de outubro de 2023. No entanto, a visita somente foi possível no dia 16 de novembro, em virtude de questões do calendário escolar e da agenda do local de visita. Novamente foi muito importante para a execução da atividade extraescolar o apoio da direção e da coordenação. Inclusive, como o ônibus solicitado para a secretaria de educação não foi liberado, utilizou-se recursos do PDDE (Projeto Dinheiro Direto na Escola) para que a visita guiada ocorresse, realizada na data mencionada, comparecendo para a viagem 31 alunos(as). É importante ressaltar que houve maior adesão dos(as) estudantes à participação dessa segunda visita guiada, pois as conversas com os(as) colegas que foram à primeira atividade suscitou o interesse dos demais em irem e, a grande maioria, deles(as) ficaram muito animados(as) em participar.

A visita guiada foi planejada com base nas orientações entre mim e meu orientador, tendo para isso sido produzido um mapa guia para auxiliar os(as) estudantes e, ao mesmo tempo, servir para a execução de uma atividade a ser proposta ao longo da viagem. O mapa com a rota que os(as) estudantes fizeram foi pensado como forma de situá-los geograficamente, para isso tive o auxílio da professora de geografia na hora de explicar sobre os lugares pelos quais eles iriam passar. Em cada ponto marcado no mapa, foi feita uma pequena parada de alguns minutos para explicar a relação presente e passado naquele lugar. Também foi explicado aos(as) estudantes que a viagem seria registrada, por fazer parte da minha pesquisa de mestrado. Logo no início, eles(as) pareciam um pouco tímidos, mas brevemente esqueceram do celular gravando, pois ele ficou em um ponto fixo do ônibus.

Figura 25 – Mapa da rota da visita guiada ao Palacete Bolonha



Fonte: Marques (2023)

A aula foi sendo ministrada dentro do ônibus, com o auxílio de uma caixa de som. Durante o trajeto, o objetivo era mostrar uma parte da rota da Estrada de Ferro de Bragança aos estudantes, com suas estações, bem como a formação de Ananindeua, levando-os também a refletirem sobre a distância de Ananindeua em relação a Belém e a questão dos limites entre essas cidades.

Ao realizar as discussões ao longo do trajeto, incentivei os(as) alunos(as) a olharem a cidade e os seus espaços, mesmo que por meio das janelas do ônibus, pois eles(as) e muitos de nós, na correria da vida cotidiana, não refletimos sobre as relações históricas dos caminhos pelos quais passamos e as diferentes temporalidades que o espaço urbano apresenta.

Ao propor uma aula em movimento, precisamos também pensar em questões práticas como a acústica, tendo sido necessário levar uma caixa de som para ser usada na viagem; a alimentação, que foi fornecida pela escola; a organização dos materiais a serem utilizados, dentre outros detalhes que fazem parte desse tipo de atividade educativa.

Figura 26 – Foto da professora explicando durante o trajeto



Fonte: autora (2023)

Ao longo do trajeto, os(as) alunos(as) tinham uma tarefa a ser realizada. Cada um(a) deles(as) recebeu um mapa e um envelope contendo figurinhas relacionadas ao passado dos lugares que estavam sendo estudados. É importante ressaltar que essas imagens também estavam presentes em um material impresso (Apêndice nº 1) disponibilizado alguns dias antes, para que eles(as) estudassem. Além disso, o assunto já havia sido abordado durante as aulas.

A tarefa dos alunos consistia em colar corretamente as figurinhas ligadas ao período abordado nos espaços por mim indicados, que eram os quadrados em branco, e em cima das fotografias existentes no mapa. A fim de verificar se os estudantes conseguiam observar as temporalidades, orientei que deveriam utilizar as imagens referentes ao passado e não as atuais, pois ambas estavam no envelope.

Foi possível perceber que a atividade foi importante para capturar a atenção dos(as) estudantes à minha atuação docente ao longo do trajeto, pois as figurinhas deveriam ser coladas conforme a viagem transcorresse, principalmente durante as paradas que o ônibus fazia nos lugares definidos previamente. Além disso, a atividade levou os(as) alunos(as) a indagarem mais sobre os lugares e sobre a tarefa a ser realizada, estimulando a participação de todos.

Figura 27 – Fotos dos(as) alunos(as) realizando a atividade



Fonte: autora (2023)

O trajeto iniciou pela escola, onde foi comentado sobre sua historicidade e relevância na comunidade. Em seguida, falei um pouco sobre a história do bairro de Águas Lindas, enquanto a viagem já estava em andamento. Ao sair do bairro e acessar a BR 316, passei a discutir sobre a história da Estrada de Ferro de Bragança. Ao chegar ao centro da cidade de Ananindeua, foi feita uma parada próximo à prefeitura, onde foi lembrado sobre as origens da cidade, com a estação ferroviária que se localizava onde hoje estão o canteiro de obras do BRT em construção. Seguindo viagem à parada seguinte, nas proximidades do shopping Castanheira, no bairro de mesmo nome, discutiu-se sobre os limites entre Belém e Ananindeua e sobre a história do lugar. Nesse ponto, havia uma estação da ferrovia que recebeu essa denominação devido à presença de uma grande árvore de castanha que podia ser avistada de longe. Entrando na cidade de Belém, seguimos o trajeto pela Almirante Barroso, que antes era denominada Tito Franco. Foi relatado que a estrada de ferro seguia por onde o BRT se situa atualmente, enfatizando que essa área era considerada já muito distante do centro de Belém, formada por sítios e chácaras até o início do século XX. A parada subsequente foi feita de forma breve, nas imediações do terminal rodoviário e do mercado de São Braz, que era onde iniciava a Estrada de Ferro de Bragança, sendo o mercado construído nas proximidades devido ao grande movimento de pessoas. Posteriormente, seguimos à Avenida governador José Malcher, que se chamava São Jerônimo no período abordado na aula. Expliquei que nessa avenida havia linhas de bondes elétricos que eram os principais responsáveis pela condução das pessoas na época. Foi incentivado que os(as) estudantes apontassem também construções, ao longo da avenida, que apresentam características de serem casarões do período da borracha. Eles(as) foram apontando edificações ao longo do caminho, além de indagarem sobre as condições de abandono de alguns deles, o que gerou um bom debate nessa parte da viagem. Por fim, chegamos ao Palacete Bolonha, onde fomos recebidos para uma visita guiada pelo local.

Importante frisar que a cidade de Belém possui outras construções históricas abertas para visitação escolar, porém a escolha por esse espaço foi em virtude dele se relacionar   escola que se chama EMEIF Parque Bolonha, localizada próxima ao lago cuja denominação foi feita em homenagem ao engenheiro Francisco Bolonha, que construiu o palacete visitado por nós.

Célio Lobato (2005) nos conta que o Palacete Bolonha foi construído no período da economia da borracha pelo engenheiro civil Francisco Bolonha (1782-1938) para ser sua residência com sua esposa Alice Tem-Brink, tendo a obra iniciado em 1905 e terminado em 1908. A constru o, que demandou muitos recursos financeiros devido   sua suntuosidade, foi viável em decorrência de Francisco Bolonha possuir um capital financeiro significativo, em virtude de ter sido responsável por obras importantes em sua época, como a constru o do mercado do Ver-o-Peso (1901), do prédio do corpo de bombeiros (1906) e dos quiosques da Praça da República, dentre outras obras importantes. Após a conclusão do Palacete, ele foi considerado, na época, umas das edificações mais altas da cidade, com quatro pavimentos. A constru o apresenta um estilo eclético sendo que a “ornamenta o nas fachadas usou o que estava a disposi o nos catálogos de materiais de constru o no início do século XX (Lobato, 2005 p. 33).

Figura 28 – Fotografia do Palacete Bolonha



Fonte: Lobato (2005, p.43)

Ao chegarmos ao Palacete, fomos recebidos pelos(as) funcionários(as) do local, que atualmente é administrado pela Prefeitura Municipal de Belém. Houve primeiramente, uma exposição de informações sobre o lugar e sobre sua história para os(as) estudantes antes de adentrarmos no Palacete. No momento, os alunos puderam fazer perguntas sobre o espaço e, ao longo da visita, muitos(as) alunos(as) fizeram perguntas tanto para os(as) monitores(as) quanto para mim.

Figura 29 – Visita dos(as) estudantes ao Palacete Bolonha



Fonte: autora (2023)

Os(as) estudantes se mostraram bastante curiosos e fizeram várias indagações sobre o prédio e sua história. Dentre as indagações, resalto a do estudante nº 7 sobre o porquê do local ter “quase nada de mobília” e a da estudante 16: “por que ele fez uma casa tão grande se era só ele e a esposa dele?”. A primeira indagação foi respondida pela guia da visita, explicando que, após a morte do senhor Francisco Bolonha, a sua esposa havia feito um grande leilão e se desfeito tanto do palacete quanto de seu mobiliário. A segunda pergunta foi respondida por mim, explicando que o local servia para receber pessoas influentes, fazer recepções e eventos, principalmente recitais, já que sua esposa, Alice Tem-Brink, era musicista. Além disso, os palacetes construídos na época eram uma forma da elite belenense ostentar sua riqueza.

Ao término da visita, os(as) estudantes fizeram um lanche e retornaram ao ônibus para realizar o trajeto de retorno. Essa parte da viagem foi destinada a conversas informais, indagações e momentos de descontração. Os(as) alunos(as) afirmaram que gostaram bastante da atividade e que queriam ter conhecido também o último andar do palacete, onde seriam os quartos, que não estava disponível para visita, pois funcionava a parte administrativa nesse andar. Também comentaram sobre a suntuosidade do lugar, ressaltando que “o tal do Francisco Bolonha tinha muita grana mesmo, pra construir aquele palácio” (Fala do Aluno 35). A essa fala outra aluna retrucou afirmando: “mas é claro! Ele era engenheiro, né, tia? E, pelo que eu entendi, ele fez várias obras da época lá da borracha, até o Ver-o-Peso, então ele tinha muita grana e quis agradar a mulher dele” (Fala da aluna 05). Essas e outras conversas sobre a visita estiveram presentes entre os(as) estudantes. Alguns estavam curiosos para saberem quantas figurinhas haviam acertado da atividade feita na viagem; porém, só posteriormente, foi informado sobre a quantidade de acertos e erros de cada um na atividade proposta.

No que se refere à atividade realizada ao longo da visita, todos os(as) estudantes entregaram o material, sendo que – dos(as) trinta e um(a) (31) alunos(as) que estavam presentes – vinte e um(a) (21) conseguiram inserir todas as figurinhas corretamente, seis (6) confundiram duas figurinhas e quatro (4) erraram mais de duas figurinhas. Importante frisar que aqueles(as) com maior quantidade de erros são alunos(as) faltosos e que não estiveram presentes em algumas aulas referentes aos assuntos abordados durante a visita guiada, o que contribuiu na compreensão do assunto.

3.3. O bairro de Águas Lindas na sala de aula: possibilidades de ensinar a história local em diálogo com a memória

No quarto bimestre, o foco foi discutir sobre a história local voltada para o bairro de Águas Lindas, tendo como contexto a história recente do Brasil, que está relacionada ao objeto do conhecimento “A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais” (Brasil, 2017, p. 430). Não somente ao abordar uma temporalidade recente, mas, em todos os momentos em que nos dedicamos ao estudo e à reflexão da história, estamos sob a influência da história do tempo presente, seja em nossas formas de interpretar o passado ou de criar expectativas em relação ao futuro. Dessa forma, “o tempo presente é uma contínua presença e uma necessidade do discurso historiográfico” (Silva, 2017, p. 101). Como o contexto histórico de formação do bairro abordado nesta pesquisa é recente, com testemunhas vivas que podem narrar suas vivências no lugar, ele se enquadra na denominada história do tempo presente. Partindo desse pressuposto, é importante frisar que essa história do bairro de Águas Lindas está sujeita a constantes ressignificações, a partir de novos olhares que possam emergir sobre sua historicidade; pois, como defende Marieta Ferreira (2012), a história do tempo presente precisa constantemente ser revisada, acrescida ou corrigida.

Para realizar a associação da história do bairro ao assunto abordado no currículo prescrito tanto pela BNCC quanto pelas diretrizes curriculares, foi feito uso da metodologia da aula-oficina, a partir da utilização de fontes históricas sobre o bairro previamente compiladas e organizadas por mim, professora/pesquisadora da turma. A escolha pela aula-oficina está vinculada à necessidade de se apartar da aula tradicional, em que o(a) estudante somente escuta o(a) professor(a), pois sabemos que essa metodologia é ultrapassada e não possibilita uma aprendizagem significativa. Nesse sentido, buscamos oportunizar momentos de interação no aprender em que tanto o(a) educador(a) quanto o(a) aluno(a) aprendem, exercitando o diálogo, pois “somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala *com ele(a)*. Mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele(a)” (Freire, 2022, p. 111).

Nesse sentido, a aula-oficina se insere nas metodologias ativas, que buscam partir dos conhecimentos prévios dos(as) alunos(as) e de diferentes linguagens a fim de proporcionar a eles(as) uma forma diferenciada de aprender, respeitando as especificidades de cada um. De acordo com Izabel Barca, sobre essa metodologia de ensino, “o(a) aluno(as) é efetivamente visto como um dos(as) agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas,

diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integradas na avaliação” (Barca, 2004, p. 133).

Para a aula-oficina, as fontes utilizadas foram fotografias antigas do bairro que foram obtidas em pesquisa prévia, algumas reportagens de jornal falando sobre o bairro e trechos de duas entrevistas realizadas com moradores(as) antigos(as) do bairro. O objetivo da aula oficina consistiu em proporcionar um contato inicial com a história local do seu bairro, bem como instigar a curiosidade para com essa história e, assim, estimulá-los(as) a querer pesquisar mais sobre os aspectos inerentes ao seu local de vivência.

A análise de fontes constitui-se em um dos pilares da aula-oficina. Sobre a importância das fontes na sala de aula, Verena Alberti ressalta:

O trabalho com fontes é essencialmente proveitoso quando faz parte de um percurso de pesquisa, no qual se preconiza a autonomia dos estudantes. O professor ou a professora pode disponibilizar para as suas turmas uma variedade de documentos a serem trabalhados numa investigação, a partir de uma ou mais perguntas de pesquisa (Alberti, 2019, p. 111).

Nesse processo, Barca (2004) defende que a aula oficina deve possibilitar a aquisição das seguintes competências: interpretação de fontes, compreensão contextualizada e comunicação. Nesse sentido é importante atentar-se, no planejamento da aula-oficina, às competências necessárias.

Novamente a aula-oficina – executada no dia 16 de outubro de 2023, com duração de três tempos de 45 minutos – foi realizada no espaço da biblioteca da escola, pois esse ambiente torna possível uma maior concentração e conforto. Os(as) estudantes foram organizados em grupos nas mesas do espaço, sendo um total de 5 mesas, nas quais havia, em cada uma, alguns materiais expostos sobre o bairro, como fotografias, recortes de jornais e trechos de entrevistas com um morador antigo, o senhor Hilário Ferreira. Foi solicitado então que os(as) estudantes analisassem o material e discutissem entre si o que haviam compreendido sobre ele, sendo reservado cerca de 30 minutos para isso. Num segundo momento, pedi para que, pelo menos, um(a) participante de cada mesa comentasse sobre o material. Dessa forma, eles(as) foram instigados a socializar com os(as) colegas suas impressões iniciais sobre as fontes que receberam. Todos(as) enfatizaram que não imaginavam que o bairro era daquela forma há tempos, o que suscitou muitas indagações e comentários sobre a temática, dando origem a um debate muito produtivo ao longo da aula. As principais indagações foram relacionadas ao lixão do Aurá e à sua localização no bairro, à questão dos limites entre as cidades e aos problemas estruturais no passado e no presente. Alguns(as) estudantes trouxeram também seus

conhecimentos prévios, suas vivências no bairro, contribuindo e enriquecendo a aula. Esse contato inicial com a história do bairro foi de suma importância para despertar a curiosidade pela temática; pois, ao ver sua realidade como tema de aula, se sentiram valorizados e buscaram também compartilhar seus saberes prévios. A maior dificuldade encontrada, ao conduzir esse tipo de aula, está ligada ao controle da ordem de fala, pois eles(as) querem falar ao mesmo tempo, não querem esperar a vez. No entanto, foi possível contemplar todos(as) que queriam falar, sendo enfatizada a importância do respeito a fala.

A contextualização da história do bairro foi associada à temática do crescimento urbano nas últimas décadas, bem como à temática das ocupações espontâneas e dos conjuntos habitacionais que surgiram no Brasil e na região metropolitana de Belém. Como em aulas anteriores, ao falar sobre a formação da cidade de Ananindeua, já havíamos feito discussões sobre essas temáticas foi mais fácil a eles(as) fazerem associações com o contexto do bairro.

Na aula seguinte, foi dada continuidade à temática, sendo então realizada por mim a apresentação do projeto que seria desenvolvido para a EXPOPARQUE¹⁷, que, no ano de 2023, teria como temática geral “Diversidade e cultura de paz na Escola Parque Bolonha”. Como professora coordenadora da turma do 9º ano 1, foi informado a eles(as) que a temática seria relacionada à história do bairro de Águas Lindas. Nessa aula, foi definido o tema da turma para a exposição, sendo o seguinte: “História, memória de diversidade do bairro de Águas Lindas”. Também foi apresentado o cronograma das ações que seriam desenvolvidas, a fim de deixar os(as) alunos(as) informados sobre todo o processo e tirar dúvidas sobre o andamento do projeto.

¹⁷ Consistiu em um evento promovido pela escola Parque Bolonha, onde cada turma apresentaria uma exposição relacionada ao tema geral do evento, o evento foi definido no início do ano, no planejamento, com previsão para ocorrer no começo do mês de dezembro de 2023.

Quadro 1 – Cronograma de organização das etapas do projeto

AÇÕES	PERÍODO/DATAS DE EXECUÇÃO
Aula-oficina sobre a história do bairro da Águas Lindas	16/10/2023
Produção de questionários sobre o bairro	17 a 25/10/2023
Aula-oficina sobre história oral	30/10/2023
Realização das entrevistas	31/10/2023 à 17/11/2023
Entrega das transcrições e textos autorais	20/11/2023
Socialização da experiência	22/11/2023
Organização dos materiais para a EXPOPARQUE	27/11/2023 à 05/12/2023
Apresentação dos resultados da pesquisa na EXPOPARQUE	07/12/2023

Fonte: autora (2023)

Em seguida, os(as) estudantes foram organizados em oito equipes de trabalho, formadas por quatro ou cinco integrantes, de acordo com as afinidades. Foram escolhidos por eles(as) os subtemas – definidos a partir do diálogo comigo em sala e dos conhecimentos prévios obtidos na aula anterior acerca do bairro – que deveriam nortear o projeto para a exposição. Dessa forma, foram elencados os seguintes subtemas: origens do bairro, as ruas do bairro, os transportes, o conjunto Verdejante, o lixão do Aurá, lugares do bairro e a Escola Parque Bolonha.

Cada equipe formada teria como tarefa escolher um(a) morador(a) antigo do bairro para realizar entrevistas, as quais só começariam após a aula seguinte. Também foi solicitado que as equipes produzissem perguntas sobre os subtemas a serem utilizadas durante as interlocuções, com prazo de entrega na próxima aula, para que eu pudesse avaliar os questionários.

No dia 30 de outubro de 2023, foi realizada então uma aula específica sobre História oral¹⁸, novamente no espaço da biblioteca. Os(as) estudantes receberam um folder¹⁹ (Apêndice 2), confeccionado por mim, referente à história oral e aos cuidados necessários para realizar as entrevistas, sendo enfatizado que a leitura era obrigatória para que as entrevistas fossem realizadas com êxito. Importante ressaltar que o folder foi produzido principalmente com base nas discussões teórico-metodológicas abordadas nas obras de Lucília Delgado (2006) e Verena Albert (2004). Na aula, abordei os aspectos referentes à memória individual e coletiva. Mesmo

¹⁸ Foram utilizadas quatro aulas para esse fim, pois a professora de matemática cedeu duas aulas suas para a professora de história realizar a tarefa.

¹⁹ https://drive.google.com/file/d/14oWQCecGYba1311k4Vkjwh09o_NQjuto/view?usp=drive_link

com embasamento teórico em autores como Halbwachs (1990), Lowenthal (1998) e Delgado (2006), foi priorizado o uso de uma linguagem simples, de modo a facilitar a compreensão, uma vez que se trata de adolescentes, sendo necessária tal adequação. Meu objetivo, ao falar sobre o conceito de memória com os estudantes, foi o de mostrar a eles(as) que, enquanto faculdade individual, ela é seletiva, ou seja, que o ser humano, ao longo da vida, guarda algumas lembranças e esquece outras, um processo natural e necessário. David Lowenthal comunga dessa percepção, pois afirma que “a necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças as necessidades do presente” (Lowenthal, 1998, p. 77). Por outro lado, busquei também explicar que a memória apresenta uma dimensão coletiva; uma vez que, como seres sociais, comungamos diariamente com outras pessoas que possuem diversas vivências. A memória coletiva é fundamental na vida em sociedade, pois cria uma identidade de grupo a partir dessas memórias compartilhadas com uma determinada comunidade, fazendo com que o indivíduo se sinta pertencente àquele meio social. Após a discussão inicial sobre o conceito de memória, foi feita a leitura e a discussão acerca de cada aspecto presente no folder, a fim de retirar as dúvidas dos(as) estudantes e muni-los de informações que pudessem auxiliá-los(as) no momento de realizar as entrevistas. Nesse sentido, foi enfatizada bastante a questão da escuta sensível e respeitosa, que faz parte dessa metodologia de pesquisa, bem como os cuidados necessários em todas as etapas de análise da fonte oral. Durante a aula, busquei explicar que a história oral é um método de pesquisa baseado nas memórias narradas por pessoas que viveram um determinado evento e que podem trazer informações sobre aquele passado que se quer investigar. No entanto, foi frisado que não podemos interpretar o relato oral como um retrato fiel do passado, mas sim como os(as) entrevistados(as) o perceberam, ou seja, a entrevista “registra não apenas os acontecimentos, mas a forma como esses acontecimentos foram digeridos por quem os rememora” (Santhiago; De Magalhães, 2015, p.37).

A escolha pelo uso da metodologia da história oral com os(as) estudantes do 9º ano advém de diversos fatores. O primeiro deles refere-se à carência de fontes sobre a história do bairro a ser pesquisado, o que torna a história oral uma possibilidade viável, em razão do bairro ter uma história relativamente recente com testemunhas vivas que podem fornecer narrativas ricas sobre sua historicidade. O segundo motivo está relacionado às possibilidades educacionais que essa metodologia pode fornecer no processo de aprendizagem, pois lhes permite estudar a história pela ótica das pessoas comuns, percebendo que ela não é feita somente pelos heróis.

Conseqüentemente, há o incentivo à autonomia do(a) estudante na busca por conhecimento, tirando-o da condição de receptor(a) de um saber acabado. A história oral na sala de aula estimula o(a) aluno(a) a ser questionador, a elaborar perguntas e a ser curioso em relação ao passado. Ricardo Santhiago e Valéria de Magalhães defendem o uso da história oral em sala de aula, pois consideram que “a prática da pesquisa de campo é valiosa para a discussão do conceito de fonte histórica e da natureza do conhecimento histórico” (2015, p.56). Percebemos assim a riqueza que essa metodologia pode trazer no âmbito do ensino.

Ouvindo as histórias dos mais velhos, os alunos percebem mais facilmente que eles próprios têm um passado e que terão um futuro, compreendendo que suas ações têm repercussão no tempo. Os jovens passam a valorizar as experiências dos mais idosos, reconhecendo-as como conselhos úteis (Santhiago; De Magalhães, 2015, p. 14).

Ao término da discussão sobre a história oral, os(as) estudantes entregaram os questionários que elaboraram. As perguntas foram analisadas por mim, porém a grande maioria não estava adequada, uma vez que eram muito imediatistas e não instigariam o(a) entrevistado(a) a fazer uma narrativa que pudesse fornecer conhecimentos sobre o passado, pois eram baseadas em perguntas de opinião referentes ao tempo presente, por exemplo: “O que você acha sobre os transportes no bairro?” (aluna 22); “O que você acha da educação no seu bairro?” (Aluno 13); “O que você acha sobre a saúde do seu bairro?” (Aluno 12).

Essa problemática que surgiu me levou a explicar de forma mais detalhada como deveriam ser as perguntas: indagações que fizessem a relação temporal e histórica e que estimulassem o(a) entrevistado(a) a contar sobre o passado, a exemplo de algumas formuladas pelos(as) próprios(as) alunos(as), como “O que você sabe ou já ouviu falar sobre como começou a se formar esse bairro?” (Aluna 05), “Como eram as ruas antigamente aqui?” (Aluna 37), “você conhece a história do lixão? Se sim conte um pouco” (aluna 16).

Assim, foi solicitado que as perguntas fossem refeitas e, na aula seguinte, foram selecionadas com os(as) alunos(as) as melhores para compor o questionário (Anexo 3). Ademais, foi ressaltado que o questionário era flexível, que a equipe deveria selecionar as perguntas mais condizentes de acordo com o(a) entrevistado(a) e que poderiam também adicionar alguma indagação que considerassem pertinente no momento da entrevista. Paralelamente às aulas, as entrevistas foram gradualmente executadas. Para tanto, elas eram agendadas pelos(as) alunos(as) em horários que fossem convenientes tanto para o(a) entrevistado(as) como para mim, professora/pesquisadora. Importante destacar que acompanhei todas as entrevistas por se tratar de estudantes menores de idade.

Durante duas semanas do mês de novembro, as entrevistas foram realizadas, sendo que os(as) narradores(as) escolhiam se preferiam dar seu depoimento em um local específico ou se viriam à escola. Três pessoas preferiram realizar a entrevista na escola, sendo que foi disponibilizada para o projeto a sala de recursos multifuncionais, pois é um ambiente bem fechado que permite mais privacidade. Os(as) demais moradores(as) foram ouvidos em suas residências, em horário pré-agendado por eles. Após essa etapa, as equipes eram orientadas sobre os encaminhamentos em relação à transcrição e produção de textos, quando os(as) alunos(as) expressariam a compreensão deles acerca da história do bairro.

Uma das equipes, composta por quatro alunas, me procurou alegando que não queriam fazer a atividade, pois os responsáveis não permitiam que elas saíssem em horário distinto do de sala de aula. Além disso, ainda não haviam conseguido encontrar alguém para entrevistar. Então, elas pediram para produzir uma maquete do bairro para a exposição de dezembro, pois não queriam ficar sem avaliação. A proposta foi aceita, porque o intuito da pesquisa sobre o bairro também era estimular o protagonismo dos(as) estudantes e foi perceptível que as alunas queriam participar de alguma forma do trabalho. Outra equipe, composta por 3 meninos da turma, também não realizou a entrevista. Uma das alegações foi que um dos membros da equipe estava doente, porém eles pesquisaram sobre os lugares do bairro, realizando fotografias e pesquisas que foram utilizadas na exposição.

Ao término do prazo para a realização das entrevistas, os(as) alunos(as) estavam empolgados com a atividade e algumas equipes queriam realizar mais entrevistas; porém, em decorrência do prazo para o evento escolar da EXPOPARQUE, não seria mais possível fazer isso e ainda preparar o material para o evento. Assim foram feitas seis entrevistas com seis moradores(as): uma moradora com mais de trinta anos no bairro; um presidente de associação de moradores; uma senhora que, além de morar há mais de vinte anos no bairro, também trabalhou no lixão do Aurá; um trabalhador da feira do Olga Benário; uma senhora que vive no bairro há 25 anos, desde seus oito anos de idade; e uma professora que leciona há bastante tempo na escola.

Também foram obtidas fotografias antigas do bairro, tanto com alguns entrevistados(as) quanto com alguns familiares e conhecidos. Ademais, fotografias recentes foram realizadas pelos(as) próprios(as) alunos(as) ou obtidas por meio da internet, em pesquisa realizada por eles(as), para complementar os materiais para a exposição.

A última semana de novembro e os primeiros dias de dezembro foram utilizados para a produção de materiais para a EXPOPARQUE, quando os(as) estudantes confeccionaram

cartazes sobre a história do bairro, com base nos subtemas selecionados no início do projeto. A grande maioria da turma também auxiliou na confecção das casinhas para a maquete do bairro, pois percebemos que era muito trabalhoso somente para as quatro alunas realizarem tal tarefa e que não haveria tempo hábil se mais pessoas não auxiliassem.

Figura 30 – Produção de materiais para a EXPOPARQUE



Fonte: autora (2023)

Alguns estudantes foram selecionados para comentar os cartazes no dia do evento, sendo escolhidos por mim os(as) alunos(as) mais empenhados e desenvoltos para falar em público, uma vez que a visitação estaria aberta para toda a comunidade escolar. Nos dias 5, 6 e 7 de dezembro de 2023, ocorreu o evento da EXPOPARQUE, cuja programação foi dividida da seguinte forma: o dia 5 foi reservado às turmas dos 4º e 5º anos, o dia 6, às turmas do 6º e 7º ano; e o dia 7, às turmas de 8º e 9º ano. A sala de exposição do 9º ano com a temática “história, memória e diversidade do bairro de Águas Lindas” foi bastante visitada durante o período da exposição, das 9h às 11h30, tendo os(as) alunos(as) da turma conseguido apresentar com segurança e desenvoltura tudo o que aprenderam sobre o trabalho realizado.

Figura 31 – Estudantes apresentando os resultados da pesquisa na EXPOPARQUE



Fonte: autora (2023)

A exposição acerca do bairro suscitou bastante curiosidade da comunidade escolar. Muitas pessoas visitaram a sala, tendo algumas feito perguntas aos(as) alunos(as), tirado fotos e parabenizado a pesquisa desenvolvida.

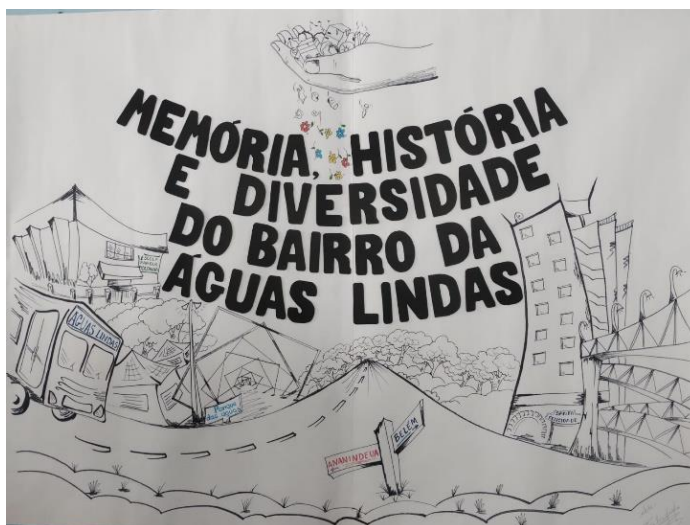
Figura 32 – Maquete do bairro produzida pelos estudantes



Fonte: autora (2023)

Percebemos que, na maquete, os estudantes buscaram destacar alguns lugares que são notáveis no bairro, como as praças principais (Nascente das Águas e Praça do Verdejante IV), os conjuntos que compõem o bairro (Verdejante, Olga Benário, Moara-Jerusalém e Nova Vida), o lixão do Aurá e o Parque ambiental do Utinga. Essa produção nos mostra que eles conseguem se localizar espacialmente no seu bairro, percebendo como ele está estruturado.

Figura 33 – Cartaz com o tema da turma no evento EXPOPARQUE



Fonte: Macedo (2023)

Ao realizar a pesquisa sobre a história do bairro, tendo como fonte principal os relatos orais, o objetivo não era analisar os depoimentos em si. Pretendia investigar como os(as) alunos(as) lidaram com essas fontes e o que aprenderam ao longo do processo, e também no sentido de perceber se o estudo da história local, a partir da história oral, obteve alguma influência sobre a percepção dos(as) estudantes sobre a história ensinada.

A fim de averiguar tal questão, foi feita a análise dos textos autorais produzidos por eles e das falas deles durante a última roda de conversa do ano a respeito da avaliação do projeto sobre o bairro. Essa etapa mostrou-se muito significativa, principalmente para mim, professora/pesquisadora, pois me possibilitou perceber os avanços obtidos com a metodologia, bem como os limites e dificuldades que ainda precisam ser superados.

As equipes que realizaram as entrevistas e organizaram as fontes orais escreveram sobre a compreensão que tiveram acerca do bairro, a partir dos relatos dos(as) moradores(as). Foi perceptível, nesses textos, que eles(as) mudaram a percepção que tinham sobre o bairro, como fica evidente nas palavras da estudante nº 11:

Eu moro no bairro de Águas Lindas toda a minha vida, mas pra falar a verdade eu não via muita diferença, mas quando alguém fala a gente percebe o quanto mudou o bairro e eu acho que o bairro melhorou muito e precisa melhorar ainda mais com questões de ruas que não são asfaltadas, mas a política não ajuda muito, e pela entrevista vi que evoluiu bastante.

Outra estudante também reafirma que as entrevistas contribuíram em uma mudança de percepção sobre o bairro, quando afirma o seguinte: “Literalmente tudo mudou, muitos moradores acreditavam que um dia o bairro ia mudar, que ia ser um lugar bom de morar. Tem

gente que gosta de morar aqui, pois o bairro é um lugar de sobreviventes a muitas dificuldades no passado” (estudante nº 03).

As entrevistas forneceram aos alunos(as) conhecimentos relacionados a diversos aspectos históricos do seu local de vivência, como infraestrutura, saúde, educação, trabalho, moradia, transportes, divisão dos limites territoriais, movimentos sociais e formação histórica. A estudante nº 14 narra em seu texto aspectos que considerou relevante na entrevista:

Um lugar marcante para a moradora que foi entrevistada é a piscina do Utinga, que segundo ela não tem nenhum morador que foi criado no bairro que não conheça, outros lugares marcantes é a caixa d’águas do verdejante e a praça do quatro. Além disso, a moradora afirmou também que enfrenta dificuldades por conta do bairro ser dividido entre dois bairros, como por exemplo o CEP que é muito próximo da fronteira ai as vezes confunde, as entregas de correspondências por conta de ter ruas com os mesmo nome de cidade diferente, e a parte do esgoto porque em uma parte tem e em outras não.

Outra aluna enfatizou, em seu texto, mais as questões relacionadas aos transportes e à educação. Ela escreve:

Na nossa entrevista sobre o bairro a gente descobriu várias coisas, antes era muito difícil pegar ônibus, porque não tinha, ai tinha que andar do conjunto até lá na boca, agora não é mais preciso ir a pé [...]. Em relação ao estudo, de acordo com a entrevistada, no bairro não havia escolas públicas antigamente, só particulares, então tinha que ir pra fora e como não tinha ônibus era bem complicado (Aluna 22).

A roda de conversa realizada para avaliar o projeto, de certo modo, confirmou as respostas dadas nos textos dos(as) alunos(as). O trabalho contribuiu tanto para a relação entre eles(as) e a realidade que vivenciam quanto para a valorização da história da comunidade.

O trabalho serviu muito pra mim, mas não só pra mim, como para todos os alunos, porque eu não sabia a história sobre o bairro onde eu morava, depois que eu fiquei sabendo percebi que era muito importante essa história. Esse trabalho me fez pensar sabe que tipo a gente fala mal as vezes do bairro, mas sem saber como era antes, tipo, as lutas do pessoal mais antigo, então eu vi que aqui tinha uma história boa sabe, de pessoas guerreiras que praticamente construíram o bairro do zero, com as invasões, tudo, o lixão, tudo fez parte (Fala do aluno nº 09).

É importante frisar que o trabalho com a história oral tem suas limitações e dificuldades e que isso também foi percebido por alguns deles(as), como o estudante nº 13, que assim reclamou: “o ruim desse trabalho eu acho que é fazer a transcrição, é um negócio trabalhoso tia, mas fora isso até que foi legal. Há também tem a questão de marcar um horário que desse pra pessoa que a gente queria entrevista, pra senhora e pra gente, quase não dá tempo da gente fazer”.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o trabalho com a história oral necessita de um de tempo extra, o que dificulta de introduzi-la na dinâmica e no calendário escolar, requerendo uma dedicação a mais tanto do(a) docente como dos(as) alunos(as), uma vez que as entrevistas e as transcrições precisam ser feitas fora dos horários de aula. Isso dito, acredito que um bimestre ainda foi pouco para a realização do projeto e, com certeza, teria resultados melhores se o tempo de realização fosse prolongado. Apesar disso, os(as) estudantes ressaltaram, em suas falas na roda de conversa, que gostaram de realizar as atividades referentes à história local do bairro.

Eu aprendi muita coisa sobre o bairro onde eu moro, nunca achei que eu ouviria uma professora que nem mora aqui me ensinar sobre o bairro que eu nasci, onde eu cresci, mas eu gostei muito da iniciativa que a senhora teve de fazer pesquisa sobre o nosso bairro, embora tivesse tanto assunto pra abordar na EXPOPARQUE a senhora escolheu a história do nosso bairro, onde a gente mora, onde a gente cresceu, e eu gostei bastante de conhecer mais um pouco, a sua iniciativa foi muito boa de valorizar aqui o nosso lugar, de querer aprender junto com a gente, se eu pudesse eu faria até de novo esse trabalho, as entrevistas, fazer a maquete, porque foi muito top. Enfim eu gostei bastante de aprender sobre a história de onde eu moro, ouvi as pessoas falando também foi muito legal, uma experiência que vou levar pra vida mesmo (Fala da aluna nº 01).

As declarações dos(as) alunos(as) levam a perceber a importância de discutir a história local no ambiente escolar e os benefícios obtidos na formação deles(as), pois permite a aproximação da história ensinada com a realidade que vivenciam. Ao realizar as atividades de análise de fontes, de visita aos lugares de memória e de pesquisas baseadas nas entrevistas com moradores(as) locais, estimulou-se a autonomia deles(as) na busca pelo conhecimento, tirando-os da posição de expectadores(as) de seu aprendizado para a de construtores(as) de saberes diversos.

3.4. O material didático

A opção pela construção de um material didático como produto da dissertação está ligada à falta de materiais organizados sobre os aspectos da história local abordados nesta pesquisa, principalmente relacionados à formação histórica de Ananindeua e à região de fronteira entre Belém e Ananindeua. Objetivou-se construir um material que, a fim do professor usá-lo diretamente com os alunos, tenha uma linguagem mais acessível, intercalando as informações com as fontes históricas relacionadas aos assuntos abordados.

Para fins de organização, seguiu-se a forma como os temas foram abordados em sala de aula com os estudantes da pesquisa, buscando trazer fontes diversas que contribuem para a

compreensão do contexto histórico discutido ao longo do texto. O produto intitulado “Nos trilhos da história de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas”²⁰ está organizado em quatro tópicos, nos quais é discutida a história local de Ananindeua em sua relação com Belém e abordamos o bairro específico de Águas Lindas, que possui a peculiaridade de se encontrar na limítrofe entre essas duas cidades.

O primeiro tópico, intitulado “Belém da Belle Époque e a expansão urbana”, traz uma discussão necessária à compreensão do que se apresenta posteriormente no texto, sendo de caráter introdutório; e aborda, com base em fontes, o contexto da economia da borracha na Amazônia e a sua influência nas mudanças ocorridas no espaço urbano de Belém e suas redondezas.

O segundo tópico do material didático foi intitulado “Os caminhos da ferrovia rumo a Ananindeua”, no qual abordamos a conjuntura da construção da Estrada de Ferro de Bragança, relacionando-a com a formação urbana de Ananindeua, além de outros aspectos pertinentes sobre a formação dessa cidade.

No terceiro tópico, enfatizamos as circunstâncias da expansão urbana entre as décadas de 1970 e 1990 e seus impactos no crescimento e no desenvolvimento da cidade de Ananindeua, bem como abordamos ainda as questões históricas ligadas à divisão dos limites entre Belém e Ananindeua e as implicações na vida dos moradores das áreas limítrofes.

O quarto e último tópico denominado “Águas Lindas: memória de um bairro dividido” discute sobre a história local do bairro de Águas Lindas, ligado ao contexto abordado no tópico anterior. Tomamos como base principal de informações as fontes orais obtidas na atividade de campo realizada com os estudantes da EMEIF Parque Bolonha.

O material é permeado por indagações dos estudantes que surgiram no decorrer das aulas ministradas, bem como traz, ao longo de suas páginas fotografias, recortes de jornais e depoimentos orais que ajudam a elucidar um pouco da história da cidade de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas.

O Grupo de Trabalho Produção Técnica vinculado a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no ano de 2019 divulgou relatório do GT com a finalidade de aprimorar os instrumentos relacionados a avaliação da pós-graduação. Este documento foi compartilhado durante as orientações do mestrado e é considerado requisito da

²⁰ O produto está disponível para consulta e *download* no link: https://drive.google.com/file/d/1miONoT4PIvIvHrNn--yMFB4DZslpz_Moh/view?usp=sharing

dissertação de mestrado. De acordo com o documento são considerados “produto” todo trabalho que:

É o resultado palpável de uma atividade docente ou discente, podendo ser realizado de forma individual ou em grupo. O produto é algo tangível, que se pode tocar, ver, ler, etc. pode ser um cultivar ou conjunto de instruções de um método de trabalho. O produto é confeccionado previamente ao recebimento pelo cliente/receptor, que só terá acesso após a conclusão dos trabalhos. (Capes, 2019, p. 16)

O produto que apresentamos foi desenvolvido entre os meses de agosto de 2023 e maio de 2024, após a banca de qualificação. Trata-se de um material didático implementado na rede pública de ensino do município de Ananindeua.

DETALHAMENTO DO PRODUTO	
DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL DIDÁTICO E INSTRUCIONAL	
Nome do produto:	Nos trilhos da história de Ananindeua e do bairro das Águas Lindas
Eixo principal:	Eixo 1 – Produtos e processos. Caracteriza-se pelo desenvolvimento de produto técnico ou tecnológico, passível ou não de proteção, podendo gerar ativos de propriedade industrial/ propriedade intelectual.
Produção técnica:	Desenvolvimento de material didático e instrucional.
Produto:	Material didático
Subtipo:	Impresso.
DEFINIÇÃO	
A opção pela construção de um material didático como produto da dissertação está ligada à falta de materiais organizados sobre os aspectos da história local abordados nesta pesquisa, principalmente relacionados à formação histórica de Ananindeua e à região de fronteira entre Belém e Ananindeua. Objetivou-se construir um material que, a fim do professor usá-lo diretamente com os alunos, tenha uma linguagem mais acessível, intercalando as informações com as fontes históricas relacionadas aos assuntos abordados.	
CAMPOS DESCRITIVOS OBRIGATÓRIOS	
Descrição do Material Didático e de sua finalidade (limitado a 50 palavras)	
Cadastrar Produção Intelectual: Não cadastrado.	
Natureza: impressos, audiovisual e outras mídias.	

Finalidade: Suporte pedagógico para ser utilizado no âmbito da Escola Municipal Parque Bolonha.

Instituição Promotora: Programa de Pós-Graduação em Ensino de História e Escola Municipal Parque Bolonha.

Demanda:

- Externa
 Edital
 Interna

URL:

Avanços tecnológicos/grau de novidade: (até 50 palavras):

Inova ao oferecer um produto didático em formato de material didático que integra diferentes linguagens a favor de um ensino de história local em Ananindeua. O produto didático traz como novidade, fontes documentais inéditas, registros das atividades realizadas com alunos(as) e possibilidades de uso de forma interdisciplinar.

- Produto com alto teor inovativo: Desenvolvimento com base em conhecimento inédito;
 Produto com médio teor inovativo: Combinação de conhecimentos pré-estabelecidos;
 Produto com baixo teor inovativo: Adaptação de conhecimento existente;
 Produto sem inovação aparente: Produção técnica.

Indicar produção resultante do trabalho realizado no Programa de Pós-graduação, informando:

Docentes Autores:

Nome: Thiago Broni de Mesquita CPF: 890.717.512-87 () Permanente (x)
Colaborador/orientador

Discentes Autores:

Nome: Ana Bárbara de Oliveira Pantoja CPF: 932.062.832-72.

- Mestrado Acadêmico (x) Mestrado Profissional ()Doutorado

Conexão com a Pesquisa

Projeto de Pesquisa vinculado à produção: Nos trilhos da história local: ensinar história na limítrofe Belém/Ananindeua.

Linha de Pesquisa vinculada à produção: Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão.

Conexão com a Produção Científica

Relacione os artigos publicados apenas em periódicos que estão correlacionados a este Produto de Comunicação:

a) Título: _____

Periódico: _____

Outros dados: ano _____; vol _____; páginas _____ - _____; doi _____.

Campos descritivos opcionais*

Situação atual do Produto de Comunicação

() Piloto/Protótipo

() Em teste

(X) Finalizado/implantado

Recursos e vínculos do Produto

Data início: 01/03/2022

Data término: 31/05/2024.

Total investido: R\$2.500,00

Fonte do Financiamento: Recursos próprios.

Aplicabilidade da produção tecnológica: faz referência a facilidade com que se pode empregar a Produção Técnica a fim de atingir seus objetivos específicos para os quais foi desenvolvida. Entende-se que uma produção que possua uma alta aplicabilidade, apresentará uma abrangência elevada, ou que poderá ser potencialmente elevada, incluindo possibilidades de replicabilidade. Para avaliar tal critério, as características a seguir deverão ser descritas e justificadas:

Descrição da Abrangência realizada: (até 50 palavras)

Vislumbramos, inicialmente, que o produto possa abranger alunos(as) Escola Parque Bolonha em séries onde são aplicados temas relativos à história recente da Amazônia. (9º ano do Ensino Fundamental). Pretendemos abranger ainda professores(as) que tenham interesse em utilizar o material didático.

Descrição da Abrangência potencial: (até 50 palavras)

O material didático será hospedado em um drive da internet, o qual será disponibilizado para consulta e download a quem manifestar interesse. Além disso, versões impressas estarão disponíveis na biblioteca da Escola Parque Bolonha.

Descrição da Replicabilidade: (até 50 palavras)

Consideramos que apresentamos ao longo desta dissertação as bases teóricas e metodológicas utilizadas para a construção do produto.

A produção necessita estar no repositório? Sim**Documentos Anexados (em PDF): Material didático****ANEXOS**

Nos trilhos da história de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas



Ana Bárbara de Oliveira Pantoja



Nos trilhos da história de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas



Ana Bárbara de Oliveira Pantoja

Autora:
Ana Bárbara de Oliveira Pantoja

Orientador:
Thiago Broni de Mesquita

Revisão:

Imagem de capa:
Desenho elaborado por Felicidade Macedo

Este trabalho foi realizado como parte integrante da dissertação do Mestrado Profissional em Ensino de História denominada “Nos trilhos da história local: ensinar história na limítrofe Belém/Ananindeua, produzido entre Agosto de 2023 e maio de 2024.

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	04
<i>Belém da Belle Époque e a expansão urbana</i>	06
<i>Os caminhos da ferrovia rumo à Ananindeua</i>	16
<i>Habitação e moradia na formação de Ananindeua</i>	22
<i>Águas Lindas: memórias de um bairro dividido</i>	31
<i>Bibliografia</i>	41
<i>Créditos das imagens</i>	43

Apresentação

Discutir temáticas ligadas a história local apresenta-se ainda na atualidade como um desafio para os docentes, em decorrência de vários fatores como a pouca carga horária da disciplina, falta de tempo para planejamento e poucas informações sobre a história local que se pretende trabalhar. No entanto, pode ser um caminho muito profícuo para aproximar os conteúdos ensinados das vivências dos(as) estudantes, pois permite acionar outros saberes que normalmente não são abordados no contexto escolar, como por exemplo a história de um bairro, ou comunidade, as narrativas locais sobre a cultura e modo de vida das pessoas comuns.

Quando nos debruçamos sobre o ensino da história na Região Metropolitana de Belém (RMB) é possível perceber uma carência de informações e materiais que discutam os aspectos ligados a contextos mais específicos, como das cidades próximas a capital paraense e dos bairros considerados periféricos que fazem parte desse contexto que engloba a RMB. Essas dificuldades ensinaram em mim, enquanto professora de história da educação básica, o interesse em pesquisar e ensinar sobre a história local da cidade de Ananindeua e do bairro de Águas Lindas.

Partindo dessas inquietações realizei durante os estudos no Mestrado Profissional em Ensino de História uma pesquisa em fontes diversas afim de conhecer melhor a historicidade tanto da cidade de Ananindeua quanto do bairro de Águas Lindas, onde leciono a cerca de oito anos na EMEIF Parque Bolonha. Além disso, busquei oportunizar maneiras de inserir a história local na sala de aula e no ensino de história ao longo do ano letivo dos estudantes do 9º no da referida escola.

Assim, este material didático é fruto das minhas pesquisas ao longo do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) realizado na Universidade Federal do Pará (UFPA) ao longo dos anos de 2022 e 2023, cuja dissertação tem como título “Nos trilhos da História local: ensinar história na limítrofe Belém/Ananindeua”.

O objetivo deste material é contribuir com professores e estudantes que queiram conhecer um pouco mais sobre a história local de Ananindeua e também de Belém, principalmente ligado as áreas limítrofes entre esses municípios. Não pretendo com isso encerrar a temática, mas sim incentivar mais pesquisas e aprofundamentos nesta rica história que compõe o município de Ananindeua.

Ao longo do material busco mostrar o contexto de crescimento urbano de Belém em direção a área de Ananindeua, iniciando pelo período do ciclo da borracha e perpassando por outros períodos históricos, com ênfase a época dos governos militares com a abertura das rodovias federais na região amazônica e a época mais recente ainda, da década de 1990 em diante com a proliferação dos programas de habitações populares. Um dos objetivos do material é levar os leitores a perceber o processo de segregação social das classes populares para as áreas mais distantes do centro da capital paraense e ao mesmo tempo demonstrar as lutas e ressignificações das populações das áreas de fronteira na luta por seus direitos à moradia digna e qualidade de vida.

Na primeira parte deste material intitulada “Belém da Belle Époque e a expansão urbana” busco trazer o contexto da economia da borracha na Amazônia, principalmente no governo de Antônio Lemos, enfatizando como o remodelamento do espaço urbano da capital contribuiu na ocupação das áreas mais distantes influenciando para que surgissem outros municípios nas proximidades de Belém, a exemplo de Ananindeua. A segunda parte denominada “Os caminhos da ferrovia rumo a Ananindeua” vem detalhar melhor esse processo de expansão urbana a partir da Estrada de Ferro de Bragança (EFB) que foi fundamental para o surgimento da cidade de Ananindeua.

A terceira parte do material chamada “Habitação e moradia na formação de Ananindeua” discute o crescimento urbano da cidade desde o contexto do regime militar (1964-1985) até o início dos anos 1990, com ênfase na construção das rodovias federais e nos projetos habitacionais dessa época. A quarta e última parte intitulada “Águas Lindas: memórias de um bairro dividido” procura mostrar como os aspectos históricos discutidos nas seções anteriores se mostraram em um contexto mais específico, neste caso no bairro, sendo escolhido o bairro de Águas Lindas, no qual leciono e desenvolvi o projeto de mestrado.

O texto produzido ao longo deste material prioriza uma linguagem mais simples, bem como a utilização de fontes imagéticas e documentais diversas a fim de tornar a leitura do material pelos jovens mais atrativa e incentivar a análise de fontes pelos estudantes. Cada parte do material inicia com um diálogo que representa um pouco das conversas com os estudantes ao longo das aulas que foram ministradas com relação a temática abordada. Desejo a todos uma boa leitura.

BELÉM DA BELLE ÉPOQUE E A EXPANSÃO URBANA



imagem 01: cartão postal do mercado do ver-o-peso.

SÉRIO? AGORA
FIQUEI
CURIOSO!



OI GALERINHA!
VOCÊS SABIAM QUE
A NOSSA REGIÃO
PASSOU POR UM
PERÍODO DE MUITA
RIQUEZA
ECONÔMICA?



ESSES TEMPOS FORAM GRAVADOS NAS PÁGINAS DA HISTÓRIA COMO A ERA DA BORRACHA, ABARCANDO UM PERÍODO DE CERCA DE 70 ANOS, ENTRE 1850 E 1920. VAMOS ADENTRAR UM POUCO NESSA ÉPOCA DE SUMA IMPORTÂNCIA EM NOSSA TRAJETÓRIA.

A ECONOMIA DA BORRACHA NA AMAZÔNIA

A borracha utilizada na região amazônica era produzida a partir do látex vindo de uma árvore chamada hevea brasilienses, conhecida popularmente como seringueira, muito abundante na nossa região. A borracha foi descoberta e utilizada primeiramente pelos povos indígenas, eles usavam esse material para produzir garrafas, brinquedos, entre outros objetos.

Os primeiros relatos vem de documentos escritos pelo francês Charles Marie de La Condamine que esteve no Equador em 1742, ele ficou encantado com o material usado pelos povos indígenas e levou amostras para a Europa para pesquisas científicas. Demorou algum tempo para que os cientistas europeus descobrissem as propriedades e usos desse material, mas conforme isso ocorreu o produto se tornou muito cobiçado.

Com o desenvolvimento na Europa da indústria automobilística cresceu a necessidade da borracha para a produção de pneus, além de outros produtos como calçados, artefatos para a medicina, entre outros. Como a Amazônia era o único lugar onde havia esse produto em grandes quantidades as empresas passaram a comprar esse item tão necessário na época..

A borracha proveniente da seringueira se tornou um dos produtos mais valiosos da região amazônica, impulsionando a economia local e atraindo a atenção de mercados internacionais. Com o crescimento da demanda, surgiram novas técnicas de extração e processamento do látex, tornando o processo mais eficiente e lucrativo para os produtores locais. A história da borracha na Amazônia é um exemplo fascinante de como os conhecimentos tradicionais indígenas foram fundamentais para o desenvolvimento e expansão de uma indústria global

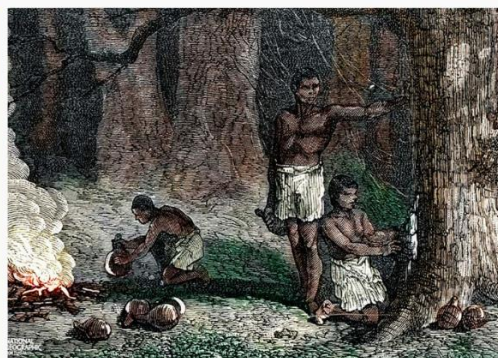


Imagem 2: Gravura mostrando três indígenas do Amazonas recolhendo borracha nesta gravura do século XIX.

Assim, um produto descoberto no interior da nossa floresta se tornou um item indispensável na Europa, sendo utilizado na confecção de diversos produtos. Na imagem abaixo podemos ver o uso industrial da borracha, principalmente voltado para a produção de pneus, neste caso um menino usa uma bicicleta com pneus de borracha.

Imagem 3: Menino em bicicleta no século XIX



O trabalho nos seringais

As árvores de seringueira, de onde era extraído o látex, se encontravam espalhadas pela floresta amazônica, isso fazia o processo de retirada do produto bem complicado. Para realizar esse trabalho era necessário caminhar pela mata realizando cortes nas árvores, colocar uma vasilha para recolher o látex que jorrava dos corte, depois voltar recolhendo o material e por último fazer o processo de produção das bolas de borracha. Eram chamados de seringueiros as pessoas que se dedicavam a esse difícil trabalho.

Como a mão de obra era pequena para a demanda crescente vinda do mercado europeu, o governo brasileiro da época (ver os governos) criou um programa de incentivo a vinda de imigrantes nordestinos para executarem esse trabalho. Isso levou a um crescimento populacional e urbano da região amazônica.

Mas como o governo convencia as pessoas a se mudarem para uma região distante?



É o seguinte pessoal, sabemos que a região nordeste sofre com os períodos de seca, então ao vim para a região norte as pessoas pobres queriam sair dessa condição climática difícil. Além disso, o governo investiu em propagandas como a do anúncio abaixo



De olho na fonte



Reparem que o cartaz é bem sugestivo. Percebam a mudança de paisagem ao longo do caminho da vegetação árida do nordeste para a floresta amazônica, sugerindo uma melhoria de vida que aguardava esse imigrantes. Essas campanhas veiculadas através de panfletos e jornais foram fundamentais para o deslocamento populacional para a Amazônia.

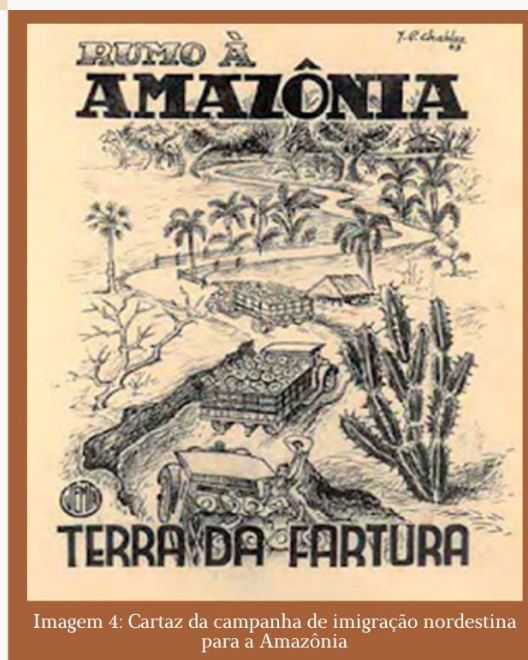


Imagem 4: Cartaz da campanha de imigração nordestina para a Amazônia

O trabalho nos seringais

As pessoas saíam de sua terra com a esperança de uma mudança de vida, suas passagens eram custeadas pelas casas aviadoras que também os direcionavam para os seringais da região. Chegando em seu local de trabalho o seringueiro ficava vinculado a um sistema de exploração conhecido como “aviamento”.

É importante ressaltar que o trabalhador já chegava na região norte com uma dívida: a do transporte dele do nordeste para cá. Depois eles eram levados para as áreas do seringal onde haviam os chamados “barracões de aviamento”, que eram espécies de mercados no meio da mata, onde o seringueiro podia pegar todos os suprimentos que ele necessitasse para viver durante um certo tempo, a compra era anotada e ele iria pagar com as bolas de borracha que produzisse ao longo da semana ou mês



Figura 05: Gravura de seringueiro extraíndo látex.



Então quer dizer que eles vinham do nordeste com o sonho de melhorar de vida mas era tudo ilusão?

Isso mesmo! Os seringueiros eram o elo mais fraco e explorado da cadeia produtiva, mas sem eles a economia da borracha não existiria.



“O aviamento”

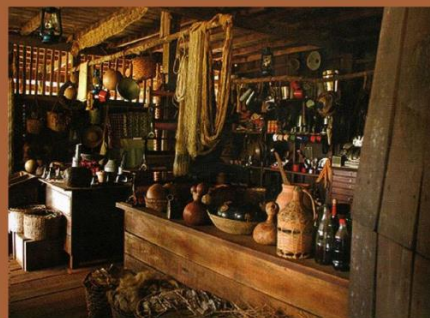


Figura 06: Fotografia de uma réplica de um barracão em Manaus-AM, 2012.

Nos barracões de aviamento os preços dos produtos vendidos eram muito altos e os valores pagos pelas bolas de borracha pequenos, com isso os trabalhadores entravam em um ciclo de dívidas que era muito difícil de sair, ficando presos ao sistema por vários anos.

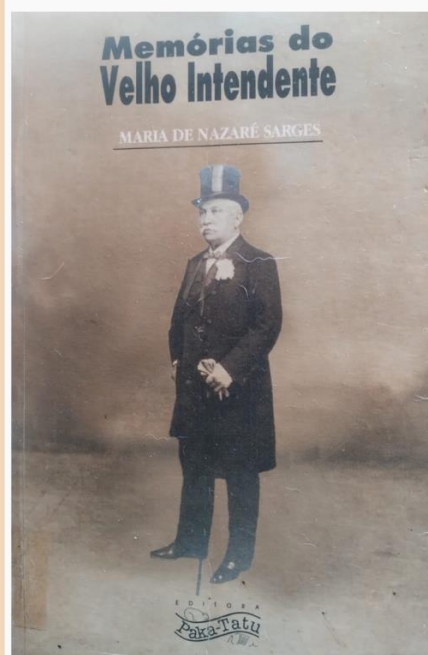
A BELLE ÉPOQUE E A URBANIZAÇÃO DE BELÉM

Belém na época da borracha

Belém e Manaus eram as cidades que recebiam toda a borracha vinda dos interiores, pois nelas ficavam as casas aviadoras e as casas exportadoras do produto. Por isso essas capitais movimentavam muito dinheiro na época, sendo que parte dessa riqueza possibilitou que essas cidades passassem por melhorias de seu espaço urbano.

Nessa período a capital paraense teve como um de seus intendenteades municipais (cargo semelhante ao de prefeito) Antônio Lemos (1897-1911). Durante sua gestão ele buscou captar os recursos da borracha para investir no remodelamento da cidade, no seu embelezamento. Para fazer isso Antônio Lemos firmou contratos com as casas aviadoras e exportadoras, que para receberem autorização para realizarem suas atividades no município precisavam destinar verbas para as obras do governo. Além disso, também recorreu a empréstimos internos e externos e fez concessões de obras a particulares. Essas estratégias permitiram ao intendente realizar uma grande modificação no espaço urbano da capital.

Figura 07: Capa do livro Memórias do “Velho Intendente” da escritora Maria de Nazaré Sarges. A obra é uma referência importante para se conhecer a administração de Belém no governo de Antônio Lemos.



Remodelamento urbano de Belém

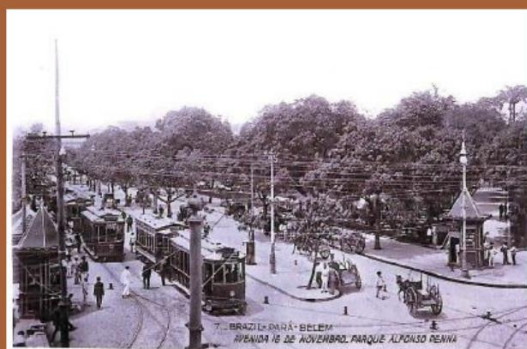


Figura 08: cartão postal mostrando a avenida 16 de novembro com linha de bondes e calçamento das ruas

Foram realizadas obras de abertura de ruas e praças, alargamento e calçamento das ruas do centro da cidade, aterramento de áreas alagadiças, criação do serviço de transporte público de bondes elétricos, iluminação elétrica, telefonia, incineração de lixo e abastecimento de águas, dentre outros. Ao lado podemos ver a avenida 16 de novembro, com ruas mais largas, sistema de bondes e energia elétrica.

Lugares que contam a história de Belém

Nesse período de prosperidade econômica foram realizadas obras que são marcantes até hoje na cidade de Belém como o Necrotério público (1899); o Mercado do Ver-o-Peso (1901), Asilo da Mendicidade (1902), reforma do Bosque municipal (1903), Orfanato Antônio Lemos (1908), Mercado de São Braz (1911), dentre outros.

Praças, quiosques e palacetes também foram construídos nesse período, deixando a cidade com ares mais modernos. Alguns desses palacetes existem até os dias atuais, podendo inclusive serem visitados pela população em geral.

Esses lugares permanecem na cidade como memória dessa época de riqueza e desenvolvimento, podendo ser uma ótima ferramenta pedagógica para o ensino de história.



Figura 09: Cartão postal com o mercado de ferro do ver o peso.

MERCADO DE FERRO VER-O-PESO

O mercado do ver-o-peso configura até os dias atuais como um dos principais cartões postais da cidade de Belém. Essa obra foi realizada com capitais vindos da economia gomífera, foi realizada em 1901, sendo seu telhado e estrutura feito com ferro vindo da Inglaterra. A obra foi feita pelo engenheiro Francisco Bolonha através de uma concessão do governo estadual.

Asilo da mendicidade

O asilo da mendicidade foi inaugurado em 1902, para abrigar os mendigos da cidade, ficando proibido por um tempo mendigar na cidade, porém era feita uma pesquisa sobre o indivíduo antes de ser aceito no asilo, quem fosse considerado como falso mendigo poderia ser preso. O local ficava afastado de Belém, na Estrada de Ferro de Bragança.



Brazil — Estado do Pará — Cidade de Belém — Asilo de Mendicidade

Figura 10: Cartão postal mostrando o Asilo da mendicidade.

Teatro da paz

Figura 11: fotografia do Teatro da paz atualmente



O Teatro da Paz foi construído antes do período áureo da borracha, seu projeto foi do engenheiro militar José Tibúcio de Magalhães, inaugurado em 1878. Passou por várias reformas, dentre elas uma grande reforma entre 1904 e 1905 com os recursos provenientes da economia gomífera.

O Teatro da Paz nessa época constituiu-se como um dos principais locais de acesso a eventos culturais de Belém, bem como um local de encontro e socialização da elite belenense.

Atualmente o local continua recebendo diversos eventos culturais, sendo um local muito visitado, inclusive por estudantes que querem conhecer um pouco sobre o período da borracha.



Figura 12 Cartão postal mostrando o antigo necrotério municipal de Belém.

Necrotério

O necrotério foi inaugurado em 1899, foi construído estrategicamente na doca do ver-o-peso, pois facilitava a chegada de corpos vindos das regiões ribeirinhas, alguns vítimas de afogamentos.

Palácio Antônio Lemos



Figura 13: Palácio Antônio Lemos atualmente

O Palácio Antônio Lemos foi construído em 1860 por José da Gama Abreu para abrigar a sede do governo municipal, sendo inaugurado em 1883. Era chamado de palacete azul devido a cor de sua pintura, em 1942 foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –IPHAN. Em 1950 ele recebeu o nome de Palácio Antônio Lemos em homenagem ao intendente municipal que governou de 1897/1911 e que fez uma grande reforma do espaço. Recentemente ele foi reinaugurado após uma longa restauração e está aberto ao público.

Mercado de São Braz

Figura 14: Fotografia do mercado de São Braz na década de 1970



O Mercado de São Braz começou a ser construído em 1910 e foi inaugurado no dia 21 de maio 1911. Está localizado no início da avenida almirante barroso, que na época se chamava avenida Tito Franco. O local foi escolhido por ser próximo ao final da linha da estação da estrada de Ferro de Bragança, sendo um local de grande circulação de pessoas, portanto propício para as atividades comerciais.

Palacetes

No período conhecido como Belle Époque, foram construídos diversos sobrados e palacetes na cidade pelas famílias que usufruíram dos lucros da economia da borracha como comerciantes, banqueiros, engenheiros e políticos. Essas residências seguiam os moldes das construções europeias e as regras impostas pelo código de polícia, além disso eram uma forma de demonstração de riqueza e prestígio da elite belenense.



Dentre as muitas edificações da época temos o Palacete Bolonha que foi construído entre 1904 e 1909 pelo engenheiro civil Francisco Bolonha para ser residência sua com a esposa Alice Tem-Brink. O palacete está localizado na antiga avenida São Jerônimo (atual José Malcher), na área central da cidade.

O palacete Bolonha foi construído com recursos vindos da economia da borracha, pois o engenheiro Francisco Bolonha foi responsável por várias obras públicas, obtendo muitas vantagens financeiras.

Figura 15: Fotografia do Palacete Bolonha.

“Crescimento urbano e segregação social”

É importante frisar que o governo de Antônio Lemos foi voltado para satisfazer os interesses da elite belenense, por isso ele tinha o ambicioso objetivo de tornar Belém em uma “Paris dos trópicos”, com esse intuito buscou disciplinar a população para o modelo de civilização aos moldes europeus, criando uma série de leis para controlar os costumes e modos de uso dos espaços públicos, bem como estabeleceu regras rígidas para a construção de moradias através do código da polícia municipal de Belém. Vejamos os textos abaixo:

Lei nº 275 de 30 de junho de 1900

Art. 1º Fica proibido a construção de barracas, ainda mesmo cobertas de telha ou zinco, à Avenida Tito Franco, entre a praça Floriano Peixoto e o Marco da Légua.

Art. 2º Entre cada construção mediará um espaço nunca inferior a 2 metros, para que se estabeleça de permeio franca circulação de ar.

Art. 3º Nenhum prédio poderá receber vigamento a menos de um metro de altura sobre o nível ordinário do solo, sendo toda a base provida de abertura pelos quatro lados para perfeita ventilação dos porões.

[.....]

Fonte: LEMOS, 1902, p. 175. In: Lobato, Célio Cláudio de Queiroz. O plano urbano de Antônio Lemos:

“No que diz respeito as desapropriações, elas eram consideradas importantes nesse projeto de urbanização, tanto que havia no orçamento municipal uma rubrica específica para isso. Nada mais econômico, portanto, do que condenar essas habitações, pois esta era a forma de obrigar seus proprietários a vendel-as por preços insignificantes ao poder público” (SARGES, 2002, p.127)

Nesse trecho da obra da historiadora Maria de Nazaré Sarges e na lei nº 275 fica evidente o processo intencional de expulsão das pessoas das classes baixas da região central da cidade gerando uma segregação social no espaço urbano.



Mas para onde essas pessoas iam morar?

Elas foram para as áreas de expansão, mais distantes do centro, que foram se tornando cada vez mais povoadas, vários bairros de Belém, são fruto desse processo que ocorreu na época da borracha.



Sugestões de atividades



Disponível em: <https://youtu.be/qLR7WIo2VUw>

O vídeo-documentário “O puxa enrolhe da borracha” é uma ótima sugestão de recurso audiovisual que pode ser utilizado com os estudantes, principalmente do ensino fundamental. O documentário produzido pela TV escola narra o contexto da economia da borracha na Amazônia, desde de seu período de auge ate sua decadência, intercalando com o teatro de fantoches o que traz um caráter lúdico ao que esta sendo explicado.

VISITA AOS “LUGARES DE MEMÓRIA” DA CIDADE COMO IMERSÃO NA HISTÓRIA LOCAL

De acordo com Pierre Nora (1993) os “lugares de memória” constituem-se em espaços públicos preservados pelo poder público com o intuito de preservar e evitar o esquecimento de fatos históricos que são considerados relevantes em uma determinada sociedade. Nesse sentido, eles assumem uma dimensão pedagógica de ensinar sobre o passado, portanto é importante incentivar momentos em que os alunos em fase escolar possam ter contato com os lugares de memória existentes no município onde residem ou em cidades próximas. Para que a atividade obtenha êxito é necessário organizar um itinerário de viagem e todas as etapas na qual a atividade educativa irá transcorrer, buscando relacionar com os assuntos abordados em sala de aula. Abaixo podemos ver fotografias de visitas guiadas realizadas com os estudantes do 9º ano da EMEIF Parque Bolonha.



Figura nº 16: Estudantes do 9º ano em visita ao Teatro da Paz, em junho de 2023



Figura nº 17: Estudantes do 9º ano em visita ao museu Francisco Bolonha, em novembro de 2023.

OS CAMINHOS DA FERROVIA RUMO A ANANINDEUA



Figura 18: Cartão postal mostrando a Estrada de Ferro de Bragança na estação de São Bras.

Pensei que a cidade de Ananindeua nem tivesse História! Nunca ouvi falar nisso!



Continuando nosso mergulho na história local, vamos entender sobre a História de Ananindeua que é uma cidade coladinha com Belém, mas que tem sua história invisibilizada ou ofuscada pela capital.

Podemos observar uma dificuldade em perceber que Ananindeua também tem sua história e é justamente isso que tentaremos aprender agora.



Nos caminhos da Estrada de Ferro de Bragança

Figura 19: Locomotiva a vapor da Estrada de Ferro de Bragança.



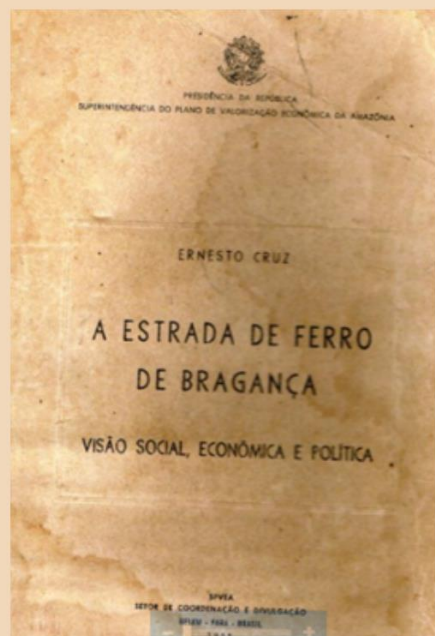
Uma das obras mais grandiosas do período da borracha e que impactou na história paraense foi a construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB) entre os anos de 1883 e 1910. Com 228 quilômetros de extensão a ferrovia visava interligar a capital da província (Belém) com a região bragantina, principalmente para facilitar a chegada dos gêneros alimentícios que eram produzidos nessa área até Belém, encurtando o tempo e os custos do transporte das mercadorias.

Belém viu sua população crescer muito no período áureo da borracha e necessitava de alimentos para todo esse povo. O governo criou então projetos de incentivo a formação de colônias agrícolas ao longo da ferrovia para suprir essas necessidades da época.

As colônias agrícolas eram terras doadas pelo governo principalmente para imigrantes trabalharem no desenvolvimento da agricultura, nesse processo o governo entrava com valores para subsidiar a transferência e manutenção dos imigrantes por um período inicial. As famílias recebiam um lote de terra e tinham a obrigação de cultivar alimentos nas áreas para revender e depois de um tempo poderiam receber o título de posse da terra. Vieram para a nossa região principalmente famílias nordestinas, açorianas, espanholas, italianas, dentre outras, levando a um povoamento paulatino na área ao longo da EFB.

A área entre Belém e Bragança possuía um solo rico e fecundo e uma floresta que também apresentava muitas riquezas, por isso a região foi escolhida para desenvolver as colônias agrícolas e construir a estrada de ferro. Esse processo levou a um grande desenvolvimento e progresso da chamada zona bragantina.

Figura 20: Capa do livro de Ernesto Cruz sobre a Estrada de Ferro de Bragança.



PARA SABER MAIS SOBRE A HISTÓRIA DA ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA

O livro mais antigo que discute a história da estrada de ferro de Bragança é do autor Ernesto Cruz chamado “A Estrada de Ferro de Bragança”, foi publicado em 1955 e pode ser uma fonte para analisar e compreender melhor esse contexto, inclusive o professor pode até utilizar alguns trechos em sala de aula com os estudantes, pois o livro está disponível para acesso online na biblioteca pública Arthur Viana, no link ao lado.

O livro narra detalhadamente os aspectos econômicos e políticos sobre a construção da estrada de Ferro, comentando também sobre cada estação da ferrovia e os municípios que delas surgiram, bem como traz dados e informações que podem ser usadas para se entender melhor esse capítulo de nossa história.

Figura 21: Trem circulando na avenida Tito Franco, atual Almirante Barroso.



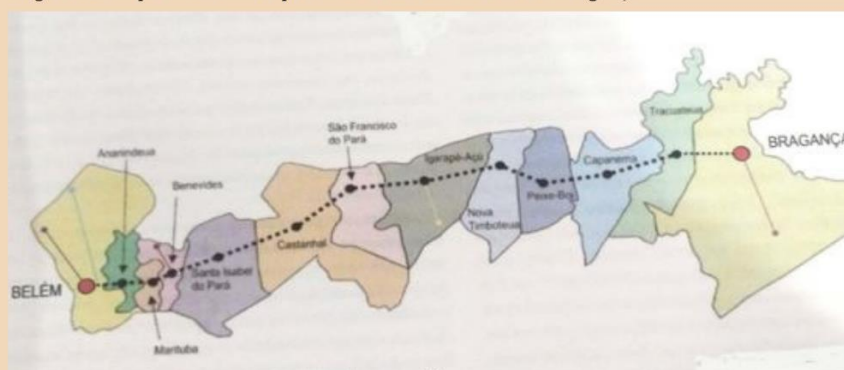
A construção da EFB ocorreu em um contexto histórico de expansão da malha ferroviária no país, visando o desenvolvimento das atividades agrícolas e seu escoamento com maior eficácia. As obras de construção da estrada de ferro iniciaram em 24 de junho 1883 com uma cerimônia onde os primeiros trilhos foram colocados, na então estação de São Brás (figura nº) e se encerraram 25 anos depois com a chegada dos trilhos ao seu destino final (Bragança) em 1910.

No entanto, ao longo dos anos as receitas obtidas com a estrada de ferro não foram suficientes para cobrir os gastos com sua construção e manutenção, gerando déficits para o governo estadual. Com a decadência da economia da borracha, em 1917 no contexto da primeira guerra mundial, as finanças do estado do Pará ficaram em situação difícil e a Estrada de Ferro de Bragança foi praticamente abandonada, pois não havia verbas para sua manutenção adequada. Com poucas viagens sendo feitas os produtos agrícolas estragavam nas colônias, gerando muitos prejuízos para os produtores. Em 1936 a EFB foi incorporada ao patrimônio da União, mas ficou sobre administração do governo estadual. Com recursos federais a ferrovia foi recuperada. Com a crise econômica que seguiu a segunda guerra mundial a EFB, o desenvolvimento das rodovias e de automóveis no país, a ferrovia entrou em situação de decadência. No período dos governos militares aumentou o incentivo a construção das rodovias pelo país, assim a EFB foi extinta oficialmente em 1965.

NOS CAMINOS DA HISTÓRIA DE ANANINDEUA

Conforme os trilhos da ferrovia iam sendo colocados e eram construídas as estações de parada do trem novas vilas e povoados foram surgindo, dando origem a diversas cidades ao longo das margens da Estrada de Ferro de Bragança. Essas cidades foram adquirindo importância com o tempo por se tornarem polos comerciais estratégicos ao longo do caminho. Como observamos no mapa abaixo:

Figura 22: Mapa mostrando o percurso da EFB de Belém até Bragança



É nesse contexto que ocorreu a formação da cidade de Ananindeua, pois no trecho do quilometro 14 da ferrovia foi instalada uma oficina de trens em 1883, antes da inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), isso levou a formação de uma vila de casas para os operários da manutenção (localizada na área próxima a atual sede da Prefeitura de Ananindeua). Esta vila operária deu origem ao povoado de Ananindeua, sendo criada uma estação da ferrovia nesse local (Figura nº), onde era fornecido lenha para a locomotiva, com isso a região foi sendo ocupada de forma mais intensa, principalmente por ser a área mais próxima da capital (Belém).

Figura 23: Estação da EFB em Ananindeua





Então a história de Ananindeua só começa com a estrada de ferro?

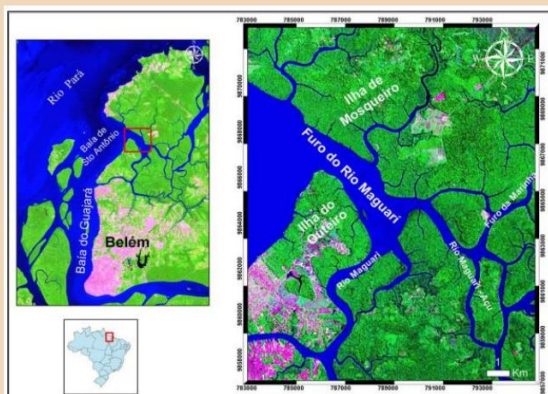
Não, a história de Ananindeua é muito mais antiga, tem origens ribeirinhas e também perpassa para além da Estrada de Ferro



Antes de sua formação urbana Ananindeua já tinha um pequeno núcleo de ocupação ribeirinho próximo ao rio Maguari-açu, no período da cabanagem (1835-1840). A área foi escolhida por sua posição estratégica que através desse rio se liga a vários furos, igarapés e ilhas facilitando o acesso a outras áreas vizinhas como Benfica, Benevides, Acará, Mosqueiro, Outeiro, entre outros. Formou-se então um povoado voltado para a atividade pesqueira e agrícola na área, sendo conhecido como Ananindeua.

De acordo com informações do jornal Diário do Pará de 1996, em uma matéria sobre as origens da cidade, ao longo dos anos a área foi sendo ocupada e se estabeleceram os primeiros proprietários de terras, registradas por volta de 1850, em diversos pontos como o Maguary, Distrito Industrial, Mocajutuba, São Sebastião, entre outros. O mapa abaixo mostra onde se iniciou a ocupação de Ananindeua.

Figura 25: Mapa Fonte: COSTA, 2010.



A origem do nome Ananindeua

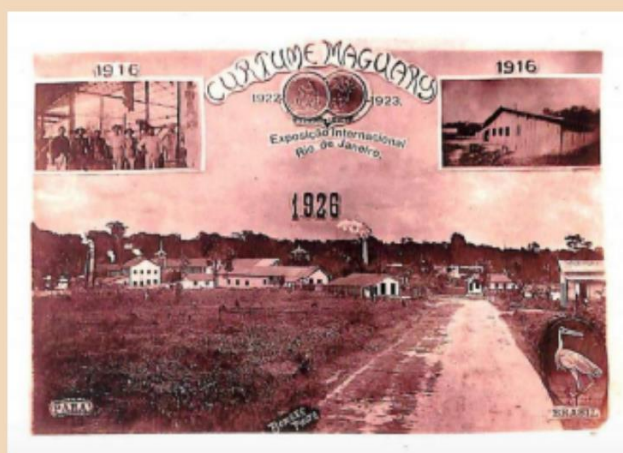
Figura 24: Árvore de Anani



O nome Ananindeua tem sua origem ligada a presença abundante na área de uma árvore chamada “anani”, dela era retirada uma seiva usada pelos ribeirinhos principalmente para calafetar as fendas dos barcos, impedindo assim a entrada de água em seu interior. “deua” na língua nhengatu significa abundante, logo Ananindeua significa abundante de anani.

Outro fator que contribuiu no desenvolvimento de Ananindeua foi a instalação do chamado Curtume Maguary em 1916, pela empresa inglesa Saunders & Davids, pertencente ao inglês Cláudio Saunders, que construiu uma vila operária denominada vila Maguary. As terras do curtume abrangiam vastas áreas de terras incluindo partes da cidade nova, o PAAR e o Guajará.

Figura nº 26: Cartão postal do curtume Maguary



Fonte: Belém da saudade, p. 235.

Podemos observar a partir da imagem que a área era bem organizada possuindo várias casas, fábricas, igreja, formando uma vila operária bem estruturada, sendo por isso considerado o núcleo urbano mais antigo de Ananindeua. Devido a sua importância, foi aberto um ramal da ferrovia de Bragança até a entrada do curtume em meados de 1924. A presença do Curtume também proporcionou uma valorização maior da área urbana de Ananindeua que assim foi se expandindo.

Então podemos dizer que as origens urbanas de Ananindeua estão ligadas a passagem da Estrada de Ferro de Bragança e a criação do curtume Maguary, pois estimularam a ocupação populacional da área ao longo do tempo. Parte dessas pessoas que passaram a residir em Ananindeua eram provenientes de Belém ou advindos dos projetos de imigração criados pelo governo na época que vinham em busca de terras cultiváveis de onde tirar seu sustento.

Conforme a capital paraense foi passando pelo processo de urbanização e embelezamento as pessoas das classes pobres iam ocupando as áreas mais distantes da área central. Esse processo de expulsão também influenciou para a formação de vários bairros de Belém e contribuiu significativamente na ocupação da área de Ananindeua ao longo dos anos. Esse processo não é exclusivo do período da borracha, ele se estende ao longo do século XX.

Nesse contexto a vila de Ananindeua foi crescendo, deixou de ser freguesia e passou a ser distrito do município de Santa Izabel em 1938, um ano mais tarde passou a ser Distrito de Belém. Em 1943, Ananindeua tornou-se Município através do Decreto-Lei nº 4.505, promulgada pelo interventor federal Magalhães Barata, cuja instalação ocorreu oficialmente em 3 de janeiro de 1944.

HABITAÇÃO E MORADIA NA FORMAÇÃO DE ANANINDEUA



Jornal A Província do Pará (1973)

Figura 27: Fotografia da placa dos limites entre Belém e Ananindeua

Vamos aprofundar nosso estudo sobre a cidade de Ananindeua enfatizando o período entre 1960 e 1990, período de grande crescimento urbano, uma das discussões importantes é sobre os limites entre essa cidade e a sua vizinha Belém.



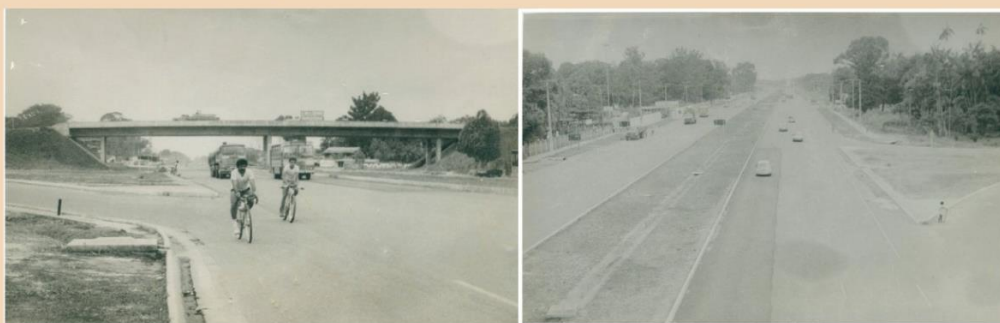
A história de Ananindeua no contexto dos governos militares

A formação e crescimento das cidades esta intimamente ligado a questão da moradia. A cidade de Ananindeua se formou nesse contexto de busca por habitação e esta intimamente ligada também a história da cidade de Belém com a qual faz limite. Desde os tempos da “Belle Époque” vem ocorrendo um processo de crescimento populacional e urbano de Belém, rumo as áreas mais distantes, seja para os bairros considerados periférico e também em direção a cidade de Ananindeua.

A população majoritária que ocupou e ainda ocupa essas áreas é advinda historicamente de um processo de segregação social, ou seja, há uma separação entre as classes mais ricas que dominam e ocupam as áreas centrais da capital paraense e as pessoas das classes sociais mais baixas que vão sendo empurradas para as áreas mais distantes desse centro, levando a uma distinção social e espacial entre esses grupos. Nesse sentido, a cidade de Ananindeua figura como lugar que acolhe as classes sociais mais baixas, sobretudo a classe trabalhadora, por apresentar áreas ainda desabitadas e pelos preços de imóveis e terras serem mais atrativos para muitas pessoas que buscavam por moradia própria.

O processo de crescimento urbano de Ananindeua foi se acentuando com a abertura da BR 010 (Belém-Brasília) em 1960 e da BR 316 (Pará-Maranhão) que substituiu a extinta estrada de ferro de Bragança. A BR 316 começa em Belém e termina em Maceió, sendo iniciada no final da década de 1960 e terminada em 1970. A abertura da BR 316 influenciou no deslocamento de indústrias para as suas margens, no perímetro de Ananindeua, estimulando o crescimento econômico e a oferta de empregos.

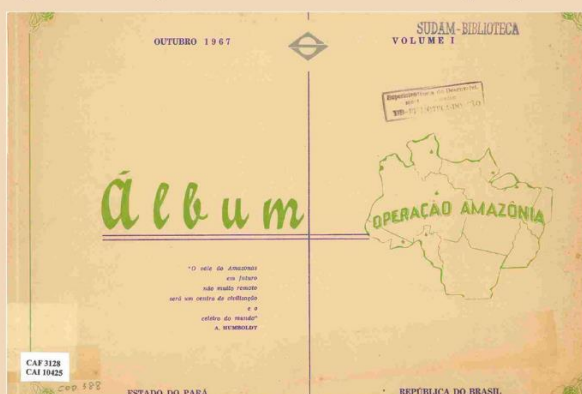
Figura nº 28: BR 316 em fotografias de 1983



As fotografias dos arquivos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nos levam a perceber as mudanças pelas quais a cidade de Ananindeua vem passando, pois se na imagem ainda percebemos bastante áreas arborizadas e um tráfego de veículos ainda tímido, no contexto atual o crescimento de imóveis residenciais e comerciais já é muito acentuado as margens da BR 316, bem como a movimentação de veículos de transportes diversos também cresceu significativamente mudando a paisagem observada nas fotos acima.

A abertura de rodovias fez parte do projeto governamental na época do regime militar no Brasil (1964-1985), onde no caso da região amazônica tinha como slogan “ocupar para não entregar”, que visava incentivar a vinda de colonos de outras regiões do país para explorar as terras amazônicas consideradas pelos militares como “vazios demográficos”. O principal lado negativo dessa política governamental recaiu sobre a floresta que passou a sofrer violentamente com sua devastação e a população nativa (principalmente os indígenas), vítima de diversos problemas sociais como a invasão de suas terras.

Figura nº 29: Capa do livro da SUDAM sobre a operação Amazônia



A “Operação Amazônia” foi um conjunto de medidas administrativas e de leis criadas durante os governos militares com o objetivo de integração definitiva da Amazônia ao país. Na figura ao lado temos a capa de um livro da SUDAM de 1967 que mostra a visão defendida pelo governo de que era necessário explorar as riquezas da nossa região.

Nesse contexto de ocupação da nossa região podemos perceber que a construção da BR 316 foi fundamental para o incentivo ao desenvolvimento de um polo industrial na área entre Ananindeua e Marituba, sendo que isso contribuiu significativamente pra o desenvolvimento da região com o deslocamento de mão de obra para seu entorno. Dessa forma, surgiu o primeiro polo industrial de Ananindeua, através de um projeto do governo estadual de 1975, que se efetivou em 1979 com o decreto nº11096 de 31/01/1979. Esse projeto contou com apoio vindo do II PDA (Plano de Desenvolvimento da Amazônia), através do qual contou com incentivos fiscais e de infraestrutura para que as indústrias se instalassem na região. Mais de que um polo industrial a área no entorno foi sendo ocupada por moradias levando a formação do bairro denominado de Distrito Industrial na cidade de Ananindeua.

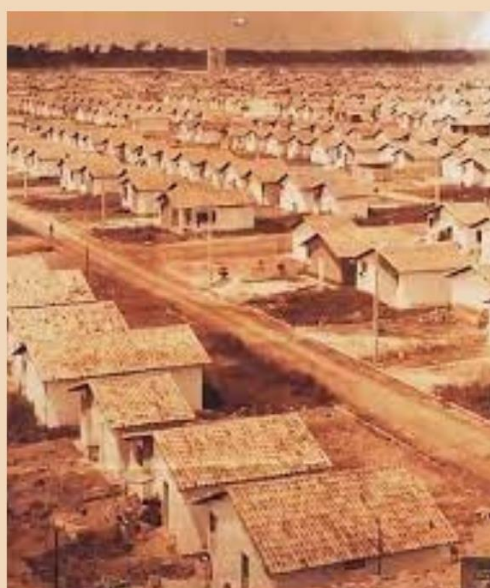
A foto ao lado é da antiga fábrica de refrigerantes Garoto que se instalou em Ananindeua no Km 03 da BR 316 na década de 1970 , sobre sob o comando do empresário Enéas de Nazareth Lima Vieira. A fábrica foi uma das pioneiras do ramo na região Norte e assim como outras empresas também se deslocou para a área as margens da BR.



Figura 30 - Fábrica de refrigerantes garoto

A construção das rodovias também incentivou o êxodo de pessoas de Belém para Ananindeua, pois os imóveis se tornaram cada vez mais caros na capital e a população de baixa renda e também da classe média buscou então moradias em Ananindeua por sua proximidade com Belém e pela possibilidade de casas e terras com valores mais acessíveis.

A ocupação de Ananindeua se ampliou entre as décadas de 70 e 80 também devido a construção pela COHAB-PA (Companhia de Habitação do Pará), em parceria com a caixa econômica federal, de conjuntos habitacionais planejados neste município. Dentre eles o de maior destaque foi o conjunto Cidade Nova, considerado o maior conjunto habitacional da América Latina na época, composto pelo conjunto Cidade Nova do I ao IX.



O conjunto Cidade Nova foi um grande empreendimento imobiliário da década de 1970 na RMB, visando construir casas para as classes populares, num espaço físico que vai da avenida independência até as matas do 40 horas. As entregas das casas ocorreram entre os anos de 1977 e 1986, totalizando 16 mil unidades habitacionais. Na primeira década de sua existência os moradores do conjunto sofreram com uma série de dificuldades de infraestrutura como falta de saneamento básico, energia elétrica, asfaltamento, transporte público entre outros serviços. Com muitas lutas dos moradores hoje o conjunto passou por uma grande desenvolvimento, sendo uma das áreas mais valorizadas da cidade de Ananindeua.

Figura nº 31: Fotografia do conjunto cidade nova na década de 70

Além do conjunto cidade nova outros projetos habitacionais populares foram realizados na área de Ananindeua entre 1972 e 1996, visando oferecer moradia para as famílias de baixa renda a um custo acessível, levando ao crescimento da área urbana. Assim temos a formação dos conjuntos Tropical, Pedro Teixeira, Julia Seffer, 40 horas, Jd Maguary, Icuí-Guajará, Canindé, entre outros.

Nessa época muitas empresas imobiliárias passaram a investir na construção de imóveis residenciais em Ananindeua, por ser a área de expansão mais próxima de Belém, pois perceberam que esse mercado estava em crescimento nesta área sendo possível obter subsídios governamentais, além disso o valor dos terrenos era mais acessível, diminuindo os riscos dos empreendimentos.

Nesse contexto também surgem diversas ocupações espontâneas e invasões na cidade, principalmente nas proximidades dos conjuntos habitacionais, um exemplo são os bairros do Icuí, Guajará e 40 horas que se formaram através de invasões dos conjuntos ainda em andamento. Também houveram episódios de invasões por posseiros nas áreas pertencentes a COHAB, a prefeitura ou a particulares, a exemplo do conjunto PAAR (Pará, Amazonas, Acre e Roraima).

Ananindeua é uma cidade dormitório?



De onde surgiu essa fala popular de que Ananindeua é uma cidade dormitório?

Essa fala vem do fato de que em sua formação Ananindeua era o lugar de habitação de parte da classe trabalhadora de Belém, mas as coisas mudaram. Vamos entender melhor essa história.



Como foi possível perceber nas discussões anteriores a formação da cidade de Ananindeua esta vinculada a cidade de Belém, onde historicamente a classe trabalhadora foi sendo segregada para as áreas mais distantes e periféricas, seja pelo incentivo da construção de diversos conjuntos habitacionais, seja por ocupações espontâneas e invasões que foram formando os bairros que compõem Ananindeua atualmente.

Até as décadas de 40 e 50 Ananindeua tinha sua economia e população voltada para as atividades rurais, principalmente o cultivo de mandioca, a venda da lenha e do carvão vegetal para o abastecimento das locomotivas da Estrada de Ferro de Bragança. Logo os setores de comércio, serviços e indústria não eram desenvolvidos, por isso muitos moradores de Ananindeua trabalhavam em Belém, com isso a fama de cidade dormitório se tornou característica da cidade. Essa denominação é dada para cidades que apresentam poucas oportunidades de emprego e que ficam muito próximas a cidades de grande porte, esse tipo de cidade se caracteriza por abrigar a massa de trabalhadores desse núcleo urbano maior, assim os trabalhadores geralmente voltam só a noite para suas casas para dormir.

No entanto, essa situação começou a mudar no final da década de 60 em diante, pois com a aberturas das rodovias, o deslocamento de indústrias e serviços e a construção de diversos empreendimentos imobiliários, muitas vagas de emprego foram abertas em Ananindeua. A cidade foi ganhando dinamicidade e hoje desponta em 2º lugar em população com 478.778 habitantes e na posição 53º em renda per capita do estado do Pará, de acordo com o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2022.

Assim, atualmente Ananindeua não pode mais ser considerada uma cidade dormitório, mas sim um município em franco processo de desenvolvimento populacional e econômico. Hoje as pessoas não precisam mais se deslocar para a capital para obter serviços, pois Ananindeua já conta com os mais diversos serviços em seu território capazes de suprir as necessidades de sua população.

A Questão dos limites entre Belém e Ananindeua

Como vimos a história de Ananindeua está muito ligada a capital paraense Belém com quem faz divisa, sendo que uma das situações complexas que envolvem essas duas cidades esta relacionada aos limites territoriais. Conforme o crescimento urbano foi se acentuando a distância entre elas foi se encurtando e gerando uma série de dificuldades de definição dos limites administrativos, onde os mais prejudicados são os moradores das áreas limítrofes.

A primeira definição dos limites ocorreu pela lei nº 158 de 31 de dezembro de 1948 tendo como principal parâmetro o marco natural do Igarapé água preta, e outros igarapés da área, com podemos ver no mapa abaixo:

Figura 33: Mapa dos limites de Belém de 1948



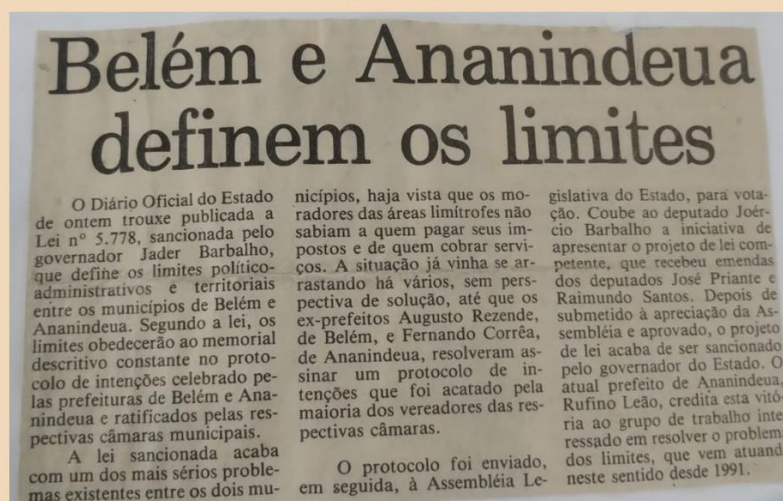
No entanto, essa divisão não sanou com os problemas em relação aos limites, pois nas décadas seguintes, principalmente após a abertura da rodovia BR 316, Ananindeua passou por um processo de crescimento urbano significativo e com isso os velhos limites não eram eficazes. Com isso a população que residia nas áreas indefinidas não sabia de quais governantes cobrar seus direitos em relação a prestação de serviços públicos como saneamento básico, segurança e saúde. As áreas acabavam não sendo atendidas por nenhuma das duas cidades que jogavam a responsabilidade de uma para a outra. Ao mesmo tempo muitos recebiam cobranças de IPTU das duas prefeituras, situações estas que geravam indignação e revolta na população local.

A Questão dos limites entre Belém e Ananindeua

A discussão sobre os limites foi retomada na década de 1990, em virtude da exigência da Constituição de 1988 que estabelecia um prazo de três anos para que os municípios com situação litigiosa de demarcação de suas linhas divisórias realizassem a redefinição, sendo assim o prazo final até 05 de outubro de 1991, caso contrário o governo federal realizaria a definição.

A necessidade de solucionar esse impasse levou a muitas reuniões entre os políticos de ambos os municípios entre 1990 e 1991, sendo aprovado em 02 de outubro de 1991 o memorial descritivo celebrado pelas duas prefeituras e ratificados pelas Câmaras Municipais nos dias 03 e 04 de 1991. Assim foi promulgada a lei nº 5.778 de 15 de dezembro de 1993 oficializando os novos limites, como podemos ver na reportagem seguinte do jornal O Liberal.

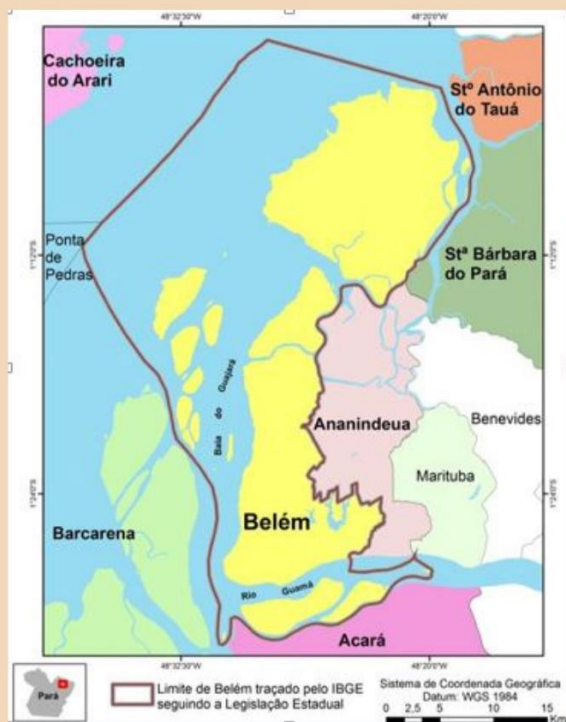
Figura 34: Reportagem do jornal "O Liberal" sobre os limites entre Belém e Ananindeua



Os demais jornais da época que se referiram aos novos limites apontaram como ponto positivo que as pessoas que vivam nas áreas em disputa deixaram de receber duas cobranças de IPTU, por outro lado também ocasionou transtornos em outras áreas como de perdas territórios e de conjuntos residenciais de ambos os lados, bem como de escolas e outros prédios públicos que mudaram de administração com a nova definição. A reportagem do jornal "O liberal" de 17 de dezembro de 1993 aponta que "com a definição dos limites Ananindeua avançou em Belém cerca de 7 quilômetros, da margem do rio Maguari, para oeste, e 8 quilômetros da margem da estrada do coqueiro até o furo do Maguari. Belém avançou em Ananindeua 5 quilômetros, da BR 316 até a margem do rio Guamá. E, do meio do lago Água Preta até o Aurá, também 5 quilômetros".

Passado e presente na problemática dos limites

Figura 35: Mapa com os novos limites entre Belém e Ananindeua



Depois de muitas discussões os novos limites entre Belém e Ananindeua foram definidos, mas será que todos os problemas ligados a essa temática foram resolvidos? Infelizmente veremos que não. Viver na limitrofe entre essas cidades ainda é um desafio hoje.



Mesmo após a definição oficial dos limites a população ainda encontra dificuldades de compreender tal demarcação, sendo que os moradores das áreas que ficam na limitrofe sofrem até os dias atuais com problemas com relação a prestação dos serviços públicos, pois ambos os municípios se omitem de resolver as demandas sociais da população que reside nessas áreas, como podemos observar na reportagem abaixo:

O conselheiro tutelar Bah Aviz vive há 21 anos em Águas Lindas considera que falta cooperação das gestões na administração da área limite e o problema não é exclusivo da Carlos Prestes. "Apesar de nós estarmos cobertos por dois municípios, na verdade, a gente não é assistido por nenhum. Porque um joga para o outro e a comunidade é penalizada. São várias ruas nessa situação. Quando vai se aproximando do inverno, as pessoas não conseguem mais ter a acessibilidade, principalmente aqui na rua Carlos Prestes, Rua Ceará, Rua Amazonas", conta indignado.

"A gente pede ao poder público que defina essa situação. De quem é esse problema? Prefeitura de Belém? Prefeitura de Ananindeua? O que não podemos aceitar é essa situação pois todo ano, no período chuvoso, é essa dificuldade", finaliza Aviz.

Fonte: O liberal. Rua Carlos Prestes no limite entre Belém e Ananindeua, está abandonada pelo poder público. 27.11.21 Disponível em: <https://www.oliberal.com/ananindeua/minhacidade/rua-carlos-prestes-no-limite-entre-belem-e-ananindeua-esta-abandonada-pelo-poder-publico-1.465198>

Podemos perceber na reportagem que a problemática dos limites entre Belém e Ananindeua vem se arrastando desde 1948, perpassando pela lei de 1993 e ainda persiste na atualidade afetando principalmente a população que vive na área de fronteira entre as cidades englobando os bairros do Castanheira, Coqueiro, Guanabara, Aurá e Águas Lindas.

ÁGUAS LINDAS: MEMÓRIAS DE UM BAIRRO DIVIDIDO

Figura 36: Entrada do bairro de Águas Lindas (BR 316 com a avenida Oswaldo Cruz)



Nosso bairro também tem história? E como vamos aprender sobre o bairro se não tem nada escrito sobre ele?



Sim, todo lugar tem história e o bairro de Águas Lindas também. Vamos resgatar essa história através principalmente da memória de seus moradores antigos que conhecem e viveram essa história.



Formação histórica do bairro de Águas Lindas

Localização e origens

O bairro de Águas Lindas está localizado na margem direita da BR 316 na altura do km 05, sendo sua entrada principal pela Avenida Oswaldo Cruz. O bairro se caracteriza como parte da região periférica da RMB abrigando sobretudo pessoas da classe trabalhadora. O bairro apresenta uma série de problemas estruturais e sociais que afetam sua população ao longo de sua história e que são parte da luta dos moradores na busca de uma vida melhor.

Toda essa localidade era conhecida como Aurá, sendo construído já próximo ao rio Guamá um depósito do arsenal de guerra do exército, denominado “depósito do Aurá” em 1850. Para facilitar o acesso dos militares ao local foi aberta a estrada do Aurá, sendo que o lugar funcionava na época como um armazém de pólvora. Posteriormente a estrada passou a ser denominada de “estrada da águas lindas” e depois avenida Oswaldo Cruz, como é conhecida atualmente, constituindo-se a principal via de acesso ao bairro.

Figura 37: Trecho da Avenida Oswaldo Cruz em 2014

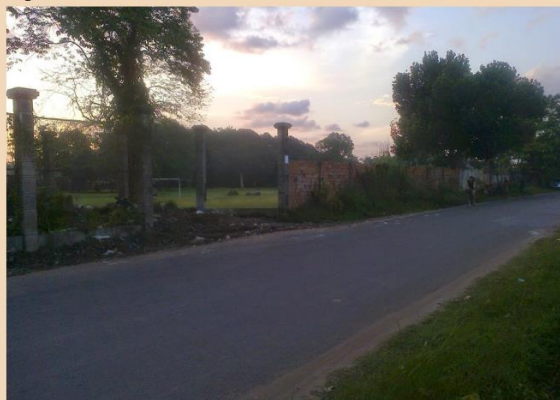


Figura 38: Foto do balneário Águas Lindas em 1982.

Por que Águas Lindas?

A denominação do bairro de Águas Lindas surgiu devido a existência na área de um clube com esse nome, durante muitos anos este foi um local de entretenimento da população de Ananindeua e de Belém.

Pela foto percebemos que o espaço era amplo e aconchegante, permitindo aos populares o contato com a natureza, por isso atraindo muitas pessoas para o local.

A FORMAÇÃO DO BAIRRO

A história de formação do bairro está relacionada com o contexto histórico abordado nas seções anteriores, ligado a segregação social das classes populares para os bairros mais distantes da capital, do crescimento urbano nas áreas periféricas e da busca por moradia própria.

Nesse contexto, até meados da década de 1960 a área que corresponde ao bairro era pouco habitada, devido a sua distância em relação a cidade de Belém. No entanto, a abertura da BR 316 e o deslocamento populacional para seu entorno contribuíram para sua ocupação.

Outro fator que contribuiu nesse processo foi a criação do aterro sanitário do Aurá no perímetro do bairro em 1990, na parte final da área, já nas proximidades da mata do Utinga. A presença do “lixão do Aurá”, como ficou popularmente conhecido, levou a um aumento da ocupação da área, mais especificamente no seu entorno. Os ocupantes eram principalmente os trabalhadores do lixão que necessitavam residir nas proximidades e construía habitações irregulares no local, muitas vezes vivendo em condições precárias. Assim, a ocupação da Águas Lindas foi se acentuando de dentro para fora.

Figura 39: Fotografia do lixão do Aurá em 2014



Dessa forma, a história do bairro de Águas Lindas, no passado e no presente perpassa pela história do lixão do Aurá, pois durante muitos anos era desse lugar que muitos moradores tiravam seu sustento diário. Vivendo em condições insalubres de trabalho e sem acesso a condições dignas de moradia, esses moradores necessitaram lutar por direitos trabalhistas e de habitação para sua categoria. Uma das formas principais de luta foi a organização da associação dos catadores do Aurá fundada em abril de 2013. Devido aos problemas ambientais ocasionados pelo lixão ele foi fechado oficialmente em 2015

Os conjuntos habitacionais na formação da Águas Lindas

No período entre as décadas de 1970 e 1990 diversos empreendimentos imobiliários passaram a ser construídos na região metropolitana de Belém, sobretudo em Ananindeua que recebeu cerca de 77% desses projetos, segundo estudos de Saint-Clair Rodrigues. O público alvo das construções populares eram a população de baixa renda que não conseguia obter um imóvel em Belém devido ao aumento significativo dos preços das casas ou moradores de Belém que eram forçados a sair de suas residências devido aos projetos do governo de macrodrenagem e remodelamento urbano.

Muitos dos projetos habitacionais receberam financiamento do governo federal e foram realizados pela COHAB-PA (Companhia de Habitação do Pará) em parceria com a caixa econômica federal. Dentre eles destacamos os conjuntos habitacionais construídos ao longo da avenida Oswaldo Cruz no bairro de Águas Lindas entre 1990 e 1992, sendo eles Palmeira do Açaí (60 unidades), Canindé (74 unidades) e os conjuntos Verdejante I, II, III e IV (1200 unidades).

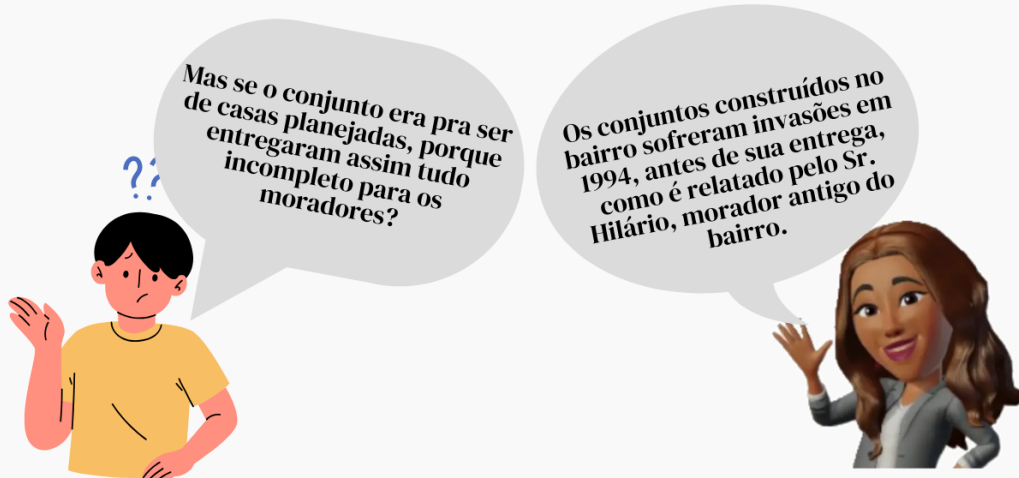
Figura 40: Rua do conjunto verdejante no início do ano 2000



VOZES DO BAIRRO CONTAM SUA HISTÓRIA



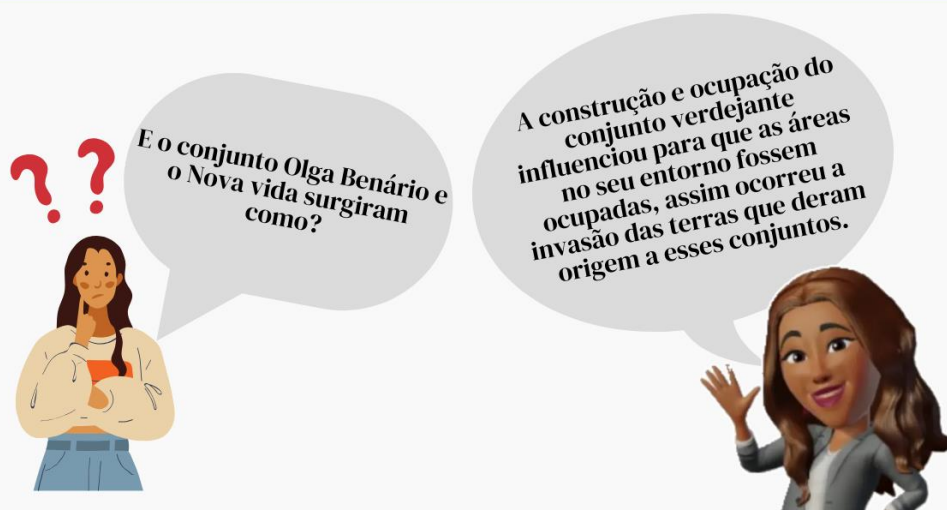
Maria José, uma das moradoras antigas do bairro, nos relata que comprou uma casa no conjunto verdejante junto com seu esposo e que sofreu com as condições do lugar “Então quando nós viemos pra cá era tudo muito feio aqui, só mato as ruas, ninguém andava na rua, todo mundo andava na beira das calçadas das casas, porque não tinha rua, era só lama, mato. Não tinha infraestrutura nenhuma, tudo muito difícil” (Depoimento de Maria José).



“Em 94 quando invadiram foi uma confusão danada, tinha muita casa fechada ainda, ai invadiram, derrubaram a porta dessas casas e depois começaram a vender por 100 cruzeiros. A caixa econômica fez esse barracão (hoje da associação) pra poder legalizar as casas com os invasores, eles não queria ir, eles disseram ou vão legalizar ou vamos mandar a polícia tirar vocês. Depois a caixa foi embora e não terminou a obra, tinha casa que faltava monte de coisa [...] aqui era ruim, não tinha telefone, não tinha ônibus, não tinha água nas casas, não tinha nada!” “tinha que ir andando pra BR de monte de gente porque naqueles campos tinha muito assalto, tinha que ir em grupo de mais de 10”

(Depoimento do Sr. Hilário Ferreira)

Como podemos perceber a partir da fala do Sr. Hilário Ferreira, parte do conjunto verdejante foi invadido por populares em 1992 e 1994, antes da conclusão das obras, sendo posteriormente realizado pelo governo do Estado do Pará, na gestão do governador Jader Barbalho, as negociações para o assentamento definitivo das famílias de posseiros nos conjuntos. No entanto o conjunto foi entregue sem a conclusão das obras de infraestrutura necessárias e prometidas pela caixa econômica, com isso os moradores sofreram com a falta dos serviços básicos como escolas, posto de saúde acesso a água e a meios de transportes.




VOZES DO BAIRRO CONTAM SUA HISTÓRIA


Figura 41: Foto da Avenida Osvaldão na feira do conjunto Olga Benário



“O Olga Benário eu participei, tem 25 anos que já aconteceu, o Olga Benário é uma área que foi ocupada porém ela já era demarcada, tu vê as ruas, as travessas, tem a principal e tem as travessas tudo organizada, aqui no Nova vida tu não vê, ela é desorganizada, desordenada, no Olga não, porque havia um proprietário, o povo falava, a é o dono da yamada, né mas nunca eu tive certeza que era, só que era uma área que já era reservada pra algo, creio eu que era pra ser residencial também. [...] , houve conflito entre os ocupantes e a polícia, houve muita conversa, houve, houve pessoas que pegaram porque necessitavam né de moradia própria e houve pessoas que ocuparam pra ganhar, pra ter recurso, depois pra vender, como em toda ocupação ocorre. Então eu acompanhei todo esse processo, eu tinha doze anos, eu ia, quando a polícia vinha todo mundo corria, eu corria, e aquilo pra mim como criança era diversão, mas pras pessoas que necessitavam de moradia não era e que bom que deu tudo certo e hoje ali é o comércio do bairro, é todo ali no Olga Benário” (Depoimento de Eliane).

VOZES DO BAIRRO CONTAM SUA HISTÓRIA

“A primeira coisa que eu fiz ... a pessoa não pode viver em um lugar sem água e sem luz... ai eu fui na cosampa e falei com o presidente, expliquei a situação, ai ele disse tá, vou mandar fazer um levantamento lá, eles nem sabiam que tinha isso aqui ... agua não tinha, o pessoal fazia poço até no meio da rua... ai mandou cavar o poço nos fundos da associação e de lá puxa a tubulação, ai foram de casa em casa pra fazer o cadastramento..... ai sarou E agora o que fazer com esse pessoal que vem lá dos fundos com o sapato na costa, calça arregaçada? as mulheres de saia ou de vestido tinham que levantar pra poder andar, senão ia se sujar, era só lama. [...] Telefone já tem, a água, agora vou lutar pra pôr o ônibus aqui dentro ... fui na garagem falar com o Alfredo, ele me deu três meses de banco lá, que não queria me atender... e o pessoal toda hora em casa me cobrando que quer ônibus lá dentro. No fim do mês de abril de 98 que conversei com ele e foi definido as linhas de ônibus e no fim do mês de julho ele colocou os ônibus” (Depoimento de Hilário Ferreira).



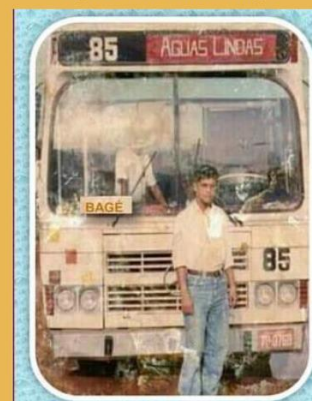
Figura 42: Fotografia da construção da caixa d'água para abastecer o bairro

O Sr. Hilário foi presidente da Associação de moradores do Conjunto Verdejante I, II e III e conta um pouco sobre as lutas por melhorias para o bairro em sua gestão.



OS TRANSPORTES NO BAIRRO

Figura 43: ônibus bagé



O primeiro meio de transporte público que existiu no bairro foi o ônibus chamado “Bagé”, o primeiro ônibus da empresa Nova Águas Lindas. Porém era insuficiente para atender a população. Além disso, a linha só percorria a avenida Oswaldo Cruz, levando e trazendo os moradores do final da avenida até o canto da BR 316 de onde as pessoas precisavam pegar outra condução para se deslocarem para o destino que necessitavam.

Águas Lindas: um bairro de duas cidades

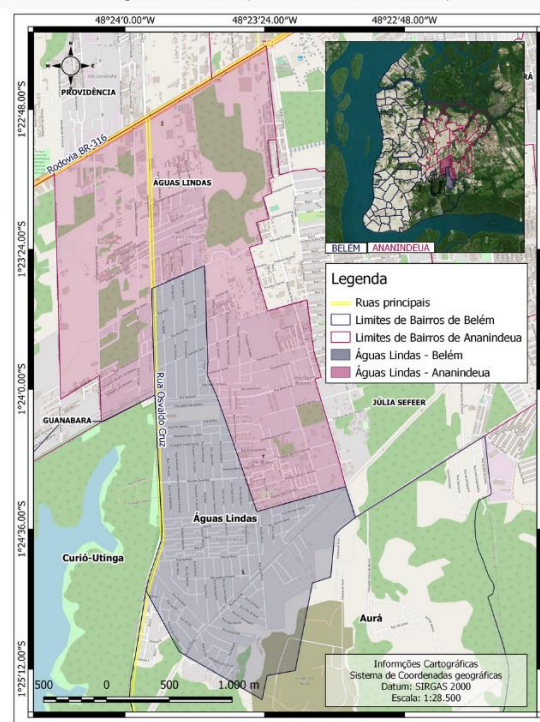
Águas Lindas um bairro na limítrofe

O bairro de Águas Lindas passou a ter seu território dividido entre as prefeituras de Belém e Ananindeua a partir da redefinição dos limites oficializado pela lei nº 5.778 de 15 de dezembro de 1993. Dois fatores são importantes para compreender porque isso ocorreu. O primeiro esta relacionado com sua proximidade com o Parque Estadual do Utinga que margeia parte da avenida Oswaldo Cruz. O segundo é a presença do antigo “lixão do Aurá”, que na época já estava em funcionamento e que era responsável por receber os resíduos sólidos da cidade de Belém, porém como a área pertencia a Ananindeua havia uma preocupação de que a qualquer momento houvesse alguma proibição relacionada ao funcionamento do local. Assim o bairro passou a ser dividido entre Belém e Ananindeua como é possível visualizar no mapa.

Além de todas as dificuldades históricas que o bairro enfrentou ao longo do tempo, ele ainda tem uma peculiaridade, ser dividido entre Belém e Ananindeua. Vamos entender um pouco dessa história



Figura 44: Mapa dos limites municipais do bairro da Águas Lindas (Belém-Ananindeua)



Para as prefeituras das duas cidades talvez tenha sido bom esse acordo, mas e para a população? Como se sentem vivendo em um bairro dividido?



Águas Lindas: um bairro de duas cidades

VOZES DO BAIRRO CONTAM SUA HISTÓRIA

“O Bairro de Águas Lindas é um bairro meio complicado porque quando a gente pensa que tá em Belém tá em Ananindeua. Quando sai ali fora tá em Ananindeua mas aqui dentro tá em Belém. Tinha muita dificuldade por motivo dessa divisão, todas as vezes que a gente chegava no governante, quando chegava em Ananindeua ele jogava pro de Belém, quando chegava no governante de Belém ele jogava a responsabilidade pra Ananindeua. Então a gente tem dificuldade assim pra dialogar com os prefeitos, pro desenvolvimento chegar nessas áreas, todo dia aqui a gente recebe mensagem e eu fico muito triste que o nosso morador da parte de Belém pergunta pra mim e nós? Chegou o asfalto ai e nós aqui? Ai é dificultoso porque não tem essa parceria com a prefeitura, ai o bairro não se desenvolve igual, e tem partes que nenhum dos dois governantes assume por tá no limite, ficam um jogando pro outro“ (Depoimento de Marcelo Moara, presidente da Associação dos moradores da comunidade Moara-Jerusalém).

Os relatos dos moradores nos ajudam a perceber como a questão de viver nesse território dividido afeta a dinâmica de vida dessa população



As falas dos moradores mostram as dificuldades de viver em um bairro periférico e que ainda por cima se caracteriza por estar na área de fronteira entre os dois municípios. Todas as conquistas que se consegue são fruto de lutas dos moradores para obter melhores condições de vida.

“Como aqui tem essa divisão né, é meio complicado pra gente, aqui tem dois CEP, a da conta de luz tá Ananindeua, mas no IPTU tá Belém, porque essa minha rua aqui a Carlos Prestes fica bem na divisa mesmo, por isso que aqui um pedaço tem asfalto e o outra parte tá essa buraqueira, só lama, ai o pessoal reclama, mas nenhum prefeito toma uma providencia, sempre foi ruim aqui, a gente que é morador se sente abandonado, era melhor eu acho se fosse só de uma cidade pelo menos a gente sabia direito de quem cobrar” (Depoimento da moradora Joana)



Figura 45: Rua Carlos Prestes em fotografia de novembro de 2021

Águas Lindas e as questões ambientais

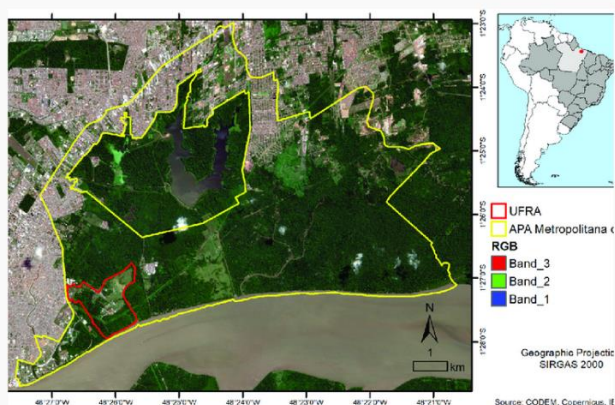


Figura 46: Mapa da APA metropolitana de Belém

Vocês sabiam que o bairro de Águas Lindas faz parte da zona de amortecimento de uma APA (Área de Proteção Ambiental)? Mas qual a relação do bairro com o meio ambiente? Vamos observar esse mapa da APA.



APA metropolitana: implantação e funcionamento

O bairro de Águas Lindas encontra-se em uma região peculiar dentro do espaço urbano da RMB, pois está nas proximidades do Parque Estadual do Utinga (PEUT), com quem faz divisa pelo lado direito da avenida Oswaldo Cruz, e com isso está próximo também dos mananciais do Utinga (lagos Água Preta e Bolonha) que abastecem a RMB.

Devido ao crescimento urbano o governo estadual criou em 1993 a APA (Área de Proteção Ambiental) metropolitana, que abrange alguns bairros de Belém e Ananindeua, dentre eles Águas Lindas. O objetivo principal é a garantia da qualidade de vida de quem vive nessas áreas através de projetos sustentáveis que minimizem os impactos das ações humanas na área do entorno dos mananciais. A construção dos conjuntos habitacionais no bairro de Águas Lindas na década de 1990 e a formação de ocupações espontâneas e desordenadas, contribuíram para a redução da cobertura vegetal na APA, o que constitui-se como um perigo ambiental.

Como solução para proteger a APA o governo estadual construiu um grande muro no entorno do PEUT entre os anos de 2002 e 2003, sendo parte dele na avenida Oswaldo Cruz no bairro de Águas Lindas. Porém podemos perceber que essa “solução” não se mostrou eficaz para sanar os problemas ambientais no entorno, pois o muro vem sofrendo ao longo dos anos constantes depredações e invasões, bem como o descarte irregular de lixo nessas proximidades, como observamos na imagem, demonstrando assim a necessidade de projetos de educação ambiental que auxiliem a população na conscientização da importância de preservação da APA metropolitana.



Figura 47: Muro do PEUT no bairro de Águas Lindas em estado de destruição e descarte irregular de lixo em 2023

BIBLIOGRAFIA

- A ORIGEM do nome Ananindeua. *Diário do Pará*, Belém, ano 14, n. 4.337, 19 jan. 1996.
- ALBERTI, Verena. Fontes. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; DE OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (org.). *Dicionário de ensino de história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ARAÚJO, Aline Reis de Oliveira; MAGALHÃES, Stela Shene de M^a. P.; CARDOSO, Uedmauro Dias. Geografia e Educação Ambiental no Bairro de Águas Lindas em Belém e Ananindeua - PA. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (Ihgp)*, Belém, v. 3, n. 1, p. 51-70, jan./jun. 2016. Disponível em: https://www.ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/download/53/pdf_48. Acesso em: 12 jul. 2022.
- BASTOS, Eliana Benassuly Bogeá. A contribuição da cultura para o desenvolvimento do território: um olhar de Ananindeua, na região metropolitana de Belém. 2013. 93 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/4492>. Acesso em: 6 dez. 2022.
- CABRAL, Cleiton Lopes. Geografia da “Área protegida”: uma abordagem sobre os efeitos da expansão urbana na qualidade de vida da APA metropolitana de Belém-PA (1994-2009). *Papers do Naea*, Belém, v. 326, n. 1, p. 3-23, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/viewFile/11229/7735>. Acesso em: 5 fev. 2023.
- DA SILVA, Marlon Lima; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em belém/pa. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 96-109, 27 out. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/6PymgxZHVysfPDdbZBjmGkZJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2022
- DA TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro. *Formação metropolitana de Belém (1960-1997)*. Belém: Paka-Tatu, 2016.
- DUTRA, Manuel. Ananindeua não é filha da BR. *O liberal*, Belém, ano XLVII, n. 25.848, p. 15, 5 ago. 1993.
- ÉLERES, Paraguassu. A questão dos limites Belém-Ananindeua. *O liberal*, Belém, ano XLV, n. 23.046, p. 5, 26 maio 1991.
- FERNANDES, José Clodoaldo M. L. Assentamentos precários e dispersão urbana: o caso da região metropolitana de Belém. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia, Belém, 2012.
- FERREIRA, Rafael Caldeira. A antiga estrada de ferro de Bragança: inventário do patrimônio ferroviário. In: SARQUIS, Giovanni Blanco (org.). *Estrada de ferro de Bragança: memória social e patrimônio cultural*. Belém: Iphan-Pa, 2017. p. 1-160.
- FONTES, Edilza. A Batalha da Borracha, a Imigração Nordestina e o Seringueiro: a relação história e natureza. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas (org.). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006. p. 227-258.
- LOBATO, Célio Cláudio de Queiroz. O plano urbano de Antônio Lemos: a planta de Belém de 1905. 2003. 132 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

BIBLIOGRAFIA

LOBATO, Célio Cláudio de Queiroz. Palacete Bolonha: uma promessa de amor. Belém: Editora Universitária UFPA, 2005

MARQUES, Fabio de Lima. Mapa dos limites administrativos do bairro de Águas Lindas. [S. l.: s. n.], 2023. 1 mapa.

PENTEADO, Antônio R. Belém do Pará: estudos de geografia urbana. Belém: UFPA-Imprensa Universitária, 1968.

PETTIT, Pere. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

RODRIGUES, Eliene Jaques. Banidos da cidade unidos na condição: Cidade Nova: espelho da segregação social em Belém. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

SARGES, Maria de Nazaré. Memórias do "Velho Intendente Antônio Lemos (1969-1973). Belém: Paka-Tatu, 2002.

TUPIASSU, Amilcar Alves. Área Metropolitana de Belém. Belém: SERHAU, 1970.

WEINSTEIN, Barbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: HUGITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

Crédito das imagens

Capa: Macedo, Felicidade. Desenho artístico autoral, 2023.

Figura 1: Vista da fachada do mercado de ferro do ver-o-peso. Fonte: Belém da saudade, p. 53.

Figura 2: Gravura mostrando três indígenas do Amazonas recolhem borracha nesta gravura do século XIX. Disponível em: https://www.nationalgeographic.pt/historia/a-febre-da-borracha-o-ouro-branco-da-era-industrial_3337 Acesso em:

Figura 3: Disponível em: <https://economyindustrialsetorpneus.blogspot.com/p/historia-do-pneu.html> Acesso em:

Figura 4: Cartaz da campanha de imigração nordestina para a Amazônia. Disponível em: <http://rondoniaem sala.blogspot.com/2014/11/o-2-ciclo-da-borracha.html> Acesso em: 05 de maio de 2023.

Figura 5: Fonte: <https://bit.ly/2ISOY> Acesso em: 05 de maio de 2023

Figura 6: BEMERGUI, Amélia; GUEDES, Luana Bagarão; PIMENTEL Márcia Aparecida da Silva. Estudos Amazônicos: História e Geografia - Vol. 3. Estudos amazônicos: Belém, 2020

Figura 7: Capa do livro memórias do “Velho Intendente”. Disponível em: SARGES, Maria de Nazaré. Memórias do “Velho Intendente Antônio Lemos (1969-1973). Belém: Paka-tatu, 2002.

Figura 8: Fonte: Belém da saudade. p. 86.

Figura 9: Cartão postal do mercado de ferro do ver-o-peso. Fonte: Belém da saudade: pg.

Figura 10: Figura 10: Cartão postal mostrando o Asilo da mendicidade Fonte: Belém da saudade, p. ?

Figura 11: Fotografia do teatro da paz atualmente. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Theatro_da_Paz_01.JPG Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

Figura 12: Cartão postal mostrando o antigo necrotério municipal de Belém. Fonte: Belém da saudade, p.?

Figura 13: Palácio Antônio Lemos atualmente. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/239251/palacio-antonio-lemos-sera-entregue-no-aniversario-de-belem-todo-restaurado> Acesso em:

Figura 14: fotografia do mercado de São Braz na década de 1970 <https://fauufpa.org/2014/07/18/mercado-monumental-1911-%E2%80%92-renascenca-ou-sao-bras/>

Figura 15: Fotografia do Palacete Bolonha. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Palacete_Bolonha Acesso em:

Figura nº 16: Estudantes do 9º ano em visita ao Teatro da Paz, em junho de 2023

Figura nº 17: Estudantes do 9º ano em visita ao museu Francisco Bolonha, em novembro de 2023.

Figura 18: Cartão postal mostrando a Estrada de Ferro de Bragança na estação de São Bras. Fonte: Belém da saudade, p. 240

Crédito das imagens

Figura 19: Locomotiva a vapor da Estrada de Ferro de Bragança. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Estrada_de_Ferro_de_Bragan%C3%A7a.jpg

Figura 20: Capa do livro de Ernesto Cruz sobre a Estrada de Ferro de Bragança. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/livros/aestradaferrodebraganca/> Acesso em: 10 de maio de 2023.

Figura 21: Trem circulando na avenida Tito Franco, atual Almirante Barroso. Disponível em: <https://adrielsonfurtado.blogspot.com/2010/04/memorias-da-estrada-de-ferro-de.html>

Figura 22: Mapa mostrando o percurso da EFB de Belém até Bragança. Fonte: FERREIRA, Rafael Caldeira. A antiga estrada de ferro de Bragança: inventário do patrimônio ferroviário, p. 40. In: SARQUIS, Giovanni Blanco (org.). Estrada de ferro de Bragança: memória social e patrimônio cultura. Belém: Iphan-Pa, 2017. p. 1-160.

Figura 23: Estação da EFB em Ananindeua. GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Ananindeua. In: GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Estações Ferroviárias do Brasil. [Santana de Parnaíba, SP], 23 out. 2022. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/braganca/fotos/anandindeua9101.jpg>. Acesso em: 18 mar. 2023.

Figura 24: Árvore de Anani Disponível em: <https://adrielsonfurtado.blogspot.com/2010/03/anani-ananin-uanani.html> Acesso em:

Figura 25: Mapa mostrando o rio Maguary Fonte: COSTA, Maurício da Silva da. CARACTERIZAÇÃO HIDRODINÂMICA, MORFOLÓGICA E SEDIMENTOLÓGICA DO FURO DO RIO MAGUARI, BELÉM – PARÁ. 2010. 81 f. TCC (Graduação) - Curso de Oceanografia, Instituto de Geociência, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010. Disponível em: https://bdm.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/1779/1/TCC_CaracterizacaoHidrodinamicaMorfologica.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

Figura 26: Cartão postal do curtiço Maguary, Fonte: PARÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Belém da saudade: a memória de Belém do início do século XX em cartões postais. 2. ed. Belém: Secult, 1998, p. 235.

Figura 27: Fotografia Disponível em: <https://adrielsonfurtado.blogspot.com/2010/06/limite-municipal-de-anandindeua.html>

Figura 28: BR 316 em fotografias de 1983. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/anandindeua/historico> Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

Figura 29: Capa do livro da SUDAM sobre a operação Amazônia Disponível em: <https://marcozero.org/presenca-estrangeira-na-amazonia-foi-mais-intensa-sob-regime-militar/>

Figura 30: Fábrica de refrigerantes garoto Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/anandindeua/historico> Acesso em: 20 de janeiro de 2024

Figura 31: Fotografia do conjunto cidade nova na década de 70. Disponível em: https://www.facebook.com/cidadenovaanandindeuapara/posts/ol%C3%A1- pessoal- iremos-republicar-um-antigo-post-da-p%C3%A1gina-cidade-nova-anandindeuapa-1850809681614764/?locale=pt_BR. Acesso em: 18 de janeiro de 2024.

Crédito das imagens

Figura 32: Matéria do Jornal “O liberal” sobre Ananindeua. Fonte: DUTRA, Manuel. Ananindeua não é filha da BR. O liberal, Belém, ano XLVII, n. 25.848, p. 15, 5 ago. 1993.

Figura 33: Mapa dos limites de Belém de 1948. Fonte: ÉLERES, Paraguassu. A questão dos limites Belém-Ananindeua. O liberal, Belém, ano XLV, n. 23.046, p. 5, 26 maio 1991.

Figura 34: Reportagem do jornal “O Liberal” sobre os limites entre Belém e Ananindeua. Fonte: Belém e Ananindeua definem os limites. O liberal, Belém, ano XLVIII, n. 25.982, p. 03, 17 dezembro 1993

Figura 35: Mapa com os novos limites entre Belém e Ananindeua. Fonte: SILVA, Marlon Lima da; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/pa. Revista Brasileira de Gestão Urbana, Paraná, v. 9, n. 1, p. 12-25, jan. 2017.

Figura 36: Entrada do bairro de Águas Lindas (BR 316 com a avenida Oswaldo Cruz). Fonte: google maps.

Figura 37: Trecho da Avenida Oswaldo Cruz em 2014. Fonte: <https://cidadequefala.blogspot.com/2014/08/bairro-aguas-lindas.html>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

Figura 38: Foto do balneário Águas Lindas em 1982. Fonte: <https://www.facebook.com/nostalgiaabelm/photos/imagem-do-antigo-clube-%C3%A1guas-lindas-que-ficava-no-bairro-do-mesmo-nome-algum-se-1612101982245191/> acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

Figura 39: Fotografia do lixão do Aurá em 2014. Fonte: <https://adrielsonfurtado.blogspot.com/2014/03/lixao-do-aura-fim-do-segundo-maior.html>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

Figura 40: Rua do conjunto verdejante no início do ano 2000. Fonte: Arquivo pessoa de Hilário Ferreira.

Figura 41: Foto da Avenida Osvaldão na feira do conjunto Olga Benário. Fonte: Acervo próprio.

Figura 42: Fotografia da construção da caixa d'água para abastecer o bairro. Fonte: Acervo pessoal de Hilário Ferreira

Figura 43: Ônibus bagé. Fonte: https://www.facebook.com/nostalgiaabelm/photos/a.186456074809796/1166630190125708/?type=3&locale=pt_BR. Acesso em: 10 de março de 2023.

Figura 44: Mapa dos limites municipais do bairro da Águas Lindas (Belém-Ananindeua). Fonte: MARQUES, Fabio de Lima. Mapa dos limites administrativos do bairro de Águas Lindas. [S. l.: s. n.], 2023. 1 mapa.

Figura 45: Rua Carlos Prestes em fotografia de novembro de 2021. Fonte: <https://www.oliberal.com/ananindeua/minhacidade/rua-carlos-prestes-no-limite-entre-belem-e-ananindeua-esta-abandonada-pelo-poder-publico-1.465198> Acesso em: 12 de março de 2023.

Figura 45: Mapa da APA metropolitana de Belém. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Location-of-the-APA-Belem-environmental-protection-area-in-the-outskirts-of-Belem-Para_fig1_377256697. Acesso em: 10 de março de 2023.

Crédito das imagens

Figura 46: Muro do PEUT no bairro de Águas Lindas em estado de destruição e descarte irregular de lixo em 2023. Fonte: Acervo da autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa dissertação, busquei percorrer os trilhos da história local em seus diálogos e possibilidades no âmbito escolar. Foi necessário caminhar pelas estradas sinuosas que compõem a história da cidade de Ananindeua, que já foi vista como “beira de estrada” e “cidade dormitório”, tendo se desenvolvido a partir de uma população de trabalhadores(as) segregados(as) do centro, os(as) quais foram se reinventando e crescendo com a força daqueles que enfrentam as adversidades das zonas periféricas da Região Metropolitana de Belém. Também trilhei a historicidade do bairro de Águas Lindas, que, mesmo na limítrofe entre duas cidades e enfrentando uma série de dificuldades, permanece lutando por melhores condições de vida para seus habitantes.

Neste trajeto, deparei-me com uma rica e complexa história local tanto da cidade de Ananindeua em suas relações históricas com Belém quanto do bairro de Águas Lindas, que se divide entre as duas cidades. A partir da pesquisa e do cruzamento de fontes diversas, foi possível perceber que a formação histórica e populacional de Ananindeua esteve intimamente ligada à expansão territorial de Belém e ao processo de segregação social das camadas populares para as áreas mais distantes da capital paraense. Além disso, percebi os reflexos desse processo histórico na formação do bairro de Águas Lindas, do qual, partindo sobretudo dos relatos dos moradores(as), pode conhecer as lutas e as dificuldades enfrentadas historicamente pelos bairros periféricos para conquistar de direitos.

Ao iniciar essa jornada, deparei-me ainda com entraves ligados às omissões acerca da inserção da história local no currículo escolar. Essa dificuldade vem desde a BNCC até as Diretrizes Curriculares Municipais de Belém, em que a história local ocupa um lugar secundário, ficando submersa no mar de conteúdos que são elencados para cada ano escolar. Como reflexo dessa problemática, os(as) professores(as) de história enfrentam dificuldades para inserir aspectos regionais e locais em suas aulas, bem como os(as) estudantes da educação básica ficam sem conhecer a história de sua cidade e de seu bairro, não conseguindo associar a história ensinada em sala de aula à sua realidade.

Apesar das dificuldades elencadas acima, o trabalho desenvolvido ao longo do ano letivo com os(as) estudantes do 9º ano da EMEIF Parque Bolonha buscou elencar caminhos e possibilidades concretas de inserção da história local no ensino de história. Nesse sentido, buscamos utilizar de diversas linguagens e fontes históricas, sejam escritas (jornais e textos), imagéticas (fotografias e charges), oral (escuta de relatos orais), e materiais (objetos e lugares).

Com isso, visamos diversificar os meios de compreensão dos(as) estudantes e estimular a reflexão crítica.

O trabalho desenvolvido buscou valorizar a subjetividade dos(as) sujeitos(as) que participaram da pesquisa, incentivando o diálogo por meio das rodas de conversa e estimulando o protagonismo em sala de aula através das pesquisas e atividades executadas ao longo do ano.

Considero que a inserção da história local no ensino de história não seja apenas uma abordagem esporádica ou pontual, muitas vezes desconectada do contexto mais amplo, mas, sobretudo, como prática pedagógica constante, partindo da utilização de diversas metodologias e abordagens para tornar o ensino da história local atrativo aos(às) estudantes. Nesse sentido, o ensino da história local precisa abordar os elos entre o local e o regional, o nacional e o global, bem como enfatizar as peculiaridades que envolvem o contexto que se pretende levar para o ensino de história.

Neste percurso, ao abordar o contexto mais local, principalmente do bairro, encontramos-nos com a história oral enquanto possibilidade pedagógica viável no ensino de história. Essa metodologia permite que o(a) estudante exercite sua atitude historiadora, pesquisando, escutando e aprendendo sobre a sua própria comunidade, e assim percebendo que a aprendizagem da história extrapola os muros da escola e está presente em cada rua e em cada pessoa enquanto sujeito(a) histórico(a). Ademais, a história local também nos permite ir além dos muros da escola, quando inserimos os “lugares de memória” nos planos de aula, pois a aula em diferentes espaços de memória tem o potencial de incentivar os(as) alunos(as) a problematizar a cidade e seus espaços, bem como olhá-la com mais entusiasmo e curiosidade ao percorrer suas ruas e avenidas.

Acredito que os caminhos trilhados ao longo do ano, com os(as) estudantes do 9º ano da EMEIF Parque Bolonha, para inserir a história local no currículo escolar, foram exitosos; pois possibilitaram a imersão em outros saberes que se conectam à vida e à história deles(as). Assim, pude estimular a reflexão crítica e uma educação ativa, da qual esses(as) estudantes puderam participar efetivamente, durante o processo de aprendizagem histórica e de construção de novos saberes.

O produto da dissertação, que se constituiu em um material didático acerca da história local da cidade de Ananindeua e do bairro de Águas lindas, baseou-se nas pesquisas, nas descobertas e no modo de trabalho realizado ao longo de todo o percurso com os(as) estudantes. Ele foi produzido visando à contribuição para o ensino-aprendizagem da história local da cidade e do próprio bairro.

Esta dissertação não pretende, de modo algum, ser o ponto final do caminho, pois sabemos que muitos ramais ainda podem ser abertos e novas descobertas podem surgir. Dessa forma, defendo que a inserção da história local no currículo escolar e na prática pedagógica pode sempre trazer possibilidades que se renovam e criam elos entre a escola, o(a) professor(a), os(as) estudantes e a comunidade, trazendo para o ensino de história a vivacidade que tanto almejamos.

FONTES

A ORIGEM do nome Ananindeua. **Diário do Pará**, Belém, ano 14, n. 4.337, 19 jan. 1996.

BELÉM ANTIGA. **Fotografia do Curtume Maguary em 1916 e 1926**. [S. l.], 12 out. 2014. Facebook: Belém Antiga. Disponível em: https://web.facebook.com/belemdopassado/photos/a-hist%C3%B3ria-de-um-curtume-que-se-estendia-pelo-territ%C3%B3rio-de-toda-uma-cidade-que-/1563632867191248/?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 8 abr. 2023.

BELÉM. Secretaria de Educação. **Diretrizes curriculares do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Belém**. Belém: Secretaria de Educação, 2023b.

FERREIRA, Hilário. **Condições das ruas no conjunto verdejante no início do ano 2000**. 2000a. 1 fotografia. Coleção particular.

FERREIRA, Hilário. **Poço a céu aberto no conjunto verdejante**. 2000b. 1 fotografia. Coleção particular.

MACEDO, Felicidade. **Cartaz com o tema da turma do 9º ano I no evento da EXPOPARQUE**. 2023. 1 cartaz.

MARQUES, Fabio de Lima. **Mapa dos limites administrativos do bairro de Águas Lindas**. [S. l.: s. n.], 2023. 1 mapa.

NOSTALGIA BELÉM. **Ônibus Bagé que fazia linha na Oswaldo Cruz**. [S. l.], 23 mar. 2017. Facebook: Nostalgia Belém. Disponível em: <https://web.facebook.com/share/nz8n4jJ16MY48Qoe/>. Acesso em: 20 maio 2023.

OS NOVOS limites entre os dois municípios. **Diário do Pará**, Belém, ano 10, n. 931, 6 out. 1991.

PARÁ. Lei complementar nº 76 de 28 de dezembro de 2011. Altera a Lei Complementar nº 027/95 e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Pará (DOE/PA)**: caderno 2, Belém, 29 dez. 2011, n. 32.066, p. 18. Disponível em: <https://www.ioepa.pa.gov.br/diarios/2011/12/29.12.caderno.02.08.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2023.

PARÁ. Secretaria de Estado da Cultura. **Belém da saudade: a memória de Belém do início do século XX em cartões postais**. 2. ed. Belém: Secult, 1998.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Fontes. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; DE OLIVEIRA, Margarida Maria Dias (org.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALVES, Davison Hugo Rocha. **Contando a história do Pará**: a disciplina 'estudos amazônicos' e os livros didáticos (1990-2000). 2016. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/13600/1/Davison%20Hugo%20Rocha%20Alves.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- APPLE, Michael W. Repensando Ideologia e Currículo. *In*: MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 49-70.
- ARAÚJO, Aline Reis de Oliveira; MAGALHÃES, Stela Shene de M^a. P.; CARDOSO, Uedmauro Dias. Geografia e Educação Ambiental no Bairro de Águas Lindas em Belém e Ananindeua - PA. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (Ihgp)**, Belém, v. 3, n. 1, p. 51-70, jan./jun. 2016. Disponível em: https://www.ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/download/53/pdf_48. Acesso em: 12 jul. 2022.
- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de história local: redescobrimos sentidos. **Saeculum**: Revista de história, João Pessoa, v. 15, n. 12, p. 57-85, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11357/6471>. Acesso em: 26 maio 2023.
- BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. *In*: JORNADA DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA, 4. **Para uma educação de qualidade**: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga: Centro de Investigação em Educação (CIED); Instituto de Educação e Psicologia; Universidade do Minho, 2004, p. 131-144.
- BASTOS, Eliana Benassuly Bogeá. **A contribuição da cultura para o desenvolvimento do território**: um olhar de Ananindeua, na região metropolitana de Belém. 2013. 93 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/4492>. Acesso em: 6 dez. 2022.
- BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. *In*: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 27-32.

BELÉM. Escola Municipal Parque Bolonha. **Projeto Político Pedagógico**. Belém: Escola Municipal Parque Bolonha, 2023a.

BORDALO, Carlos Alexandre Leão. **O desafio das águas numa metrópole amazônica**: uma reflexão das políticas de proteção dos mananciais da região metropolitana de Belém-PA (1984 - 2004). 2006. 252 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/3718>. Acesso em: 2 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 16 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. [S. l.]: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

CABRAL, Cleiton Lopes. Geografia da “Área protegida”: uma abordagem sobre os efeitos da expansão urbana na qualidade de vida da APA metropolitana de Belém-PA (1994-2009). **Papers do Naea**, Belém, v. 326, n. 1, p. 3-23, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/viewFile/11229/7735>. Acesso em: 5 fev. 2023.

CAIMI, Flávia Eloisa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende? *In*: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (org.). **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 65-79.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERRI, Luis Fernando; COSTA, Maria Paula. O banho, a água, a bacia e a criança: história e historiadores na defenestração da primeira versão da Base Nacional Curricular Comum de História para o Ensino Fundamental. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, n. 2, p. 4-21, set. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/77155/44758>. Acesso em: 20 abr. 2022.

CIAMPI, Helenice. Os desafios da história local. *In*: MONTEIRO, Ana Maria F.C; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). **Ensino de história**: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007. p. 182-197.

COSTA, Aryana. História local. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019. p. 132-137.

DA COSTA, Gerson Eduardo. **A cidade e o ensino de história: patrimônio, museu e história local.** 2016. 146 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

DA SILVA, Marlon Lima; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 96-109, 27 out. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/urbe/a/6PymgxZHVysfPDbZBjmGkZJ/abstract/?lang=pt_ Acesso em: 18 set. 2022.

DA SILVA, Neles Maia. **Para além do riso: charges, consciência história e ensino de história.** 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2018. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/431609>. Acesso em: 03 fev. 2023.

DA TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997).** Belém: Paka-Tatu, 2016.

DE LIMA, Douglas Mota Xavier. História em quadrinhos e ensino de História. **Revista História Hoje**, [s. l.], v. 6, n. 11, p. 147-171, 16 maio 2017. Disponível em: <https://rhjh.anpuh.org/RHHJ/article/view/332>. Acesso em: 10 de agosto de 2023

DE MESQUITA, Thiago Broni. **Uma estrada revela o mundo: O SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará.** 2018. 324 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6923172. Acesso em: 22 mar. 2023.

DE OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira; CAIMI, Flávia Eloisa. Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNL D e a Escola. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e7/7041, p.1-21, set. 2021. ISSN 1984-0411. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/77041>. Acesso em: 5 maio 2022.

DEAN, Waren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica.** São Paulo: Nobel, 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de história. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013.

DOS SANTOS, Denison Martins. **Fronteiras (in)visíveis da cidade capitalista: segregação socioespacial no conjunto modelo II/Ananindeua-pa.** 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2022/4324> Acesso em: 6 dez. 2022

DUTRA, Manuel. Ananindeua não é filha da BR. **O liberal**, Belém, ano XLVII, n. 25.848, p. 15, 5 ago. 1993.

ÉLERES, Paraguassu. A questão dos limites Belém-Ananindeua. **O liberal**, Belém, ano XLV, n. 23.046, p. 5, 26 maio 1991.

FERNANDES, Ana Claudia (ed.). **Araribá mais**: história, nono ano, ensino fundamental. São Paulo: Moderna, 2018.

FERNANDES, José Clodoaldo M. L. **Assentamentos precários e dispersão urbana**: o caso da região metropolitana de Belém. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano, Universidade da Amazônia, Belém, 2012.

FERREIRA, Rafael Caldeira. A antiga estrada de ferro de Bragança: inventário do patrimônio ferroviário. In: SARQUIS, Giovanni Blanco (org.). **Estrada de ferro de Bragança**: memória social e patrimônio cultural. Belém: Iphan-Pa, 2017. p. 1-160.

FONSECA, Selva Guimarães. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de história. **História Oral**: Revista da Associação Brasileira de História Oral, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 125-141, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/issue/view/23>. Acesso em: 10 fev. 2023.

FONTES, Edilza. A Batalha da Borracha, a Imigração Nordestina e o Seringueiro: a relação história e natureza. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas (org.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006. p. 227-258.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 3-13.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 72. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 80. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Ananindeua. In: GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Estações Ferroviárias do Brasil**. [Santana de Parnaíba, SP], 23 out. 2022. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/braganca/fotos/ananindeua9101.jpg>. Acesso em: 18 mar. 2023.

GOODSON, Ivor F. **Currículo**: teoria e prática. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOUBERT, Pierre. História Local. Tradução Marta M. Lago. **Arrabaldes**, [s. l.], ano 1, n. 1, maio/ago. 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HERMES JÚNIOR. O café com leite da velha política brasileira. In: HERMES JÚNIOR. **História por Imagem**. [S. l.], 27 jun. 2016. Disponível em: <https://historiaporimagem.blogspot.com/2016/06/o-cafe-com-leite-da-velha-politica.html>. Acesso em: 20 jan. 2023.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5º ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP,

2003

LOBATO, Célio Cláudio de Queiroz. **O plano urbano de Antônio Lemos: a planta de Belém de 1905**. 2003. 132 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

LOBATO, Célio Cláudio de Queiroz. **Palacete Bolonha: uma promessa de amor**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2005

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 63-97, nov. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/issue/view/779>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022.

MEIRELLES FILHO, João Carlos. **O Livro de ouro da Amazônia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; TADEU, Tomaz. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. *In*: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; TADEU, Tomaz (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 13-47.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan./jun. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 20 abr. 2022.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagem**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PENTEADO, Antônio R. **Belém do Pará: estudos de geografia urbana**. Belém: UFPA-Imprensa Universitária, 1968.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

RALEJO, Adriana Soares; MELLO, Rafaela Albergaria; AMORIM, Mariana de Oliveira. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, n. 2, p. 1-19, set. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.77056>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/4jVvMMkVMzjLGYRrBnKnft/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da cidade unidos na condição**: Cidade Nova: espelho da segregação social em Belém. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

ROSA, Alberto. Recordar, descrever e explicar o passado: o que, como e para o futuro de quem? *In*: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLES, Maria Fernanda (org.). **Ensino de história e memória coletiva**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 53-60.

RÜSEN, Jönr. **Razão histórica**: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SAMUEL, Raphael. História local e História oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, fev. 1990.

SANTHIAGO, Ricardo; DE MAGALHÃES, Valéria Barbosa. **História Oral na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do "Velho Intendente Antônio Lemos (1969-1973)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SOUSA, Rainer. A natureza excludente da República. **Brasil Escola**, [s. l.], [20--?]. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/a-natureza-excludente-republica.htm>. Acesso em: 20 jan. 2023.

TREBITSCH, Michel. A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. *In*: MORAES, Marieta de (org.). **História oral e interdisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 19-44.

TUPIASSU, Amilcar Alves. **Área Metropolitana de Belém**. Belém: SERHAU, 1970.

VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo. Os quadrinhos (oficialmente) na escola: dos PCN ao PNBE. *In*: VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo (org.). **Quadrinhos na educação**: da rejeição à prática. São Paulo: Contexto, 2009. p. 8-88.

WARSCHAUER, Cecília. **Rodas em rede**: oportunidades formativas na escola e fora dela. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2001.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: HUGITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

APÊNDICE 1 – MATERIAL DE APOIO PARA VISITA GUIADA

NOS TRILHOS DA HISTÓRIA LOCAL: OS CAMINHOS DA FORMAÇÃO DE ANANINDEUA

Bem vindos caros alunos!!
Vamos embarcar em uma aventura pela nossa história, mas antes é importante alguns conhecimentos que vão ajudar vocês nessa jornada de aprendizado.



Vamos iniciar nossa jornada partindo da nossa escola, mas você conhece a história da Escola Parque Bolonha?

A **EMEIF Parque Bolonha** foi inaugurada em 14 de dezembro de 2012. Foi entregue a comunidade do Conjunto Verdejante para atender a demanda da educação infantil e ensino fundamental menor.



A construção da escola foi fruto de lutas sociais dos moradores do bairro por escola digna para seus filhos, pois antes as crianças estudavam na Associação de moradores e o espaço não era adequado para o ensino. Do tempo de sua inauguração para os dias atuais muitas coisas mudaram. Você consegue identificar essas mudanças e as permanências nesse espaço?

Foto da escola na época da sua inauguração em 2012.
Fonte: PPP da EMEIF Parque Bolonha

A escola está inserida no bairro de Águas Lindas e no conjunto chamado Verdejante.

O Verdejante é um conjunto habitacional planejado construído pela Caixa Econômica Federal, para proporcionar moradia digna a pessoas de baixa renda no início da década de 90. Antes de seu término ocorreram invasões e a obra não foi concluída, deixando diversos problemas de infraestrutura para seus moradores.



Foto de uma rua do verdejante em 1992
Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Hilário

Os primeiros moradores sofriam com a falta de asfalto, saneamento básico e outros problemas. Para vocês terem uma ideia olhem como era o poço de onde as famílias tiravam água. Situação bem difícil!!



Como vocês sabem nosso bairro tem uma peculiaridade, ele é dividido entre Belém e Ananindeua, esses limites foram definidos através da lei 5.778 de 15 de dezembro de 1993, mas até os dias atuais ainda gera problemas para quem vive em suas fronteiras.

ANANINDEUA

Vamos saindo do verdejante e passamos para a parte do bairro que faz parte da cidade de Ananindeua.

O surgimento da cidade de Ananindeua está relacionado com construção da Estrada de Ferro de Bragança, que foi construída entre 1883 e 1910, no trecho do quilometro 14 foi instalada uma oficina de trens em 1883, antes da inauguração do primeiro trecho da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), isso levou a formação de uma vila de casas para os operários da manutenção (localizada na área próxima a atual sede da Prefeitura de Ananindeua). Esta Vila operária deu origem ao povoado de Ananindeua, foi então criada uma estação da ferrovia nesse local, onde era fornecido lenha para a locomotiva, essa região foi sendo ocupada de forma mais intensa a partir de então.



Fonte: <https://www.facebook.com/belemdopassado/photos/a.1430888687132334/1536098409944694/?type=3>

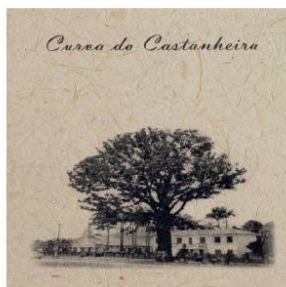


Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/braganca/fotos/ananindeua9101.jpg>



Jornal A Província do Pará (1973)

Continuando o trajeto por Ananindeua Rumo à Belém chegamos a estação do castanheira em referência a uma grande castanheira que havia no local. A partir deste ponto entramos em Belém.



O nome bairro é uma lembrança dessa grande castanheira que existia na BR-316, numa área conhecida como "curva da castanheira". Era em frente ao Seminário Teológico Batista Equatorial. A árvore podia ser vista por quem passava de trem pela Estrada de Ferro de Bragança

Onde hoje temos a BR 316 era por onde corriam os trilhos da Estrada de Ferro de Bragança, responsável pela ocupação dessa área. No entanto, no período dos governos militares (1964-1985) a estrada de ferro foi extinta e substituída pelas rodovias BR 316 e BR 014.

O trem seguia seu caminho pela Avenida Tito Franco, atual Almirante Barroso, fazendo uma parada no chamado Marco da Légua (esquina com a Avenida Tavares Bastos). A avenida Tito Franco, recebeu esse nome para homenagear um deputado e escritor paraense, teve seu nome modificado para Almirante Barroso, a fim de homenagear um almirante chamado Manoel Barroso da Silva, que lutou em guerras como a cabanagem e a guerra do Paraguai.



Fonte: Belém da saudade: a memória de Belém no início do século XX em cartões postais

Lembremos que essa estrada de ferro foi construída no período áureo da borracha como um símbolo de progresso e modernidade!



A “Maria Fumaça”, como era conhecido o trem, seguia rumo à estação de São Braz (Estação principal), hoje o local abriga o terminal rodoviário de Belém.



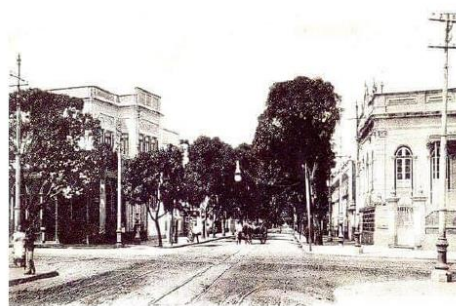
Fonte: Belém da saudade: a memória de Belém no início do século XX em cartões postais

Estação de São Brás em 1957



Fonte: facebook. Belém nostalgia

Nessa época, ao chegar a estação de São Brás as pessoas seguiam viagem à pé, em carruagens ou utilizavam as linhas de bonde, seguindo rumo ao centro de Belém tínhamos a avenida São Jerônimo, porém ela teve seu nome modificado para homenagear um dos governadores da província chamado José Carneiro da Gama Malcher, que governou de 1935 à 1937, foi interventor federal até 1943 e presidente do banco da borracha, assim até hoje se chama avenida governador José Malcher.



Pará — Avenida S. Jerônimo

Fonte: Belém da saudade: a memória de Belém no início do século XX em cartões postais



Palacete Bolonha em 1920 – fonte: <https://fragmentosdebelem.tumblr.com/>

Nessa avenida, no período áureo da economia da borracha, existiam muitos casarões pertencentes a famílias ricas da elite belenense, que construíam suas casas como símbolo de sua riqueza e prosperidade. Dentre eles temos o Palacete Bolonha. Esta construção em sua época era o imóvel mais alto da cidade. O Palacete Bolonha foi construído em 1905 pelo engenheiro e arquiteto paraense Francisco Bolonha e serviu de residência para ele e sua esposa Alice Tem Brink até 1938, após seu falecimento o imóvel foi vendido pela viúva em um grande leilão. O prédio foi adquirido pela prefeitura de Belém, sendo transformado em museu.

APÊNDICE 2 – GUIA PRÁTICO DE HISTÓRIA ORAL



Além da gravação é importante levar um caderno de anotações, para registrar impressões durante a entrevista e indagações que possam aparecer ao longo da entrevista e que não estão no questionário.

escuta e análise das entrevistas

- Na escuta e transcrição da entrevista deve-se transcrever tudo o que foi dito, sem acréscimos ou cortes.
- Análise dos relatos obtidos (constituí-se na escrita de um texto autoral com base nas narrativas dos depoentes, buscando relações entre os depoimentos e entre eles e outras fontes)



cuidados de uma entrevista em história oral



Respeitar o tempo do entrevistado – Não tenha pressa, escute e evite interromper a fala da pessoa, mesmo que a fala não responda sua indagação. Aguarde o entrevistado terminar para fazer outra pergunta.



Respeitar os momentos de silêncio e de esquecimento que também fazem parte da entrevista.



Não devemos expor opiniões ao entrevistado (escutar muito e falar pouco), manter-se neutro sem realizar críticas ou juízo de valor.

EMEIF PARQUE BOLONHA

Professora: Ana Bárbara Pantoja

**Guia
prático de
História
oral para
estudantes**



**você sabe
o que é
História oral?**



É uma metodologia de pesquisa que se baseia nas memórias obtidas nos relatos orais das pessoas que vivenciaram um determinado período ou acontecimento do passado ao qual se pretende conhecer. A base desse tipo de trabalho é o respeito pelo outro, pelas suas vivências, opiniões e atitudes. Parte de uma escuta amorosa dessas narrativas que nos possibilita conhecer melhor o sujeitos históricos.



“A história oral é um procedimento, um meio, um caminho para produção de conhecimento histórico” (DELGADO, 2010).

Etapas de uma entrevista em história oral

Escolha dos entrevistados

A Sondagem e escolha das pessoas a serem entrevistadas deve ser acordo com os objetivos da pesquisa. Na conversa inicial deve-se apresentar o tema da pesquisa, a qual instituição está vinculado e os objetivos principais, destacar a importância da participação dessa pessoa na pesquisa, bem como realizar algumas perguntas gerais sobre a pessoa que se pretende entrevistar.

Etapas de uma entrevista em história oral

Questionário

Na montagem dos questionários as perguntas devem ser formuladas a partir dos objetivos da pesquisa, feitas em linguagem simples. As perguntas devem iniciar com questões gerais sobre o entrevistado. Evitar perguntas longas e indiretas de difícil compreensão

organização da entrevista

- Agendamento da entrevista (é importante que seja realizada em um lugar silencioso e no qual o entrevistado se sinta confortável)
- Importante fazer a checagem dos instrumentos de gravação previamente

Entrevista

- Explicar sobre o que se trata a entrevista, seus objetivos
- evitar a presença de terceiros que possam inibir o entrevistado ou influenciar na narrativa.

